

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA-MT: UMA
ANÁLISE DOS PRIMEIROS RESULTADOS**

Mestranda: Neide Pereira de Oliveira da Silva
Orientador: Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer

Frederico Westphalen

2024

Neide Pereira de Oliveira da Silva

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA-MT: UMA
ANÁLISE DOS PRIMEIROS RESULTADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação, área de concentração Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer, como requisito parcial para a realização do exame de qualificação de dissertação.

Frederico Westphalen

2024

S581i Silva, Neide Pereira de Oliveira da
A implementação do Programa Alfabetiza-MT : uma análise dos primeiros resultados / Neide Pereira de Oliveira da Silva. – 2024.
102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2024.

Orientador: Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer.

1. Programa Alfabetiza MT. 2. Políticas públicas educacionais. 3. Alfabetização. 4. Mato Grosso. I. Fensterseifer, Daniel Pulcherio. II. Título.

CDU 37

Catálogo na fonte: Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

A Banca Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**“A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA-MT: UMA ANÁLISE DOS
PRIMEIROS RESULTADOS”**

Elaborada por
NEIDE PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer Orientador/URI

Membro: Dra. Patrícia dos Santos Moura - UNIPAMPA
(1ª arguidora)

Membro Prof. Dr. César Riboli - URI
(2º arguidor)

Frederico Westphalen, 16 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus Eterno por me proporcionar o privilégio de galgar um degrau a mais na minha vida acadêmica.

À amiga Márcia, por me incentivar do início ao fim e alcançar o êxito que tanto almejei ao longo da profissão e desse período de pesquisa.

A mim mesma, por superar desafios árduos durante esse percurso de estudo, com a graça divina.

À URI por me proporcionar a oportunidade de estudos de forma assíncrona me realizar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fenterseifer.

À Banca Examinadora na pessoa da Dra. Patrícia dos Santos Moura – UNIPAMPA, e Dr. César Rivoli - URI, pela honra de fazerem parte da banca, eternamente minha gratidão.

Dedico ao meu irmão, Doraci Pereira de Oliveira (em memória - 21/06/2024). Aos meu pais: Antônio Pereira de Oliveira e Lúcia Alves de Sá. Aos meus dois filhos: Thaiza Nathália Oliveira de Paula e Arthur Inácio Oliveira de Paula. E ao meu esposo, Alexandre Henrique da Silva pelo incentivo e apoios técnicos.

Apegue-se à instrução, não a abandone; guarde-a bem, pois dela depende a sua vida. Não siga pela vereda dos ímpios nem ande no caminho dos maus. (Pv 4, 13-14).

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1. Estado do Conhecimento..... | 15 |
| 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS | 22 |
| 3. ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EXPLORANDO O PROGRAMA ALFABETIZA MT NO CONTEXTO ATUAL..... | 25 |
| 3.1 Políticas Públicas Educacionais: conceitos e contextos | 25 |
| 3.2 A Alfabetização | 33 |
| 3.3 Programa Alfabetiza MT | 48 |
| 4. ANÁLISE DOS PRIMEIROS RESULTADOS NO PROGRAMA ALFABETIZA MT | 72 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 95 |
| REFERÊNCIAS..... | 99 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 Atividades Trava-Línguas da primeira etapa | 56 |
| Figura 2 - Atividades de Adivinhação da primeira etapa..... | 56 |
| Figura 3 - Cartela Didática | 59 |
| Figura 4 Parece... mas não é..... | 61 |
| Figura 5 - Esquema de Rotina Didática | 63 |
| Figura 6 - Planejamento primeira etapa..... | 64 |
| Figura 7 - E-book “Boas práticas de Alfabetização” | 66 |
| Figura 8 - Níveis de acesso dos resultados | 76 |
| Figura 9 - Resultado Geral - Avalia MT 2023..... | 78 |
| Figura 10 - Painel Geral Avalia MT Municípios | 81 |
| Figura 11 - Painel Geral - Município de Itiquira - 2023..... | 83 |
| Figura 12 - Percentual de participação das escolas municipais..... | 85 |
| Figura 13 - Matriz de Referência LP 2024 | 86 |
| Figura 14 - Painel Geral LP 2023..... | 89 |
| Figura 15 – Avaliação da fluência 2º ano EF 2023 | 92 |

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Educação analisa o Programa Alfabetiza MT, uma política pública de educação implementada pelo governo de Mato Grosso, com o objetivo de alfabetizar crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental e elevar os índices educacionais. A pesquisa busca compreender, sob a perspectiva das políticas públicas de educação, os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT e sua importância para a região de Mato Grosso, professores, alunos e crianças em processo de alfabetização. A motivação para este estudo decorre da importância social e educacional do tema, dado o papel essencial do Programa na redução das desigualdades educacionais, no estímulo ao desenvolvimento cognitivo das crianças e na valorização do trabalho docente, contribuindo para uma sociedade com maiores oportunidades de aprendizado e crescimento para as futuras gerações. O objetivo é compreender os primeiros resultados apresentados pelo Programa, sua relevância como política pública e os impactos iniciais na alfabetização regional. O estudo é orientado pela seguinte questão-problema: O que se pode compreender a partir dos primeiros resultados apresentados pelo Programa Alfabetiza MT enquanto política pública? O Alfabetiza MT é inspirado no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do Ceará, que obteve avanços expressivos nos índices de alfabetização. A iniciativa mato-grossense visa replicar esse modelo de sucesso, adaptando-o às necessidades e desafios locais. O programa é desenvolvido por meio de um regime de colaboração entre o estado e os 141 municípios, beneficiando 271.966 pessoas, incluindo estudantes e profissionais da educação. Uma das principais ações do programa é o prêmio EDUCA MT, que destina R\$ 8.250.000,00 para incentivos à melhoria da aprendizagem. O estudo adota uma abordagem analítica, considerando que o Programa ainda está em fase inicial e enfrenta desafios relacionados aos processos de alfabetização e à realidade educacional no contexto pós-pandemia de Covid-19. A metodologia envolve uma análise documental dos marcos legais que estruturam o programa, além da avaliação de seus primeiros resultados. Os resultados preliminares indicam que o Programa possui potencial para melhorar a alfabetização no estado, pois, beneficia milhares de estudantes e profissionais da educação. Seus impactos incluem a melhoria dos índices de alfabetização, a valorização do trabalho docente e o estímulo ao desenvolvimento cognitivo das crianças, fatores essenciais para a formação de uma base educacional sólida. Iniciativas como o prêmio EDUCA MT incentivam diretamente a qualidade da aprendizagem, demonstrando o compromisso com a educação pública de qualidade. A pesquisa conclui que a avaliação contínua é essencial para garantir a eficácia da iniciativa e identificar pontos de melhoria ao longo do processo. Recomenda-se que o processo de implementação considere fatores como o contexto socioeconômico, a infraestrutura escolar e o apoio pedagógico aos professores e professoras. Este estudo contribui para a compreensão das políticas de alfabetização em Mato Grosso e oferece subsídios para o desenvolvimento de novas estratégias no campo educacional, com o intuito de promover uma educação de qualidade e equitativa.

Palavras-chave: Programa Alfabetiza MT; Política pública; Alfabetização; Avaliação.

ABSTRACT

This Master's dissertation in Education analyses the Programa Alfabetiza MT, a public education policy implemented by the government of Mato Grosso, with the aim of making children literate up to the second year of primary school and raising educational rates. The research seeks to understand, from the perspective of public education policies, the first results of the Alfabetiza MT Programme and its importance for the region of Mato Grosso, teachers, students and children in the process of becoming literate. The motivation for this study stems from the social and educational importance of the topic, given the essential role of the Programme in reducing educational inequalities, stimulating children's cognitive development and valuing teachers' work, contributing to a society with greater opportunities for learning and growth for future generations. The aim is to understand the initial results presented by the Programme, its relevance as a public policy and the initial impacts on regional literacy. The study is guided by the following problem question: What can be understood from the initial results presented by the Programa Alfabetiza MT as a public policy? Alfabetiza MT is inspired by Ceará's Literacy at the Right Age Programme (PAIC), which has achieved significant progress in literacy rates. The Mato Grosso initiative aims to replicate this successful model, adapting it to local needs and challenges. The programme is developed through a system of collaboration between the state and the 141 municipalities, benefiting 271,966 people, including students and education professionals. One of the programme's main actions is the EDUCA MT award, which earmarks R\$8,250,000.00 for incentives to improve learning. The study adopts an analytical approach, considering that the Programme is still in its initial phase and faces challenges related to literacy processes and the educational reality in the post-Covid-19 pandemic context. The methodology involves a documentary analysis of the legal frameworks that structure the programme, as well as an evaluation of its first results. Preliminary results indicate that the programme has the potential to improve literacy in the state, as it benefits thousands of students and education professionals. Its impacts include improving literacy rates, valuing teachers' work and stimulating children's cognitive development, which are essential factors in forming a solid educational foundation. Initiatives such as the EDUCA MT award directly incentivise the quality of learning, demonstrating a commitment to quality public education. The research concludes that continuous evaluation is essential to guarantee the effectiveness of the initiative and identify points for improvement throughout the process. It is recommended that the implementation process consider factors such as the socio-economic context, school infrastructure and pedagogical support for teachers. This study contributes to the understanding of literacy policies in Mato Grosso and offers subsidies for the development of new strategies in the educational field, with the aim of promoting quality and equitable education.

Keywords: Programa Alfabetiza MT; Public policy; Literacy; Evaluation.

1. INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa de Mestrado em Educação é o Programa Alfabetiza MT, com foco na contribuição deste programa para o estado de Mato Grosso, em se observando o que o mesmo traz de novo e o que fortalece sua eficácia no sentido de melhorar políticas educacionais e promover o sucesso da alfabetização na região.

O Programa Alfabetiza MT tem como um dos seus concorrentes o prêmio EDUCA MT. O incentivo é de R\$8.250.000,00 sendo R\$5.500.000,00 para premiação e R\$2.750.000,00 para o apoio financeiro. São premiadas as 200 escolas da rede pública do Mato Grosso, sendo 80 com melhores resultados, 10 com as maiores evoluções, 10 que tiverem os menores desvios - padrões, e receberão apoio as cem escolas que obtiverem os resultados mais baixos a fim de melhorar esses índices.

O Secretário Alan Porto destaca que a regra do prêmio é que as escolas premiadas ficam responsáveis por desenvolver, durante o período de um ano, ações de cooperação técnica e pedagógica com uma das cem escolas que tenham recebido os resultados menos promissores.

O Programa Alfabetiza MT tem ainda incentivo à gestão do programa nos municípios e à rede de informação, com distribuição de bolsas aos profissionais responsáveis pelas ações de formação continuada dentro do programa. Os perfis, quantidades, valores e demais critérios são definidos por regulamento próprio. Durante o Programa, são monitorados a política educacional e os indicadores de aprendizagem, além de avaliação externa de aprendizagem para os estudantes de 2º e 5º anos do Ensino Fundamental. O Programa investe também em material didático complementar para estudantes e professores e fará o acompanhamento pedagógico das unidades de ensino.

O Programa Alfabetiza MT foi inspirado no Programa de Alfabetização Idade Certa (PAIC) do Ceará, implantado há 14 anos; a iniciativa foi responsável em elevar os índices de alfabetização entre os estudantes. Os resultados podem ser medidos por indicadores com o IDEB, considerando os anos iniciais do Ensino Fundamental: em 2007, ano de lançamento do PAIC a rede pública cearense era a 16ª do país com nota de 3,8. Em 2019 o estado nordestino obteve 6,4 e ficou em terceiro lugar, atrás de São Paulo e Paraná. Além do Ceará, já implantaram o programa Amapá, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Goiás e Mato

Grosso do Sul. Ao todo, 21 mil escolas, 103 mil docentes e 774 mil estudantes são atendidos.

O Programa Alfabetiza MT foi aprovado no dia 19 de julho de 2021, com o principal objetivo de alfabetizar crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental e melhorar os resultados nessa etapa da Educação. Foi instituído pela Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 1.065 em 10 de agosto de 2021. Trata-se de uma política pública criada para melhorar os resultados da alfabetização até os anos indicados.

Num regime de colaboração entre Estado de Mato Grosso e os 141 Municípios dessa federação, os beneficiários diretos do Programa, segundo a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC (2022), são 271.966 pessoas, entre: estudantes e professores da Educação Infantil, estudantes e professores do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares.

Nossa pesquisa é relevante por que o tema é muito atual, e de extrema importância e relevância em diversos aspectos. Do ponto de vista social, a análise documental do Programa Alfabetiza MT permitirá identificar os avanços e desafios enfrentados na implementação dessa política pública, fornecendo subsídios para ajustes e melhorias contínuas no processo de alfabetização. Por meio da avaliação dos marcos legais, metas e resultados preliminares, será possível compreender as práticas pedagógicas mais eficazes, promover a formação continuada dos docentes e garantir que os recursos sejam aplicados de forma estratégica. Essa abordagem orientará a superação das desigualdades educacionais, assegurando que mais crianças sejam alfabetizadas no tempo certo e, assim, adquiram uma base sólida para sua trajetória acadêmica e profissional. Ao fortalecer o ensino fundamental, o Programa contribui para um futuro mais promissor, em que as crianças de Mato Grosso terão melhores oportunidades de aprendizado, desenvolvimento e inserção social.

Academicamente, essa pesquisa oferecerá uma oportunidade de análise e avaliação de políticas públicas educacionais em um contexto específico, trazendo informações valiosas para pesquisadores, acadêmicos e estudantes interessados em educação. Poderá contribuir assim, para a produção de conhecimento e a compreensão dos desafios e das melhores práticas no campo da alfabetização. Educacionalmente, o estudo do Programa Alfabetiza MT pode impactar diretamente o desenvolvimento e a implementação de políticas educacionais em todo o estado,

servindo de inspiração para outras regiões que buscam melhorar seus índices de alfabetização e qualidade de ensino. Ao monitorar a eficácia do programa e identificar áreas de melhoria, a pesquisa pode fornecer orientações valiosas para aprimorar a educação em Mato Grosso e além.

Em um nível pessoal, essa pesquisa pode ter um impacto significativo na vida das crianças, professores e famílias envolvidas no Programa Alfabetiza MT. Ao melhorar a qualidade da educação e garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade, o programa pode transformar vidas e abrir portas para um futuro mais brilhante para milhares de pessoas em Mato Grosso.

Como educadora dedicada, sempre me senti compelida a buscar maneiras de contribuir para o avanço da educação em minha comunidade e além dela. O Programa Alfabetiza MT representa uma oportunidade de fazer exatamente isso, fornecendo um ambiente de aprendizagem focado na alfabetização para crianças em idade escolar. Ao me envolver em uma pesquisa sobre este programa, estou motivada pela perspectiva de entender melhor como as políticas educacionais podem ser implementadas efetivamente para melhorar os resultados de alfabetização e, conseqüentemente, transformar vidas. Ao investigar os impactos deste Programa anseio contribuir com conhecimentos que possam informar futuras iniciativas educacionais e ajudar a moldar o futuro da educação em Mato Grosso e em todo o país.

A análise do Programa Alfabetiza MT requer um cuidado devido à sua recente implementação e à escassez de resultados consolidados até o momento. É imprescindível considerar que programas educacionais demandam tempo para alcançar resultados tangíveis e significativos, especialmente quando se trata de políticas voltadas para a alfabetização, que envolvem processos complexos de aprendizagem. Reconhecemos que a alfabetização é um processo gradual e contínuo, que demanda investimento em infraestrutura, formação de professores, desenvolvimento de metodologias eficazes e acompanhamento sistemático dos alunos. Dessa forma, esperar resultados expressivos em um curto período após a implementação de um programa como o Alfabetiza MT pode ser pouco realista.

A análise cuidadosa se faz necessária devido à variedade de fatores que podem influenciar os resultados educacionais. Questões como contexto socioeconômico dos estudantes, qualidade do ensino oferecido, infraestrutura das escolas e apoio familiar, que são fundamentais no processo de alfabetização.

Portanto, é importante considerarmos esses aspectos ao interpretar os resultados do programa.

Outro ponto a ser considerado é a possibilidade de desafios e obstáculos enfrentados durante a implementação do programa. Questões como resistência à mudança, falta de recursos adequados, burocracia administrativa e descontinuidade política podem impactar negativamente a eficácia do programa. Nesse sentido, uma análise aprofundada pode ajudar a identificar esses desafios e propor soluções para superá-los. Diante dessas considerações, adotamos uma abordagem crítica e cautelosa na análise do Programa Alfabetiza MT, levando em conta sua fase inicial de implementação e os desafios inerentes ao contexto educacional. Embora seja importante monitorar e avaliar os resultados do programa, é igualmente relevante reconhecer os limites temporais e contextuais que podem influenciar esses resultados.

Reconhecemos a importância em discutir a implementação e os resultados do Programa Alfabetiza MT, por que o programa chegou nas escolas mato-grossenses num momento em que professores e professoras estavam em meio a um grande desafio, que foi alfabetizar no período da pandemia do Covid-19. Muito embora os professores e as professoras tenham passado por situações nunca antes imaginadas, reconhece-se o quanto importa uma política educacional que venha agregar ao que se tem almejado melhorar. No entanto, reconhecemos também que um programa é trabalhado para dar frutos num tempo determinado, sendo a avaliação uma ação necessária para saber se o caminho trilhado tem favorecido o programa.

Surge então, a necessidade de uma abordagem abrangente na pesquisa sobre os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT, considerando tanto os resultados alcançados quanto o processo que os gerou. Enquanto os resultados são importantes para avaliar o impacto do programa, é igualmente essencial entender o processo de implementação, incluindo o passo a passo do programa, as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados e as práticas bem-sucedidas. Acreditamos que a partir desta pesquisa pode-se obter-se uma compreensão mais completa do Programa Alfabetiza MT como uma política pública e sua (in)eficácia na promoção da alfabetização em Mato Grosso.

Essa inquietação levou-nos à seguinte **questão-problema**: O que se pode compreender a partir dos primeiros resultados apresentados pelo Programa Alfabetiza MT enquanto política pública?

O **objetivo geral** dessa pesquisa é compreender, sob a perspectiva das políticas públicas de educação, os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT e sua importância para a região de Mato Grosso, professores, alunos e crianças em processo de alfabetização.

A pesquisa ainda conta com os seguintes **objetivos específicos**:

1. Contextualizar as políticas públicas educacionais, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização e formação de professores, delimitando o escopo para compreender o contexto normativo e institucional que embasa o Programa Alfabetiza MT.

2. Investigar os processos de alfabetização, compreendendo tanto os aspectos teóricos referentes aos processos de aprendizagem dos alunos, quanto as metodologias utilizadas pelos professores no ensino da alfabetização.

3. Investigar os documentos normativos que regulamentam o Programa Alfabetiza MT, visando compreender as diretrizes, objetivos e estratégias propostas pelo programa, bem como seu alinhamento com as políticas educacionais vigentes em Mato Grosso.

1.1. Estado do Conhecimento

O Estado do Conhecimento de uma pesquisa constitui-se de estudos desenvolvidos e já publicados em Banco de Dados de publicações científicas como o SciELO e CAPES. De modo geral na busca por essas publicações utilizam-se palavras-chaves que podem indicar a pertinência ao tema. Com esse entendimento, elegemos como palavras-chaves: políticas públicas, alfabetização, políticas educacionais, ensino fundamental, Programa Alfabetiza MT, Mato Grosso. Optamos por realizar a busca no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES.

Na busca realizada com as palavras-chave “políticas públicas”, “alfabetização” e “ensino fundamental”, foram encontradas 171 publicações entre Dissertações e Teses. Para refinar a busca, aplicamos filtros considerando o tipo de trabalho (Mestrado e Doutorado) e o período de anos entre 2018 e 2022. Com isso, foram selecionados cinco trabalhos para análise.

Entre as publicações selecionadas, destaca-se o trabalho intitulado “A alfabetização e as políticas educacionais: diálogos a partir das avaliações de larga escala entre 2009 e 2019”, de autoria de Leonardo Rocha de Almeida, apresentado

como Tese de Doutorado em Educação no ano de 2021 na Universidade La Salle, localizada em Canoas - Rio Grande do Sul. Outra pesquisa relevante é a dissertação de Mestrado em Educação de Vera Lúcia Hermann Thies, intitulada “Práticas pedagógicas de professoras alfabetizadoras frente aos desafios da construção da leitura e da escrita com crianças do primeiro ano de alfabetização”, defendida em 2022 na Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Também se destaca a Tese de Doutorado em Educação de Maria Elizabete Neves Ramos, intitulada “O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no Rio de Janeiro: implementação e (re)formulação da política”, concluída em 2020 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Além disso, selecionamos as dissertações de Mestrado em Educação de Lucimara Artrusa e Celita Fernandes de Oliveira e Silva. Respectivamente, os trabalhos são intitulados “O processo de alfabetização e letramento na transição da educação infantil para o ensino fundamental no município de São Carlos/SP”, defendido em 2020 na Universidade Federal de São Carlos, e “Alfabetização e Letramento: Os desafios metodológicos nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas da cidade de Araputanga, Mato Grosso”, concluído em 2021 na Universidade Católica de Brasília.

Depois de selecionar os trabalhos, realizamos a leitura dos resumos para avaliar a contribuição desses trabalhos com o tema de pesquisa. Dos resumos, foram destacados os seguintes elementos: objetivo e metodologia de pesquisa, principais resultados, palavras-chave. Segue a apresentação desses elementos por Autor.

Almeida (2021) propôs analisar o impacto das avaliações em larga escala sobre as políticas públicas de alfabetização no ensino fundamental regular entre os anos de 2009 e 2019. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, utilizando análise documental de textos provenientes do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os principais resultados apontaram para a falta de investimento, interesse para execução e abrangência da avaliação em larga escala no território nacional por parte do governo federal. As palavras-chave relacionadas ao estudo incluem alfabetização, avaliação em larga escala, ensino fundamental e políticas públicas.

Thies (2022) teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas adotadas por professoras alfabetizadoras diante dos desafios encontrados na construção da leitura e da escrita com crianças do primeiro ano de alfabetização. Utilizando uma

abordagem qualitativa, o estudo envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas a quatro professoras alfabetizadoras que participaram da formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e que lecionam em turmas da rede municipal de educação de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina. Os principais resultados indicaram a necessidade de políticas públicas mais eficientes e capacitações que atendam às demandas das professoras, incluindo apoio pedagógico e valorização profissional. Destacou-se o uso de atividades diferenciadas e o compromisso pedagógico e político com o desenvolvimento de uma educação crítica e transformadora. As palavras-chave relacionadas ao estudo abrangem alfabetização, construção da leitura e escrita, práticas pedagógicas, crianças e primeiro ano do ensino fundamental.

Ramos (2020) realizou uma investigação com o objetivo de analisar a percepção do PNAIC pelos agentes envolvidos na sua implementação no Estado do Rio de Janeiro, e suas mudanças no período de 2013 a 2019. A metodologia adotada foi baseada em análise documental, observação dos encontros de formação e entrevistas com os principais atores envolvidos no PNAIC, como professores alfabetizadores, formadores, coordenadores locais e secretários das gestões estadual e municipal das Secretarias de Educação. Os principais resultados destacaram que muitos municípios criaram departamentos de alfabetização em suas secretarias de educação, e grande parte dos professores alfabetizadores buscaram mais formação em nível de graduação e pós-graduação. As palavras-chave relacionadas ao estudo foram PNAIC, implementação de política pública e regime de colaboração.

Artussa (2020) teve como objetivo analisar o processo de alfabetização e letramento na transição da última etapa da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos no município de São Carlos, São Paulo. A metodologia utilizada foi qualitativa do tipo estudo de caso, envolvendo a aplicação de entrevistas semiestruturadas a quatro professoras de duas escolas da rede pública de ensino e análise documental, incluindo o Projeto Político Pedagógico das escolas, leis, decretos e pareceres relacionados ao PNAIC e à BNCC. Os resultados principais indicaram uma reinvenção da imagem da alfabetização, com a construção de um caminho de aprendizagem interativo pela criança e a necessidade de aprofundamento nos diversos tipos de saberes demandados pelo trabalho docente.

Silva (2021) teve como objetivo analisar as práticas metodológicas para a alfabetização e letramento utilizados pelos professores dos anos iniciais do Ensino

Fundamental em Araputanga, MT. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, com a aplicação de um questionário misto a 13 professores alfabetizadores de três escolas públicas de Araputanga, MT. Os principais resultados destacaram a necessidade de os professores confiarem nos conceitos de método e técnica para atuarem de forma mais efetiva no atendimento às demandas dessa etapa da escolarização, além da importância da formação do professor e da adoção de aulas mais dinâmicas e diferentes práticas de ensino. As palavras-chave associadas ao estudo foram alfabetização e letramento, metodologia e práticas pedagógicas.

Observamos que a necessidade de formação dos professores é comum aos cinco trabalhos analisados, ainda que entre esses estudos, os professores participantes da pesquisa estivessem em formação. Isso significa que investir nas formações dos professores é premissa à implementação de qualquer programa / política pública, para que os seus objetivos sejam, de fato, alcançados. Os cinco trabalhos contribuíram com a abordagem ao tema no sentido de auxiliar na compreensão de como as políticas públicas e programas para a melhoria da qualidade da Educação são implementadas e como se realizam as buscas pelo alcance dos seus objetivos.

Ao analisar a busca por trabalhos relacionados à temática da alfabetização no contexto do Programa Alfabetiza MT, constatamos os que não foi encontrado nenhum trabalho utilizando as palavras-chave “alfabetização” e “Programa Alfabetiza MT”. Essa lacuna é atribuída ao pouco tempo de implementação do programa. Em seguida, uma nova busca foi realizada com as palavras-chave “alfabetização”, “ensino fundamental” e “Mato Grosso”, resultando em 49 trabalhos de mestrado. Desses, apenas 13 foram selecionados dentro do período de 2018 a 2022, sendo que apenas um deles correspondia ao foco da pesquisa em questão, o trabalho de Silva (2021).

Diante do baixo número de trabalhos encontrados, uma terceira busca foi conduzida utilizando as palavras-chave “alfabetização”, “políticas públicas” e “Mato Grosso”, resultando em 28 trabalhos de mestrado. No entanto, apenas cinco foram selecionados, sendo que somente um deles abordava diretamente a temática da nossa pesquisa.

O trabalho de Souza (2020) investiga as políticas públicas para alfabetização em duas Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, com o objetivo de analisar a qualidade do processo alfabetizador. Utilizando uma metodologia qualitativa, o estudo envolveu análise

bibliográfica e documental, juntamente com pesquisa empírica através de entrevistas semiestruturadas com professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e direção das escolas. Os principais resultados apontaram que os professores baseavam seu trabalho nos Referenciais Curriculares e Orientações Curriculares, mas havia falta de especificidade e clareza no processo de alfabetização. Essa pesquisa será relevante para o desenvolvimento da dissertação em questão, pois traz informações e conhecimentos sobre as práticas de alfabetização dos professores, mesmo diante da falta de compreensão completa dos documentos que regem esse processo.

A análise dos estudos selecionados evidencia uma lacuna significativa na literatura existente, especialmente no contexto do Programa Alfabetiza MT, o que pode ser atribuído ao seu recente desenvolvimento. Entretanto, os trabalhos revisados oferecem informações relevantes sobre as políticas públicas de alfabetização e suas implementações. Destaca-se a importância da formação contínua dos professores como premissa fundamental para o sucesso de qualquer programa ou política educacional.

As investigações revelam desafios comuns, como a necessidade de maior investimento em capacitação docente, suporte pedagógico, e metodologias inovadoras para enfrentar os obstáculos no processo de alfabetização. Essas conclusões sublinham a necessidade de mais estudos focados no contexto específico do Mato Grosso e do Programa Alfabetiza MT, de modo a preencher as lacunas identificadas e contribuir para a melhoria contínua das práticas educativas na região. Assim, a pesquisa em questão se beneficiará das reflexões apresentadas, promovendo um entendimento mais profundo e abrangente das dinâmicas envolvidas na alfabetização e das políticas públicas associadas.

A dissertação é composta por uma introdução, onde se apresenta uma visão geral do estudo, destacando sua relevância e os objetivos principais. Neste capítulo inicial, o problema de pesquisa é contextualizado, justificando a importância de investigar o Programa Alfabetiza MT dentro do cenário das políticas públicas educacionais e da alfabetização no Brasil. Em seguida, o Estado do Conhecimento oferece uma revisão da literatura existente sobre o tema, identificando as principais contribuições e lacunas no conhecimento atual. Essa seção estabelece a base teórica e contextual para a pesquisa, demonstrando a pertinência e a originalidade do estudo.

O capítulo sobre Caminhos Metodológicos detalha a abordagem metodológica adotada na pesquisa, discutindo os métodos qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental utilizados para a coleta e análise dos dados. A justificativa para a escolha desses métodos é apresentada, juntamente com uma descrição dos procedimentos de coleta de dados e das técnicas de análise empregadas.

Na sequência, o capítulo intitulado “Alfabetização e Políticas Educacionais: Explorando o Programa Alfabetiza MT no Contexto Atual” é subdividido em três seções principais. A primeira seção explora os conceitos fundamentais e os contextos históricos e teóricos das políticas públicas educacionais, utilizando referências como Secchi (2013), Souza (2002), Silva, Dias e Mendonça (2018), e Lenzi (2018) para fornecer uma compreensão aprofundada da evolução e dos desafios das políticas educacionais no Brasil. A segunda seção foca nos processos de alfabetização, examinando documentos-chave como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e a Política Nacional de Alfabetização de 2019. Essa análise permite identificar diretrizes, orientações e desafios na implementação das políticas de alfabetização. A terceira seção investiga os documentos que regulamentam o Programa Alfabetiza MT, baseando-se em fontes da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e políticas nacionais como o PNAIC. O objetivo é entender como o programa se insere no contexto das políticas educacionais estaduais e nacionais, identificando sua fundamentação legal e estratégias de implementação.

O capítulo seguinte apresenta e discute os primeiros resultados obtidos com a implementação do Programa Alfabetiza MT. A análise é baseada nos dados coletados e busca avaliar a eficácia e os impactos iniciais do programa no contexto educacional de Mato Grosso.

A dissertação é finalizada com as Considerações Finais, que oferecem uma síntese dos principais achados da pesquisa, discutindo suas implicações para a prática e a política educacional. São também apresentadas sugestões para futuras pesquisas e recomendações para o aprimoramento das políticas e práticas de alfabetização.

Finalmente, a seção de Referências compila todas as fontes bibliográficas e documentais citadas ao longo da dissertação, seguindo as normas acadêmicas pertinentes.

1.2 A autora

Eu, Neide Pereira Oliveira da Silva, nascida em 19 de dezembro de 1977 em Salinas - Minas Gerais, onde cursei até o ensino médio na escola Estadual Ladalino Ribeiro. Após término do magistério, atuei como professora de pré-escola, obtendo assim as primeiras experiências na educação em um período de dois anos e meio na educação infantil. Me apaixonei pela profissão, na qual após me mudar para o estado de Mato Grosso no ano de 2000, me matriculei na UNIVAG, extensão de Várzea Grande em Rondonópolis para cursar Pedagogia.

Em 2002, fui aprovada no concurso de professora pelo Município de Itiquira, tendo tomado posse no distrito de Ouro Branco do Sul, a 100 quilômetros da sede, mesmo com formação somente no Magistério. Em 2005 finalizei a faculdade, sendo, por esse feito, conseguido elevação de nível como pedagoga, dando ainda mais uma alavancada na minha carreira profissional. Ainda em 2005 finalizei a especialização pela UNOESTE Paulista em Avaliação no Ensino e Aprendizagem.

Prestei serviço como professora na Escola Estadual Bonifácio Sachetti durante 5 anos como contratada. Em 2011, com a graça de Deus, fui aprovada também no concurso estadual como pedagoga. Após anos já prestados na Educação sou grata a Deus por estar finalizando o tão sonhado Mestrado em Educação pela URI, que me proporcionou novos conhecimentos para minhas práticas pedagógicas, além de contribuir com a Educação.

Trabalhando com alfabetização, há tempos tenho encontrado dificuldades, como a pandemia Covid-19, que veio aumentar os desafios. Veio então, a vontade de buscar estratégias e conhecimentos tais, que pudesse fortalecer minhas práticas pedagógicas, com objetivo de obter sucesso mediante a alfabetização dos alunos em tempo hábil. Foi o que aguçou fortemente o desejo de fazer o projeto do mestrado baseado no Alfabetiza MT, vindo num momento que me auxiliaria a superar as dificuldades mediante alfabetização.

Esse projeto tem alcançado grandes avanços e sanado dificuldades de muitos alfabetizadores. Espero que a cada dia, o Alfabetiza MT continue contribuindo com o progresso da Educação. Tenho honra em dizer que faço parte dessa experiência.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O Governo do Estado de Mato Grosso tem investido nas necessidades educacionais com a implementação de políticas públicas de educação, como o Programa Alfabetiza MT, regulamentado em agosto de 2021, que por meio da SEDUC/MT em parceria com os Municípios, pode ser uma política de extrema importância para a alfabetização das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, bem como para as escolas, seus gestores, professores e demais alunos. É este Programa o foco dessa pesquisa.

Para afirmar as informações apresentadas no desenvolvimento Dissertação, utilizamos como procedimentos metodológicos: a análise da legislação que regulamenta o Programa Alfabetiza MT, o ciclo de Políticas Públicas no contexto dos primeiros resultados do referido programa; a leitura e a análise de autores que embasarão teoricamente a pesquisa sobre os conceitos e contextos das Políticas Públicas Educacionais, e a Alfabetização, como Secchi (2013), Souza (2002) e Lenzi (2018).

De acordo com Gil (2008), o que torna o conhecimento científico diferente dos demais é a sua verificabilidade, sendo esta possível mediante a utilização de um método que possibilitou chegar a esse conhecimento. “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil, 2008, p. 27). O mesmo autor explica que há uma diversidade de métodos, sendo classificados a partir de dois grandes grupos: aqueles que proporcionam as bases lógicas da investigação científica, e aqueles que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados, que é o caso dessa pesquisa.

Gil (2002) explana sobre a necessidade de adotar critérios para classificar uma pesquisa, sendo usual classificá-la quanto: aos seus objetivos (exploratórias, descritivas e explicativas), aos procedimentos técnicos (bibliográfica e a documental; experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante).

Desenvolvemos uma pesquisa de método qualitativo, exploratória, bibliográfica e documental sobre primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT. Gil (2008) menciona que a pesquisa de método qualitativo tem como principal característica, a interpretação do fenômeno, seu significado, descrevendo-o e codificando-o em seu

ambiente natural sem quantificá-lo, sendo o método qualitativo, uma característica da pesquisa exploratória. “Na pesquisa qualitativa importante papel é conferido à interpretação”, explica Gil (2008, p. 177). Denzin e Lincoln (2006) concordam e afirmam que:

[...] a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem. (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

Quanto aos fins, realizamos uma pesquisa exploratória, por tratar de um tema pouco explorado (Programa Alfabetiza MT), toda a sua estrutura (oito componentes) e implementação, e os primeiros resultados, posto que é muito recente (regulamentado em 2021). Segundo Gil (2008),

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (Gil, 2008, p. 27)

Quanto aos meios, nossa pesquisa é documental, por utilizar principalmente fontes documentais, incluindo documentos públicos como leis e regulamentos relacionados a políticas públicas de alfabetização, especificamente os que regulamentam o Programa Alfabetiza MT. Analisamos documentos como o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC MT), a Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021, e o Decreto nº 1.065, de 10 de agosto de 2021, os materiais didáticos complementares (MDC) e documentos relacionados a formações, assessoria pedagógica e monitoramento dos resultados das ações do programa. Essas fontes foram fornecidas pelas Diretorias Regionais de Educação de Mato Grosso, com apoio das equipes estaduais e municipais.

É também bibliográfica, por analisar um material publicado, de acesso público, como livros e revistas que contribuirão com esse estudo.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, após a coleta dos dados, realizamos a análise de conteúdo, por categorias. “Como as categorias derivam dos próprios dados é necessário que sejam definidas como provisórias até que possam abarcar os dados a serem obtidos posteriormente”, expõe Gil (2008, p. 177). Temos como pré-definidas as seguintes categorias de análise: políticas públicas educacionais;

alfabetização; resultados do Programa Alfabetiza MT. Quanto à interpretação dos dados, ela

[...] é entendida como um processo que sucede à sua análise. Mas estes dois processos estão intimamente relacionados. Nas pesquisas qualitativas, especialmente, não há como separar os dois processos. [...] o que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias. Ligação essa que precisa estabelecer-se de forma harmônica. (Gil, 2008, p. 177-178).

Complementando, Denzin e Lincoln (2006) explicam que na análise de conteúdo a definição das categorias de análise dá-se pela relevância que cada uma delas representa no contexto teórico. E a interpretação do fenômeno se realiza simultaneamente conforme se apresentam os resultados.

A construção do capítulo teórico da dissertação segue uma abordagem centrada na análise dos primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT, que incluem a abordagem às políticas públicas educacionais, processos de alfabetização e a regulamentação do Programa Alfabetiza MT. O objetivo é contextualizar as políticas públicas educacionais com base em autores renomados como Secchi (2013), Souza (2002), Silva, Dias e Mendonça (2018), e Lenzi (2018), proporcionando uma visão histórica e teórica abrangente.

Em seguida, a investigação dos processos de alfabetização será fundamentada em documentos essenciais como a BNCC (2018), a LDB 9394/96 e a Política Nacional de Alfabetização (2019), permitindo uma compreensão aprofundada das diretrizes e desafios na implementação dessas políticas. Por fim, a análise documental focada no Programa Alfabetiza MT, utilizando fontes da SEDUC e do PNAIC, visa entender a inserção e o impacto do programa no contexto das políticas educacionais estaduais e nacionais. Essa estrutura integrada é importante para oferecer uma visão mais aprofundada das políticas públicas educacionais e do papel específico do Programa Alfabetiza MT na promoção da alfabetização em Mato Grosso, enriquecendo o entendimento e contribuindo para futuras pesquisas e práticas educacionais.

3. ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: EXPLORANDO O PROGRAMA ALFABETIZA MT NO CONTEXTO ATUAL

Nesse capítulo exploramos os temas relacionados às políticas públicas educacionais, à alfabetização e ao Programa Alfabetiza MT, mediante a revisão de literatura existente sobre a temática, bem como na análise de documentos oficiais, como leis, decretos, regulamentos e relatórios relacionados ao programa. Essa abordagem pode contribuir com uma compreensão mais aprofundada desse objeto de estudo, fornecendo embasamento teórico e dados relevantes para a pesquisa em questão.

O texto nos auxilia a avançar na compreensão das políticas públicas nacionais, destacando a relevância de abordar a legislação nacional, bem como a legislação específica de Mato Grosso e outras políticas complementares. Consideramos importante estabelecer uma relação entre a política em análise e outras políticas públicas anteriores, evidenciando a continuidade e o progresso das ações governamentais, bem como vincular a política em estudo com as políticas públicas nacionais, apontando programas e outras iniciativas relevantes. Essa conexão é necessária visto que as políticas públicas podem apresentar limitações, sendo fundamental contextualizá-las dentro de um panorama mais amplo.

3.1 Políticas Públicas Educacionais: conceitos e contextos

A educação brasileira é regida por documentos como: a Constituição Federal brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/96, a Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, o Plano Nacional de Educação - PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - DCN, dentre outros. Esses documentos estabelecem diretrizes, normas e metas para a educação brasileira, delineando os caminhos a serem seguidos e os objetivos a serem alcançados.

É gerida também por políticas públicas educacionais que visam o direito à educação e a melhoria de sua qualidade, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, Programa Universidade para Todos – Prouni, dentre outros. Essas iniciativas visam atender às necessidades educacionais da

população, desde a alfabetização na idade certa até o acesso ao ensino superior, contribuindo para a democratização do ensino e a promoção da igualdade de oportunidades.

As DCN são documentos elaborados pelo MEC que estabelecem as normas e diretrizes para a organização e desenvolvimento dos currículos das instituições de ensino no Brasil. Essas diretrizes são fundamentais para garantir a qualidade e a uniformidade da educação em todo o país, promovendo a equidade e a melhoria do ensino; elas abrangem diferentes níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e são atualizadas periodicamente para acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e educacionais. E definem os princípios, os objetivos e os conteúdos que devem ser contemplados nos currículos escolares, bem como orientam as práticas pedagógicas e a avaliação da aprendizagem.

As Diretrizes buscam garantir a formação integral dos estudantes, contemplando os aspectos cognitivos e os aspectos sociais, emocionais e culturais. Elas promovem a valorização da diversidade e o respeito às diferenças, contribuindo para uma educação mais inclusiva e democrática. No contexto da implementação do Programa Alfabetiza MT, as DCN podem fornecer orientações importantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas com as diretrizes educacionais nacionais, contribuindo para a efetividade do programa e para a promoção da qualidade da alfabetização no estado de Mato Grosso.

A ligação entre os citados documentos e as políticas públicas para a educação está na abordagem das estruturas normativas que orientam o sistema educacional brasileiro, bem como nas ações governamentais voltadas para a garantia do direito à educação e aprimoramento da sua qualidade em todas as etapas de ensino. Essas políticas são essenciais para promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, alinhada com os princípios de justiça social e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, questiona-se: o que são políticas públicas? Para definir políticas públicas, Secchi (2013) expõe que elas surgiram há mais de 60 anos – atualmente, mais de 70 anos, para explicar os fenômenos de natureza político-administrativa. Segundo o autor, duas obras foram cruciais para compreender as políticas públicas: *The governmental process* (1951), de David B. Truman (1951), e *The policy sciences*, de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell (1951). O primeiro discorre “sobre grupos de interesses, suas estruturas e as técnicas de influência sobre os

processos de políticas públicas no Executivo, Legislativo, Judiciário e no corpo burocrático da administração pública” (Secchi, 2013, p. 11). O segundo, traz um capítulo (*The policy orientation*), no qual

[...] é discutido o crescente interesse de pesquisadores sobre a formulação e avaliação de impacto das políticas públicas. No capítulo supracitado, Lasswell delimita esse campo do conhecimento multidisciplinar e orientado para a resolução de problemas públicos concretos. As *policy sciences* nasceram para ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos, assim como a medicina o faz com problemas do organismo e a engenharia, com problemas técnicos. (Secchi, 2013, p. 11).

À primeira vista, parece tudo muito complicado compreender o que são as políticas públicas e seus objetivos. Ao certo, elas foram e são criadas mediante um vasto estudo sobre determinado assunto / fenômeno, servindo de dispositivo para auxiliar nas tomadas de decisões nos âmbitos da saúde, da educação, do meio ambiente, da gestão pública e outros. Na visão de Secchi (2013) há disparidades entre os conceitos atribuídos às políticas públicas, além de dúvidas que nem sempre recebem respostas.

Secchi (2013) define política pública como uma diretriz concebida para abordar questões de interesse público, constituindo-se em uma orientação que influencia as ações ou omissões de determinados agentes. Essas ações ou omissões resultantes dessa orientação também são consideradas parte da política pública. Segundo o autor, uma política pública apresenta dois elementos essenciais: a intencionalidade pública e a resposta a uma questão de interesse coletivo. Em outras palavras, o propósito da implementação de uma política pública é lidar com ou resolver um problema reconhecido como relevante para a comunidade.

Está claro que ao criar-se uma política pública, o objetivo é resolver um problema público comum. E que a forma de o fazer é determinada por quem ou pelo órgão que a criou. Como se observa, subentende-se que as políticas públicas são impostas em sua materialização, ou seja, elas devem ser desenvolvidas e apresentar os frutos conforme são apresentadas, seja na saúde, na educação ou em qualquer outro segmento /órgão vinculado ao sistema estatal. Devem ser cumpridas. O fato é que elas, dando certo ou não, afeta a vida de todos.

De acordo com Souza (2002), as políticas públicas giram em torno de ideias e interesses, por isso não há consenso entre as mais diversas definições. Para esta autora,

As definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores. Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2002, p. 5).

Nota-se pela visão de Souza (2002), que, interessa que os resultados ou mudanças esperadas se concretizem, como se importasse o fim, e não os meios, ainda que esses sejam critérios de implementação, desenvolvimento e conclusão de uma política pública. Numa linguagem bem mais simples, Souza (2002, p. 4) afirma que “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

Sobre as formas como as políticas públicas se apresentam, Souza (2002, p. 5-6) explica que, após elas serem elaboradas, são instituídas no formato de “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação”.

No quadro abaixo, estão apresentados os quatro tipos de políticas públicas, segundo Souza (2002).

Tabela 1 - Política Pública: Tipologia

| Tipos de política pública | Características | Exemplo |
|---------------------------|--|---|
| Distributivas | O Governo decide por meio de orçamento público os recursos retirados da sociedade, privilegiando grupos sociais em detrimento de interesses universais; favorece o clientelismo e o patrimonialismo. | Doação de cadeiras de rodas para deficientes físicos; oferta serviço para pavimentação de ruas. |
| Redistributivas | Redistribui a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e na forma de recursos; são de difícil encaminhamento; atinge maior | Isenção do IPTU para determinados cidadãos em detrimento ao aumento desse imposto para |

| | | |
|---------------|---|--|
| | número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros. | pessoas com maior poder aquisitivo; Programas habitacionais para população de baixa renda. |
| Regulatórias | São mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. | Limitação das vendas de determinados produtos. |
| Constitutivas | Lidam com procedimentos; geram pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se dentro do sistema político de forma diferente; estipulação de regras, ou seja, de que formas o cidadão pode fazer parte e ser beneficiado por uma ação do Estado. | Formas de concorrer a um sorteio de uma casa no Programa Minha Casa Minha Vida. |

Fonte: Adaptado de: Souza (2002, p. 7); <https://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/134-politicas-publicas/1156-tipos-de-politicas-publicas>; <https://www.infoescola.com/sociedade/politica-publica/#politicas-publicas-constitutivas>.

É possível se observar que, o que há de comum entre os quatro tipos de políticas públicas, é que elas sempre envolvem conflito de interesses. De modo geral, o lado “político” sobrepõe-se aos beneficiários. Ainda assim, Souza (2002), argumenta que a credibilidade das políticas públicas é fundamental no que diz respeito às políticas monetárias. E essas influenciam diretamente nas demais políticas públicas.

Souza (2002) sintetiza as definições e modelos de políticas públicas destacando seus principais elementos, como segue:

- A política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação. (Souza, 2002, p. 13-14).

São elementos os quais muitas vezes nem todos são visíveis. Dessa forma, não há como os beneficiários discutirem suas regras e leis, formas de implementação, prazos e outros elementos parte de uma política pública. Na realidade, o teor de uma política pública só é mais conhecido quando no processo de sua implementação.

Talvez seja por essa razão, que, como mostrou o trabalho de Souza (2020), algumas ações se realizem sem a devida compreensão do que se está fazendo.

É possível reconhecer que as políticas públicas fazem parte de cotidiano das pessoas nas esferas públicas da saúde, da educação, da habitação, da cultura e outras. Tudo envolve política e seguramente, políticas públicas. E essas não têm uma só definição, mas seguem uma linha onde quem as elabora, na maioria dos casos, não tem a experiência dos beneficiários – podem até conhecerem bem o problema, mas na profundidade de quem o vive.

Na tabela abaixo, apresentamos as principais políticas e documentos que norteiam as ações de alfabetização no Brasil, evidenciando a complementaridade entre legislação, programas específicos e orientações curriculares.

Tabela 2 - Políticas e documentos de Alfabetização

| Política | Caracterização |
|---|---|
| Constituição Federal de 1988 | Estabelece o direito universal à educação, assegurando o acesso à educação básica obrigatória e gratuita para todos, incluindo a alfabetização como prioridade na infância. |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 | Definir como bases da organização da educação brasileira, com foco na alfabetização como etapa fundamental da educação infantil e do ensino fundamental, priorizando a garantia de qualidade e inclusão. |
| Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) | Documento que orienta a organização curricular, destacando a alfabetização como eixo estruturante dos primeiros anos do ensino fundamental e enfatizando competências de leitura e escrita. |
| Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) | Orientam os currículos da educação básica, garantindo que a alfabetização seja inclusiva, equitativa e promova o desenvolvimento integral do estudante nos aspectos cognitivos, sociais e culturais. |
| Plano Nacional de Educação (PNE) | Estabelece metas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos, com ações voltadas para a erradicação do analfabetismo, a universalização da alfabetização até os oito anos de idade e a melhoria contínua da qualidade educacional. |
| Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) | Garantir o direito à educação e reforçar a obrigação de alfabetização como um direito fundamental das crianças e |

| | |
|---|---|
| | adolescentes, devendo ser realizada na idade correspondente. |
| Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) | Programa que visa garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade, com ações de formação continuada de professores, materiais didáticos adequados e monitoramento contínuo. |
| Programa Brasil Alfabetizado (PBA) | Iniciativa voltada para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, com foco na erradicação do analfabetismo em regiões de maior vulnerabilidade social e em populações que não tiveram acesso à educação básica na infância. |
| Base Nacional Comum Curricular (BNCC) | Documento normativo que orienta a alfabetização como um processo a ser concluído nos dois primeiros anos do ensino fundamental, destacando competências de leitura, escrita, interpretação e pensamento lógico. |
| Programa Alfabetiza MT | Programa estadual de Mato Grosso que busca fortalecer a alfabetização na idade certa, alinhado às diretrizes nacionais, com foco na capacitação de professores, metodologia de desenvolvimento de inovações e monitoramento do aprendizado. |

Fonte: Elaboração própria

Ao apresentarem uma revisão sobre conceitos centrais de políticas públicas educacionais no “I Seminário de Políticas Públicas Educacionais: Desafios e perspectivas após o Golpe de 2016”, Silva, Dias e Mendonça (2018) citaram o conceito de Oliveira (2010) para afirmar que, Política Pública Educacional

[...] é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (Silva; Dias; Mendonça, 2018, p. 5).

Nesse contexto, subentende-se que as políticas públicas educacionais são sempre direcionadas a um determinado foco, com o objetivo de resolver um único problema dentre tantos outros existentes na educação escolar, visando sempre, o sucesso da aprendizagem do aluno. De modo particular, os autores afirmam que toda e qualquer política pública é criada para superar as desigualdades sociais historicamente construídas em nosso País.

Dessa forma, para construir uma nova história, pode-se admitir a necessidade de, em alguns casos, desconstruir o que se tem, ou reconstruir de forma que, os possíveis erros cometidos não retornem transformando-se num novo problema para mais uma nova política pública. Deve-se focar a realidade que precisa ser mudada e prover meios para que isso aconteça, não de forma imposta, mas bem trabalhada, muito esclarecida para que se consiga o fim almejado.

De acordo com a Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, Tié Lenzi, as políticas educacionais são formuladas, analisadas e estabelecidas com base em legislações promulgadas pelos representantes do Poder Legislativo, incluindo deputados federais, estaduais, senadores e vereadores, em cada nível de governo: federal, estadual e municipal. Além disso, os membros do Poder Executivo, como o presidente da República, os governadores e os prefeitos, também têm a prerrogativa de apresentar propostas que visem aprimorar o setor educacional.

Na análise da referida Mestre, a população pode participar da elaboração da formação de uma política educacional, e que, aliás, muitas delas tiveram sua origem em pedidos ou sugestões da população ao participar de algum conselho de políticas públicas. A autora expõe algumas políticas públicas educacionais no Brasil, conforme apresenta-se no quadro a seguir.

Tabela 3 - Caracterização de Políticas Públicas Educacionais

| Política Pública Educacional | Caracterização |
|--|--|
| Programa Brasil Alfabetizado | Programa implementado nos Estados para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. |
| Educação para Jovens e Adultos (EJA) | Programa dedicado à educação de adultos que não terminaram os estudos na idade indicada; atende desde o ensino fundamental até o ensino médio. |
| Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) | Surgiu para aumentar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissionalizante; atende estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de outros programas sociais do governo. |
| Programa Universidade Para Todos (PROUNI) | Foi criado para oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, destinadas aos estudantes de baixa renda que ainda não têm ensino universitário. |
| MEDIOTEC | Ofereceu cursos de ensino técnico dedicado aos estudantes que estavam cursando ensino médio nas escolas públicas estaduais. |

| | |
|--|---|
| Programa Escola Acessível | Foi criado para aumentar a acessibilidade no ambiente escolar da rede pública de ensino; ofereceu informação e recursos de ensino para melhorar o aprendizado de estudantes com necessidades especiais. |
| Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) | Foi criado para dar apoio financeiro aos cursos de licenciaturas indígenas ou interculturais que formaram os professores de escolas indígenas. |
| Programa Caminho da Escola | Foi criado para melhorar e aumentar a frota de veículos que faziam o transporte escolar nas redes de ensino estaduais e municipais. |
| Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) | Era um fundo dedicado ao aumento de investimento financeiro do governo federal em projetos de educação nos estados. |
| Educação em Prisões | Programa educativo de apoio financeiro e técnico para dar ensino a jovens e adultos que cumpriam pena no sistema prisional. |
| Programa Brasil Profissionalizado | Programa de educação profissionalizante dirigido aos jovens matriculados no ensino médio da rede pública de ensino. |

Fonte: Lenzi (2018, n. p.)

Pela síntese apresentada por Lenzi (2018), observa-se que o objetivo de cada política educacional era voltado para um público em específico. Isso faz com que o programa, projeto, plano ou ação tenha um único foco. Chama a atenção, porém, que todas as realidades de um mesmo problema na educação, sejam consideradas durante o processo de elaboração de um programa educacional. Ou, de certa forma, as estratégias de implementação pudessem trazer diferentes propostas, cabendo às instituições escolares definirem a melhor forma de implementar o programa, sem, no entanto, deixar de atender em inteiro teor, aos objetivos do programa.

3.2 A Alfabetização

Ao discutir sobre o que chama de reinvenção da alfabetização, Soares (2003, p. 16) afirma que a alfabetização compreende a “aprendizagem da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita e das relações fonema/grafema, do uso dos instrumentos com os quais se escreve”, e que esse conceito tem sido desprezado, sendo percebida a precariedade do domínio da leitura e da escrita pelos alunos. Esta

afirmação, segundo a autora, provém principalmente das avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Soares (2003) analisa a gravidade dessa perda, afirmando que não se pode mais permitir que milhares de alunos, de todas as idades, saiam da escola semialfabetizados, ou ainda, analfabetos, como mostrou os resultados de diversas edições do SAEB, como explica a autora. Na ocasião desta obra, o número de analfabetos alcançou 33%. O problema, segundo a mesma autora, teve início na década de 1980, quando se tinham métodos para alfabetizar, mas não haviam teorias para fundamentá-los e orientar os professores alfabetizadores. Na realidade, haviam teorias para fundamentar os métodos, como a Gestalt para os métodos analíticos e a abordagem didática comeniana dos simples para o complexo, como no caso dos métodos sintéticos.

Koffka (2013) explica que a Gestalt, ao ser aplicada aos métodos analíticos, propõe uma compreensão do aprendizado que prioriza a percepção do todo antes de se concentrar nas partes isoladas. Essa abordagem enfatiza que o conhecimento deve ser compreendido em sua totalidade, permitindo que o aluno entenda o contexto e o significado geral do conteúdo antes de fragmentá-lo em detalhes. No campo educacional, isso significa que a aprendizagem é mais eficaz quando o aluno é capaz de perceber a interconexão entre as partes e como elas se relacionam dentro de um sistema maior.

Já a abordagem didática de Comênio, segundo Mantoan (2003), sugeria que o ensino deveria iniciar com conceitos simples e acessíveis, que serviriam de base para o desenvolvimento gradual de conceitos mais complexos, facilitando a assimilação do conteúdo, proporcionando ao aluno uma estrutura sólida sobre a qual poderia construir conhecimentos mais elaborados. Dessa forma, tanto a perspectiva integral da Gestalt quanto a abordagem sintética de Comênio propõem estratégias que favoreçam uma aprendizagem mais integrada e progressiva.

Conforme surgiram as teorias, como a construtivista - “sem método” (Soares, 2003), o problema se acentuou, fazendo com que tentassem alfabetizar sem a utilização de um método. “É preciso ter as duas coisas: um método fundamentado numa teoria e uma teoria que produza um método”, argumenta Soares (2003, p. 17). Complementando, a mesma autora afirma que não se pode aceitar que uma criança aprenda a ler e escrever somente pelo convívio com textos, num ambiente alfabetizador – isso é insuficiente.

Ferreiro (2013) concorda com Soares (2003) ao expor que é recente a preocupação com a alfabetização e sua real importância no processo de maturidade e prontidão das crianças, dos adolescentes e dos adultos. É preciso, conforme analisa a autora, atentar-se para as experiências de alfabetização inicial que as crianças têm, a relação e distinção que elas fazem entre os sistemas de codificação e de representação. De acordo com a mesma autora:

A alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de “maturidade” ou de “prontidão” da criança. Os dois polos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizados sem que se leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem. (Ferreiro, 2013, p. 18).

As crianças em processo inicial de alfabetização precisam ser ensinadas a conceberem a escrita como um código de transcrição que converte as unidades sonoras em unidades gráficas (visual e auditiva), explica Ferreiro (2013). Dessa forma, a leitura e a escrita centram-se nessa concepção, de modo que ao desenhar o que ouve (som), a criança saiba dissociar um e outro, e o faça sem dificuldades. Para a mesma autora, assim, a criança não terá dificuldades de aprender a ler e escrever, e saberá transcrever o som para um código visual.

O conceito de escrita como código, entendido como a transcrição de unidades sonoras em unidades gráficas, embora útil em determinados contextos, pode ser limitado quando aplicado de forma isolada no processo de alfabetização. A escrita não é somente um sistema de codificação, mas um fenômeno cultural e social, que envolve significados, interações e práticas discursivas. Conforme argumenta Ferreiro (2013), a alfabetização deve ser compreendida como um processo ativo e dinâmico, no qual a criança associa sons e letras, desenvolve uma compreensão ampla do uso social da escrita, sua funcionalidade e seus significados no cotidiano. Dessa forma, é fundamental superar a visão mecanicista e integrar abordagens que considerem a escrita como uma ferramenta de expressão e interação social, promovendo um aprendizado mais significativo e contextualizado.

Para Sonia Kramer (2019), existem alguns dilemas em relação à alfabetização. De acordo com esta autora, o debate em torno da alfabetização suscita o dilema fundamental entre abordagens que enfatizam a mecânica da leitura e da escrita versus aquelas que priorizam a compreensão e a expressão de significados. E cita

Magda Becker Soares (1985) para argumentar a necessidade de uma teoria abrangente da alfabetização que considere os aspectos conceituais, os processuais e condicionantes desse fenômeno educacional. Este embate teórico reflete e influencia as práticas pedagógicas, destacando a complexidade subjacente ao processo de alfabetização.

Por um lado, há uma corrente que defende a alfabetização como a aquisição dos mecanismos básicos da leitura e da escrita, caracterizando-a como um processo de domínio técnico. Por outro lado, outra perspectiva concebe a alfabetização como um processo de construção de significados, enfatizando a compreensão e a expressão através da linguagem escrita. Esta última abordagem destaca a importância do contexto social e das interações para o desenvolvimento da competência literária, expõe Kramer (2019).

A dicotomia entre essas perspectivas é teórica e metodológica, influenciando diretamente as práticas educacionais. As abordagens centradas na mecânica da alfabetização tendem a priorizar a repetição de exercícios de decodificação, enquanto aquelas voltadas para a compreensão enfatizam o envolvimento significativo com os textos e a construção ativa do conhecimento. No entanto, conforme expõe Kramer (2019), a divisão entre esses dois enfoques pode ser superada através de uma compreensão mais ampla e integrada da alfabetização, que reconheça a dimensão técnica e a significativa desse processo.

Nesse sentido, é essencial promover um diálogo entre teoria e prática, buscando uma síntese que integre os aspectos conceituais e processuais da alfabetização, o que requer uma compreensão aprofundada dos determinantes pedagógicos desse processo, levando em consideração os aspectos filosóficos e históricos, bem como os aspectos linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos envolvidos na aquisição da leitura e escrita. (Kramer, 2019).

Portanto, a definição do conceito de alfabetização e a escolha dos métodos de ensino estão intrinsecamente interligadas, demandando uma reflexão cuidadosa sobre as práticas pedagógicas e a formação dos professores. Somente através de uma abordagem integrada e contextualizada da alfabetização é possível garantir uma educação de qualidade e inclusiva, que atenda às necessidades das diferentes camadas sociais e promova o pleno desenvolvimento das habilidades literárias dos alunos. (Kramer, 2019).

Outro dilema refere-se a alfabetizar pelo método “tradicional” ou utilizando “métodos novos”. Kramer (2019) argumenta que a discussão sobre o conceito na prática pedagógica estabelece as prioridades e abordagens a serem seguidas, enquanto o método refere-se ao percurso adotado nesse processo. E cita Saviani (1980) para explicar que a partir da I Conferência Brasileira de Educação, ele propôs três teses baseadas na teoria da curvatura da vara, destacando como a Escola Nova, ao enfatizar os métodos pedagógicos, contribuiu para a queda na qualidade do ensino público, especialmente na transmissão de conteúdos. Desde então, houve uma contínua retomada dessas ideias e uma ampliação das categorias, como demonstrado por Libâneo (1982 *apud* Kramer, 2019), evidenciando a importância da discussão.

A dicotomia entre defensores do processo, influenciados pela Escola Nova, e defensores do produto, seguindo a lógica da escola tradicional, tem se intensificado. Apesar de Saviani (1982), conforme cita Kramer (2019), ter abordado o assunto de forma dialética, essa dicotomia tem se solidificado ao longo do tempo. No entanto, é necessário superar essa divisão para orientar uma prática pedagógica dinâmica que promova a construção do conhecimento e a assimilação dos conteúdos.

A análise da pedagogia de Freinet, explica Kramer (2019), revela elementos que contribuem para essa superação, como a valorização da produção textual dos alunos e a preocupação com a transmissão de conteúdos significativos. Além disso, é fundamental revisitar a diretriz de tomar a realidade como ponto de partida, compreendendo-a como uma estratégia metodológica e alicerce da prática pedagógica. No contexto específico da alfabetização, é necessário considerar aspectos particulares do processo, além de dominar o conteúdo e os princípios metodológicos gerais. A busca por uma síntese que integre abordagens tradicionais e inovadoras é essencial para promover uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos alunos.

Historicamente, os métodos tradicionais de alfabetização centravam-se no professor e no método, sem considerar o pensamento da criança. No entanto, questiona-se a psicogênese, que desloca o foco do professor para a compreensão da criança sobre a escrita, pode ser considerada uma perspectiva inovadora. Essa abordagem prioriza entender como a criança percebe a escrita e quais hipóteses ela desenvolve, ao invés de apenas seguir um método pré-estabelecido.

Surge então, a necessidade de uma perspectiva pedagógica da alfabetização, que analise os mecanismos escolares e a ação pedagógica, que sistematize e

explícite os elementos presentes na relação entre professores e alunos, como poder, autoridade, disciplina, afetividade e papel atribuído a cada um. Precisa também ultrapassar estereótipos de métodos de ensino e ampliar a compreensão sobre as práticas educativas, argumenta Kramer (2019).

Uma perspectiva pedagógica da alfabetização pode ajudar a compreender melhor os processos que ocorrem em sala de aula, como as diferentes atuações dos professores, a influência dos métodos de ensino e a escolha entre estratégias distintas. Ela também pode contribuir para uma teoria geral da alfabetização, integrando diferentes estudos e aproximando a pesquisa acadêmica das realidades vivenciadas nas escolas. Essa abordagem pedagógica precisa envolver os professores, compartilhando suas experiências e dificuldades, também os pesquisadores, direcionando seus estudos para os desafios enfrentados na prática escolar. Discutir os fatores a serem privilegiados no ensino da leitura e escrita implica considerar o essencial papel dos professores nesse processo e refletir sobre como podem ser melhor apoiados em sua prática pedagógica.

Marlene Carvalho (2005) adverte que diversas teorias de aprendizagem são propostas para explicar os processos pelos quais as crianças adquirem conhecimento. Entre elas, destacam-se a teoria da associação (estímulo-resposta), o construtivismo e o socio interacionismo. Estas teorias têm sido influentes na formação de professores em diferentes períodos históricos e servem como fundamentos para diversos métodos e técnicas de alfabetização. No entanto, elas nem sempre conseguem explicar por que alguns alunos aprendem mais rapidamente do que outros. Nesse contexto, para Carvalho (2005), o fracasso escolar, um fenômeno social persistente no contexto brasileiro, não pode ser atribuído apenas aos métodos de ensino. É um problema que decorre de décadas. Desde a década de 1980, estudos sobre alfabetização têm apontado uma série de fatores tanto escolares quanto extraescolares que contribuem para a evasão e repetência, especialmente nas classes de alfabetização e primeiro ano.

De acordo com Carvalho (2005), as condições precárias de ensino, como turmas numerosas, jornada escolar insuficiente, despreparo dos professores, métodos inadequados, material didático desinteressante e falta de recursos como bibliotecas e salas de leitura, são alguns dos fatores escolares identificados. Por outro lado, os fatores extraescolares têm origem social e incluem a pobreza das famílias, entrada tardia na escola, frequência irregular devido a doenças ou trabalho dos pais,

falta de recursos para adquirir material didático, ausência de estímulos à leitura em casa, pais analfabetos e pouca cooperação e interação entre escola e famílias.

Embora cada um desses fatores, isoladamente, não seja suficiente para explicar as dificuldades de aprendizagem de um aluno, é importante reconhecer que existem casos de sucesso em contextos desfavoráveis. Alunos provenientes de famílias pobres e frequentando escolas de baixa qualidade podem superar adversidades e aprender a ler no primeiro ano escolar. No entanto, os alunos que enfrentam repetência crônica muitas vezes estão sobrecarregados por uma série de desvantagens, incluindo a falta de contato prévio com a leitura e a escrita, absenteísmo, falta de motivação e baixa autoestima decorrente de condições socioeconômicas desfavoráveis e experiências negativas na escola. Estes são os casos que representam um desafio significativo para os professores, analisa Carvalho (2005).

Os problemas identificados por Carvalho (2005) no contexto educacional brasileiro, tais como o fracasso escolar e a evasão, geram demandas por intervenções por parte do Estado na forma de políticas públicas de educação. A partir da compreensão dos fatores que contribuem para esses problemas, os formuladores de políticas públicas podem desenvolver programas destinados a mitigar tais desafios e promover a qualidade e equidade na educação.

Em primeiro lugar, as teorias de aprendizagem mencionadas por Carvalho (2005) fornecem uma base conceitual para entender os processos de ensino e aprendizagem. Essas teorias influenciam a formação de professores e a escolha de métodos e técnicas de alfabetização. Assim, as políticas públicas educacionais podem ser orientadas para garantir que os programas de formação de professores incorporem abordagens pedagógicas atualizadas e eficazes, alinhadas com as teorias contemporâneas de aprendizagem.

As condições precárias de ensino identificadas por Carvalho (2005), como turmas numerosas, a falta de recursos e o despreparo dos professores, apontam para a necessidade de investimentos em infraestrutura escolar, capacitação docente e desenvolvimento de materiais didáticos adequados. As políticas públicas podem direcionar recursos financeiros para a melhoria das condições das escolas, incluindo a construção de novas salas de aula, a aquisição de materiais educativos e o oferecimento de programas de formação continuada para os professores.

No que diz respeito aos fatores extraescolares, como a pobreza das famílias e a falta de estímulos à leitura em casa, as políticas públicas de educação podem adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar. Isso pode incluir a implementação de programas de educação familiar, que visam envolver os pais na educação de seus filhos e fornecer apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As estratégias de combate à pobreza, como programas de transferência de renda e acesso a serviços sociais básicos, podem contribuir para melhorar as condições de vida das famílias e, conseqüentemente, o desempenho escolar dos alunos.

Desse modo, as políticas públicas de educação podem ser desenvolvidas com base em uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pelo sistema educacional e das diversas influências que afetam o processo de ensino e aprendizagem. Ao abordar os problemas identificados por Carvalho (2005) de forma holística e integrada, tais políticas têm o potencial de promover uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes.

Ao realizar uma análise da literatura sobre a formação do alfabetizador, Carvalho (2005) explica que ela revela a predominância de três campos de conhecimento que contribuem significativamente para a pesquisa científica relacionada à alfabetização e à formação de professores alfabetizadores: Linguística, Pedagogia e Psicologia. No âmbito da Linguística, Carvalho (2005) expõe que autores como Cagliari (1989, 1999), Lemle (1987, 1991), Tasca (1990) e Soares (1999) discutem os fundamentos linguísticos da alfabetização e delineiam os conteúdos, teorias e conceitos linguísticos que devem fundamentar a formação do alfabetizador.

Por outro lado, as investigações com enfoque pedagógico abrangem uma gama mais ampla de questões, incluindo práticas de leitura e escrita na escola, interação entre alunos e professores, e relações entre linguagem e pensamento, conforme observado em estudos de Freitas (1998) e Kramer (1995, 1994, 1986). No campo da Psicologia, destaca-se a contribuição de Ferreiro (1985, 1986, 1987, 1992, 1996) e colaboradores, que fornecem uma estrutura teórica sobre a psicogênese da linguagem escrita, sob a perspectiva do construtivismo piagetiano, expõe Carvalho (2005).

Apesar de alguns autores, como Corais (1999), destacarem a importância de considerar os saberes produzidos na prática da alfabetização, a pesquisa nessa área ainda é incipiente. Maciel (1999), ao analisar a produção de teses e dissertações sobre alfabetização no período de 1961 a 1989, identificou apenas cinco relatos de

experiência cujo tema era a proposta didática. Esses estudos, segundo Carvalho (2005), representam pesquisas em que coordenadores e/ou professores alfabetizadores relatam e enfatizam a operacionalização de sua prática, demonstrando uma preocupação em analisar e compreender mais detalhadamente o cotidiano dos agentes sociais envolvidos na alfabetização.

Carvalho (2005) relata que, participando ativamente da pesquisa, as professoras compartilharam suas reflexões sobre as crianças, suas famílias, as metodologias e os desafios educacionais enfrentados. Refletir sobre o próprio trabalho é considerado fundamental para a sobrevivência na profissão, conforme destacado por Nóvoa (1992 *apud* Carvalho, 2005), que se refere a esse processo como uma forma de autoconsciência, um dos aspectos que sustentam a identidade profissional dos professores. Embora as reflexões das professoras não sejam tão sistemáticas quanto desejado por Perrenoud (1999 *apud* Carvalho, 2005), ao discutir o papel do professor reflexivo, elas ocorrem no calor dos acontecimentos e geralmente não são registradas ou compartilhadas publicamente, permanecendo muitas vezes dentro do âmbito da experiência de ensino.

Reflexões como essas podem mostrar como as preocupações em relação à alfabetização e à formação dos alfabetizadores não mudaram muito, e refletem o contexto atual, o que remete a considerar a importância dos saberes dos professores, construídos na prática, que atualmente têm pouca visibilidade na literatura especializada. Sendo esse também, o pensamento de Carvalho (2005) na oportunidade da pesquisa.

É importante compreender as preocupações dos professores alfabetizadores, até por que, não há uma receita sobre como alfabetizar que se possa aplicar em todas as situações de ensino e de aprendizagem – são ações diferentes. Tudo depende do contexto onde a escola está inserida, das características do alunado e de outros fatores internos e externos à escola. Partindo dessa concepção, Carvalho (2021) traz uma reflexão sobre “Receita de alfabetização” e “Alfabetização sem receita”.

Pegue uma criança de seis anos – ou mais –, no estado em que estiver – suja ou limpa – e coloque-a em uma sala de aula junto com outras crianças do mesmo formato e onde existam muitas coisas escritas para olhar e examinar. Servem jornais, revistas diversas, propaganda eleitoral, rótulos de enlatados e de caixas, sacolas de supermercados e de lojas, panfletos, encartes, manuais de eletroeletrônicos. Enfim, tudo que estiver entulhando os armários da escola e da sua casa. Convide as crianças para brincar de ler, adivinhando o que está escrito: você vai descobrir que elas já sabem muitas coisas. Converse com as crianças, troque ideias sobre quem são vocês e as coisas

que gostam e não gostam. Escreva no quadro algumas coisas que foram ditas e leia para elas. Peça às crianças que olhem as coisas escritas que existem por aí, nas lojas, no ônibus, nas ruas, na televisão, nos outdoors. Escreva algumas dessas coisas no quadro e leia para elas. Deixe-as recortar letras, palavras e frases dos jornais e das revistas, mas não se esqueça de pedir para que limpem o chão depois para não criar problemas na escola. Todos os dias leia para as crianças alguma coisa interessante, em voz alta: uma história, uma poesia, notícia de jornal, anedota, letra de música, adivinhação. Mostre a elas alguns tipos de coisas escritas que talvez elas não conheçam: um catálogo telefônico ou um livro de receitas, por exemplo. Desafie as crianças a pensarem sobre a escrita e pense você também. Quando as crianças estiverem tentando escrever, deixe-as perguntar ou ajudar o colega. Não se apavore se uma criança estiver comendo letras: até hoje não houve caso de indigestão alfabética. Acalme a diretora e a supervisora se elas ficarem alarmadas. Invente sua própria cartilha. Use sua imaginação e sua capacidade de observação para ensinar a ler. Leia e estude você também. P.S.: Você corre um grande risco de se envolver demasiadamente com todas essas crianças e torná-las seres pensantes. (Carvalho, 2020, p. 2).

Analisando o texto de Carvalho (2020), a autora expressa a ideia de que a alfabetização não deve ser encarada como um processo engessado e padronizado, mas sim como uma prática flexível e adaptável às características individuais e ao contexto de cada criança. Ela propõe uma abordagem não convencional, na qual o ambiente de aprendizagem é enriquecido com materiais diversos, como jornais, revistas, propagandas, entre outros, e as crianças são encorajadas a explorar e interagir com a escrita de maneira lúdica e natural.

Ao incentivar as crianças a brincarem de ler, a expressarem suas ideias e a refletirem sobre a escrita, a autora afirma a importância do diálogo e da interação social no processo de aprendizagem. E destaca a necessidade de os professores alfabetizadores estarem atentos e abertos às experiências e conhecimentos prévios das crianças, proporcionando um ambiente estimulante e desafiador para o desenvolvimento da alfabetização. Ao sugerir que os educadores criem sua própria cartilha e usem sua criatividade e capacidade de observação para ensinar a ler, Carvalho (2020) valoriza a autonomia e a iniciativa do professor no planejamento e na execução das atividades de alfabetização. Ela ressalta que a alfabetização não se resume a seguir uma receita pronta, mas sim, a adaptar as estratégias de ensino às necessidades e interesses das crianças, promovendo um aprendizado significativo e duradouro.

Ao alertar sobre o risco de os educadores se envolverem demasiadamente com as crianças e torná-las seres pensantes, a Carvalho (2020) assevera sobre o potencial transformador da alfabetização, que vai além da simples aquisição de habilidades de

leitura e escrita, contribuindo para o desenvolvimento integral e a formação de cidadãos críticos e participativos. Em contrapartida, Maga Soares (2009, p. 31 e 47) afirma, que o conceito de alfabetizar “é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever”, enquanto a alfabetização consiste na “ação de ensinar/aprender a ler e escrever”. Esta mesma autora explica a necessidade de saber os conceitos de ler e escrever para que se possa compreender a alfabetização. E define o ato de ler como

[...] um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente decodificar sílabas ou palavras, até ler Guimarães Rosa... uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete, ou uma história em quadrinhos, e não ser capaz de ler um romance, um editorial de jornal... Assim, ler é um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo *continuum*: em que desse *continuum* uma pessoa deve estar, para ser considerada alfabetizada, no que se refere à leitura? (Soares, 2009, p. 48)

Para ser considerada alfabetizada no que se refere à leitura, uma pessoa deve ser capaz de entender e interpretar diferentes tipos de textos. Por exemplo, ela deve conseguir ler e compreender um bilhete simples, como “Vou ao mercado, volto às 14h”, que exige decodificação básica. Além disso, ela deveria ser capaz de ler uma história em quadrinhos, entendendo não apenas as palavras, mas também como as imagens contribuem para a narrativa.

De forma mais avançada, essa pessoa deveria ser capaz de ler um romance, como “Grande Sertão: Veredas” de Guimarães Rosa, que exige habilidades de interpretação mais complexas devido ao seu vocabulário e estilo literário sofisticado. Deveria também conseguir ler um editorial de jornal, analisando e refletindo sobre os argumentos apresentados, o que requer um bom nível de compreensão crítica. Assim, para ser considerada plenamente alfabetizada, a pessoa deve demonstrar competência ao longo desse *continuum*, desde a decodificação básica até a leitura e interpretação de textos mais complexos. Já o ato de escrever é definido por Soares (2009) como

Um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente escrever o próprio nome até escrever uma tese de doutorado... uma pessoa pode ser capaz de escrever um bilhete, uma carta, mas não ser capaz de escrever uma argumentação defendendo um ponto de vista, escrever um ensaio sobre determinado assunto... Assim: escrever é também um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo *continuum*: em que ponto desse *continuum* uma pessoa deve estar, para ser considerada alfabetizada, no que se refere à escrita? (Soares, 2009, p. 48-49).

Para ser considerada alfabetizada em termos de escrita, uma pessoa deve demonstrar a capacidade de se expressar por escrito em diferentes contextos, com variações no nível de complexidade. Por exemplo, escrever seu próprio nome, o que representa uma habilidade básica de escrita. Além disso, deve conseguir redigir um bilhete simples, como “Fui ao mercado, volto às 14h”, ou uma carta pessoal, que exige a capacidade de organizar pensamentos e comunicar uma mensagem clara.

De forma mais avançada, a pessoa deveria ser capaz de escrever um texto mais estruturado, como um ensaio ou uma argumentação em que defenda uma opinião sobre um determinado tema, por exemplo, um texto sobre a importância da preservação do meio ambiente. Isso requer habilidade técnica de escrita, mas também, a capacidade de organizar ideias de forma lógica e coerente, usar um vocabulário adequado e estruturar o texto em parágrafos bem desenvolvidos. Portanto, para ser considerada alfabetizada na escrita, a pessoa deve ser capaz de se mover ao longo desse continuum, desde a escrita básica de palavras e frases até a criação de textos mais elaborados e reflexivos.

Para ilustrar ainda mais essa ideia de um continuum na alfabetização escrita, podemos considerar os seguintes exemplos. Em se tratando da escrita funcional, no nível básico, uma pessoa pode ser capaz de preencher formulários simples, como um cadastro com informações pessoais, ou escrever uma lista de compras com itens como “leite, pão, ovos”. Essas habilidades são fundamentais para o dia a dia e representam a capacidade de usar a escrita para realizar tarefas práticas. Já na escrita narrativa, um pouco mais avançado, seria a habilidade de escrever uma pequena história ou relato pessoal, como descrever o que aconteceu em um dia de passeio ou uma experiência de vida significativa. Isso exige a capacidade de organizar eventos em uma sequência lógica e utilizar a escrita para contar uma história.

Na escrita expositiva, que é um nível mais avançado, uma pessoa pode ser capaz de escrever um relatório sobre um assunto específico, como um resumo de um livro que leu ou uma descrição detalhada de um experimento científico. Aqui, a escrita transmite informações, também organiza e apresenta dados de maneira clara e estruturada. Na escrita acadêmica, no extremo desse continuum, a escrita pode incluir a redação de uma dissertação ou tese, que exige pesquisa aprofundada, argumentação complexa, e a capacidade de escrever de forma crítica e analítica. Por exemplo, escrever uma tese sobre as causas e consequências do aquecimento global

envolve organizar uma vasta quantidade de informações, desenvolver argumentos, e apresentar uma conclusão baseada em evidências.

Esses exemplos mostram como as habilidades de escrita podem variar em complexidade e como, ao longo desse continuum, a capacidade de uma pessoa de se expressar por escrito evolui, indicando diferentes níveis de alfabetização. O mesmo vale para as habilidades de leitura.

Freire (1989) enfatiza a importância de uma compreensão crítica da alfabetização e sugere que essa compreensão está intimamente ligada a uma visão crítica da leitura e da biblioteca. O autor reconhece que existem diferentes abordagens para a alfabetização, destacando uma prática crítica em contraste com uma prática ingênua, e argumenta que insistir em uma visão neutra e apolítica da educação é problemático, pois isso ignora a verdadeira natureza política do processo educativo. Ao refletir sobre essa questão, este mesmo autor refere que é possível conceber que a alfabetização não deve ser vista apenas como uma habilidade técnica ou uma tarefa neutra, pois, o ensino da leitura e escrita é um ato profundamente político, pois tem o poder de moldar a percepção do mundo e a consciência crítica dos indivíduos.

A prática crítica da alfabetização supera o ato de ensinar as pessoas a lerem e escreverem; ela busca capacitar os indivíduos a questionarem, refletirem e transformarem suas realidades. Por outro lado, a abordagem ingênua, que Freire (1989) menciona, parece simplificar o processo educativo, ignorando as complexidades e as implicações políticas envolvidas, uma abordagem que pode resultar em uma educação que reproduz as desigualdades existentes, ao invés de desafiar e transformar as estruturas sociais. Além disso, o autor menciona uma prática “astuta”, que, embora seja objetiva como a prática ingênua, difere em termos da intencionalidade de seus agentes, sugerindo que, em alguns casos, há uma manipulação consciente do processo educativo para fins específicos, o que pode ser ainda mais prejudicial do que uma abordagem ingênua.

Freire (1989) enfatiza a necessidade de uma alfabetização crítica que reconheça e desafie a natureza política da educação, pois, na visão do autor, somente por meio de uma prática crítica é possível promover uma educação verdadeiramente emancipadora, que capacite os indivíduos a serem agentes de transformação em suas comunidades e sociedades. Em sua visão crítica da educação, o autor afirma que é impossível separar a educação da política, e argumenta que tanto o processo

educativo quanto o ato político são intrinsecamente ligados e carregam implicações políticas.

O supramencionado autor critica a ideia de uma educação neutra, afirmando que toda educação serve a interesses específicos e é, portanto, uma forma de poder, e também desafia a noção de que a educação apenas reproduz a ideologia dominante, sugerindo que ela também tem o potencial de questionar e transformar essa ideologia. Para este mesmo autor, a prática educativa deve ser coerente com as intenções políticas declaradas, evitando tanto o autoritarismo quanto o espontaneísmo irresponsável, sendo necessário os educadores reconhecerem que a educação é um processo dialógico, onde tanto educadores quanto educandos aprendem e ensinam mutuamente.

Embora o Programa Alfabetiza MT utilize um método apostilado, o que poderia levantar questões sobre a autonomia docente e o risco de estimular professores mais experientes, ele também apresenta benefícios ao oferecer um suporte curricular padronizado. Esse suporte pode, de fato, facilitar a prática pedagógica ao fornecer uma base sólida de conteúdos e estratégias de ensino, especialmente útil para professores iniciantes ou para aqueles que enfrentam desafios de infraestrutura e recursos limitados em sala de aula.

O programa valoriza o papel do professor ao investir em sua formação continuada e ao criar condições para que o educador aplique o material com flexibilidade, ajustando-o às necessidades de seus alunos. Em relação às remunerações, o Programa Alfabetiza MT não propõe um desestímulo para quem trabalha mais, mas busca oferecer uma estrutura eficiente que economize tempo dos professores na elaboração de conteúdos. Isso permite que os profissionais possam focar em práticas pedagógicas mais ativas e no acompanhamento dos estudantes, aspectos fundamentais para o processo de alfabetização.

No que diz respeito aos recursos financeiros, o programa pode, sim, beneficiar os professores ao garantir que os recursos do sistema educacional sejam bem distribuídos, investindo em materiais de qualidade e capacitação docente, o que representa uma valorização indireta do trabalho dos professores. Dessa forma, o Alfabetiza MT visa melhorar o processo de ensino-aprendizagem, buscando atender às metas educacionais do estado sem comprometer a autonomia e o profissionalismo dos educadores.

Em “Reflexões sobre alfabetização”, Emília Ferreiro (2011) aborda a alfabetização como um processo de construção ativa do conhecimento, em que a criança é protagonista. Diferente das abordagens tradicionais que veem a alfabetização como um processo mecânico de memorização e repetição, a autora defende que a criança desenvolve sua compreensão sobre a linguagem escrita de forma gradual, passando por diferentes estágios de entendimento.

Ferreiro (2011) argumenta que as crianças, mesmo antes de serem formalmente alfabetizadas, já possuem hipóteses sobre como a escrita funciona, elas começam a perceber que a escrita é uma representação gráfica da linguagem oral e tentam criar sentido a partir disso, experimentando e testando suas ideias sobre as letras, palavras e frases. Essas descobertas e hipóteses são fundamentais no processo de alfabetização, pois indicam que a criança está ativamente engajada em compreender o sistema de escrita, e não apenas recebendo informações de maneira passiva.

A abordagem de Ferreiro (2011) sugere que o ensino da leitura e da escrita deve respeitar o ritmo e as descobertas da criança, incentivando a exploração, a experimentação e o diálogo. E afirma a necessidade de entender a alfabetização, destacando a importância de um ambiente rico em estímulos e interações para que as crianças possam desenvolver suas capacidades de leitura e escrita de maneira significativa e contextualizada. A autora desafia a visão tradicional e convida educadores a reconsiderar suas práticas pedagógicas, centrando-as nas necessidades e no desenvolvimento natural das crianças.

Ferreiro (2011) propõe uma visão inovadora sobre a alfabetização, onde o processo de aprender a ler e escrever é visto como uma construção ativa da criança, em vez de uma simples memorização de regras e sons. Por exemplo, uma criança pode inicialmente acreditar que a quantidade de letras em uma palavra está relacionada ao tamanho do objeto que a palavra representa. Assim, ela poderia supor que “elefante” deve ser uma palavra maior que “formiga”, mesmo sem saber como essas palavras são escritas. Outro exemplo é quando uma criança tenta escrever uma palavra que ela não conhece, mas, em vez de copiar letras aleatoriamente, ela pode escolher letras que considera importantes ou que já associa a determinados sons.

As crianças passam por estágios de desenvolvimento na alfabetização, expõe Ferreiro (2011). No estágio pré-silábico, por exemplo, elas podem entender que a escrita representa a fala, mas ainda não associam letras específicas a sons. No

estágio silábico, elas começam a perceber que cada letra ou grupo de letras pode corresponder a um som, como quando uma criança escreve “BA” para “banana”. No estágio silábico-alfabético, a criança começa a combinar consoantes e vogais para formar sílabas e palavras mais complexas. No estágio alfabético, a criança entende que cada som pode ser representado por uma letra ou combinação de letras, permitindo-lhe escrever palavras completas e ler de forma mais fluente.

Esses exemplos ilustram a alfabetização como um processo dinâmico, onde a criança constrói e refina seu conhecimento à medida que interage com a linguagem escrita em seu ambiente. Ao respeitar e valorizar essas hipóteses e descobertas, os professores podem criar um ambiente de aprendizagem que estimule a curiosidade e o desenvolvimento natural da criança na leitura e na escrita.

3.3 Programa Alfabetiza MT

Como estamos abordando um programa regional, é relevante discutir a cronologia das formações continuadas que já foram implementadas, como o FROFA, o Pró Letramento e o Tempo de Aprender. É fundamental avaliar essas formações, incluindo as críticas e os questionamentos que surgem a partir delas, para entender melhor a sua eficácia e identificar áreas para melhorias.

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores é um curso anual de formação destinado especialmente a professores que ensinam a ler e escrever na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, tanto crianças como jovens e adultos. Embora seja destinado em especial a professores que alfabetizam, é aberto a outros profissionais da educação que pretendem aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem no período de alfabetização. Por se tratar de um curso que aborda especificamente o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e da escrita, não substitui programas destinados ao trabalho com outros conteúdos da formação profissional. (Brasil/MEC, 2001, p. 20).

O PROFA é um programa destinado à formação continuada de professores, focado em aprimorar as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Ele oferece capacitação para educadores, com ênfase em métodos e estratégias de ensino da leitura e da escrita, visando garantir uma alfabetização de qualidade para todas as crianças. O programa busca fortalecer a atuação dos professores em sala de aula, proporcionando-lhes ferramentas teóricas e práticas que ajudam a enfrentar os desafios diários no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com o MEC (Brasil, 2001), o modelo atual de alfabetização, desenvolvido na França pós-Revolução Francesa, representa uma mudança importante no ensino de leitura e escrita. Inicialmente, a leitura e a escrita eram ensinadas de forma separada, mas a partir de 1789, a alfabetização tornou-se um pilar da educação básica, com a leitura aprendida através da escrita. No século XX, a discussão sobre alfabetização passou por três fases principais. Na primeira metade do século, o foco estava na busca de métodos eficazes para o ensino da leitura, com debates intensos entre o Método Global e o Método Fonético; no Brasil, isso evoluiu para o uso do método “misto”, um silabário que predominou por algum tempo.

O segundo período, nos anos 60, levou a uma mudança significativa, centrada nos Estados Unidos, onde a discussão sobre alfabetização foi vinculada ao fracasso escolar. Segundo o MEC (Brasil, 2001), investigações revelaram que a dificuldade de aprendizagem estava associada às condições sociais e econômicas das crianças, levando ao surgimento das “teorias do déficit”, que atribuíram o fracasso escolar à falta de pré-requisitos cognitivos e culturais, muitas vezes ignorando fatores sociais mais amplos.

O terceiro período, a partir dos anos 70, marcou uma transformação no pensamento pedagógico. Estudos, como o de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, mudaram o enfoque para entender como crianças bem-sucedidas aprendem a ler e escrever, desafiando a visão tradicional de que a escrita é apenas um código fonético. Essa nova perspectiva levou a uma revisão das práticas de ensino, reconhecendo a importância dos saberes prévios das crianças e as desigualdades socioeconômicas. (Brasil, 2001).

Apesar das reformas e das novas abordagens, como a organização da escolaridade em ciclos, que visavam superar a cultura da reprovação, a escola brasileira ainda enfrenta desafios significativos. A implementação de ciclos, ao invés de promover um avanço consistente, muitas vezes se confundiu com a promoção automática e não garantiu melhorias substanciais. O fracasso escolar persistiu, evidenciado por altas taxas de reprovação e dificuldades contínuas em assegurar a alfabetização universal. (Brasil, 2001). Portanto, para melhorar a situação, é essencial adotar uma abordagem que combine a formação contínua dos professores, o apoio pedagógico adequado e um sistema que valorize e suporte a aprendizagem contínua, ao invés de simplesmente perpetuar práticas que já demonstraram ser inadequadas.

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco em melhorar as práticas de alfabetização e letramento. Este programa é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com universidades, oferecendo cursos à distância e presenciais. Os conteúdos abordam desde a alfabetização inicial até o desenvolvimento do letramento em suas diversas formas. O Pró-Letramento visa capacitar os professores para que possam promover uma educação de qualidade, que vá além da simples decodificação de palavras, abrangendo a compreensão e a produção de textos em variados contextos.

A formação continuada é uma exigência da atividade profissional no mundo atual não podendo ser reduzida a uma ação compensatória de fragilidades da formação inicial. O conhecimento adquirido no início da formação se reelabora e se especifica na atividade profissional para atender a mobilidade, a complexidade e a diversidade das situações que solicitam intervenções adequadas. Assim, a formação continuada deve desenvolver uma atitude investigativa e reflexiva, tendo em vista que a atividade profissional é um campo de produção do conhecimento, envolvendo aprendizagens que ultrapassem a simples aplicação do que foi estudado. A formação continuada de caráter reflexivo considera o professor o sujeito da ação, valoriza suas experiências pessoais, suas incursões teóricas, seus saberes da prática e possibilita-lhe que, durante o processo, atribua novos significados a ela, compreenda e enfrente as dificuldades com as quais irá se defrontar no dia-a-dia. É importante que não se perca de vista a articulação entre formação e profissionalização, na medida em que uma política de formação implica ações efetivas, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho e ainda contribuir para a evolução funcional e o aprimoramento das competências dos professores. (SER Digital, 2010, p. 1).

O programa Tempo de Aprender, lançado pelo Ministério da Educação em 2020, tem como objetivo principal a melhoria da alfabetização no Brasil, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental.

Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Para isso, o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização. (Brasil/MEC, 2020, s/p).

O programa atua em várias frentes, incluindo a formação de professores, o apoio pedagógico às escolas, a disponibilização de materiais didáticos de qualidade e o acompanhamento sistemático dos resultados dos alunos. Também busca envolver gestores escolares e familiares no processo de alfabetização, promovendo uma abordagem mais integrada e colaborativa. Um dos diferenciais do programa é a

ênfase na recuperação das aprendizagens, especialmente em resposta aos impactos educacionais causados pela pandemia de COVID-19, visando garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade certa.

Apesar dos avanços, o Tempo de Aprender apresenta limitações específicas que comprometem sua eficácia, como a centralização excessiva das decisões e a falta de autonomia dos estados e municípios para adaptar as ações às realidades locais. A diversidade cultural, socioeconômica e linguística do Brasil exige estratégias flexíveis, capazes de atender às necessidades específicas de diferentes contextos educacionais. No entanto, o programa, na sua implementação inicial, foi acusado de adotar uma abordagem “de cima para baixo”, desconsiderando as particularidades regionais.

A falta de financiamento adequado é um ponto crítico. Embora o programa preveja a formação de professores e a distribuição de materiais didáticos, muitos municípios relatam dificuldades na implementação de ações devido à escassez de recursos financeiros e infraestrutura precária nas escolas. Essa discrepância entre planejamento e execução é uma marca frequente nas políticas públicas educacionais no Brasil. Outro aspecto relevante é a ênfase excessiva em resultados quantitativos, como as metas de alfabetização, que podem levar a uma visão simplista do processo educativo. A alfabetização supera a aprendizagem mecânica de leitura e escrita; ela envolve aspectos cognitivos, sociais e culturais que precisam ser trabalhos de forma integrada. A pressão por resultados rápidos pode comprometer a qualidade do ensino e gerar práticas pedagógicas focadas apenas em avaliações de desempenho.

O Tempo de Aprender representa um esforço válido para enfrentar os desafios da alfabetização no Brasil, mas dificuldades estruturais que dificultam seu pleno potencial. Para que o programa tenha um impacto mais significativo, é necessário fortalecer o diálogo com os estados e municípios, garantir um financiamento adequado e adotar uma abordagem mais inclusiva e contextualizada. Também é fundamental que a alfabetização seja tratada como parte de um processo educativo amplo e contínuo, que valorize tanto os aspectos técnicos quanto os humanos do aprendizado. Sem essas configurações, o programa corre o risco de perpetuar as desigualdades educacionais que ele se propõe a combater, evidenciando a necessidade de um olhar mais crítico e estratégico sobre as políticas públicas externas para a educação básica no Brasil.

“Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?” – Partindo desse título, as pesquisadoras Mortatti e Frade (2014, p. 7) debatem e apresentam 16 reflexões num livro, que apontam “a imensa importância da alfabetização para a construção de experiências nas sociedades letradas”, bem como o valor e o poder que agrega ao homem (alfabetizado), por contribuir com sua compreensão do universo da escrita e da comunicação, que o leva à compreensão do mundo. Na visão de Mortatti e Frade (2014), o índice de alfabetização é uma marca importante de desenvolvimento de um país, enquanto o analfabetismo representa uma “chaga” no processo de democratização do ensino. São questionamentos como esses e percepção como essa, que podem levar às políticas públicas e ao desenvolvimento de programas e projetos de alfabetização, como o Programa Alfabetiza MT.

A Revista da Alfabetização do AVALIA MT, publicada pela SEDUC/MT em 2023 traz que a implementação do Avalia MT representa um esforço público para garantir que todos os alunos da rede pública do estado tenham acesso a uma educação de qualidade, conforme os princípios constitucionais que garantem o direito à educação adequada. Atua como um importante instrumento de monitoramento com o propósito de identificar desafios e orientar intervenções pedagógicas que promovam o aprimoramento contínuo do sistema educacional.

O estado de Mato Grosso tem direcionado esforços estratégicos para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, buscando garantir a alfabetização plena das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) tem desenvolvido iniciativas de cooperação entre o estado e os municípios, visando assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade adequada.

O programa Alfabetiza MT foi estruturado com base em oito componentes centrais, que, de forma integrada, buscam promover as aprendizagens essenciais e melhorar os indicadores educacionais do estado, sendo eles: Institucionalização, Fortalecimento da Gestão Municipal e Escolar, Desenvolvimento das Capacidades, Articulação e Mobilização, Avaliação e Monitoramento, Criação de Material Didático e Metodologias, Comunicação e Engajamento, e Criação de Incentivos. Esses elementos visam promover ações coordenadas entre as instâncias administrativas e pedagógicas para superar obstáculos que comprometem a alfabetização dos estudantes. (SEDUC MT, 2023).

As Diretorias Regionais da SEDUC têm papel essencial nesse processo, acompanhando e orientando a gestão municipal e escolar; elas oferecem assessoria pedagógica, formação continuada e monitoramento sistemático dos resultados das ações implementadas, de modo a permitir que as escolas e municípios enfrentem desafios específicos e obtenham resultados positivos no ciclo de alfabetização. O programa contempla diretamente alunos da educação infantil e dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, além de envolver professores, coordenadores e gestores escolares em suas ações pedagógicas. (SEDUC MT, 2023).

O Alfabetiza MT também investe na mobilização dos municípios para adesão ao programa e oferece iniciativas pedagógicas voltadas para a prática em sala de aula, além de monitorar e acompanhar os resultados por meio de avaliações. Em 2023, dos 141 municípios do estado, 140 aderiram ao programa, evidenciando o engajamento expressivo e a convergência de esforços para assegurar a alfabetização na idade certa em todo o território mato-grossense.

A história do Programa Alfabetiza MT teve como ponto de partida os dados de IDEB de 2019 que indicaram o grande desafio de muitas escolas dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso. Com o cenário educacional agravado pela pandemia em 2020, fez-se necessário que o setor público, privado e o 3º setor se organizassem de maneira efetiva no processo educacional para juntos transformarem o contexto do estado sobretudo, na fase da alfabetização. (Simonetti, 2018a, p. 8)

Segundo a autora acima referenciada, a implementação do Programa Alfabetiza MT foi possível por contar com as experiências de sucesso na política de alfabetização do estado do Ceará, em parceria com o Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração - PARC. Essa afirmação sugere que o estado de Mato Grosso se inspirou e adaptou práticas e estratégias eficazes já utilizadas no Ceará, aproveitando o conhecimento e a expertise adquiridos nesse contexto.

Na visão de Perrenoud (2000), adotar práticas e estratégias práticas já utilizadas em contextos educacionais anteriores é essencial para promover o sucesso no ensino e aprendizagem. Ao refletir sobre as experiências pedagógicas passadas, é possível identificar métodos que se mostraram bem-sucedidos, adaptando-os às necessidades atuais dos alunos. A personalização do ensino, por exemplo, e o uso de metodologias ativas, que incentivam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, são estratégias exclusivamente selecionadas para sua eficácia. O citado autor destaca a importância de ajustar as práticas pedagógicas para promover a inclusão e a diversidade, adaptando os métodos às características e ritmos de

aprendizagem dos alunos. A utilização e adaptação de práticas anteriores podem ser fundamentais para atender de maneira mais eficiente aos desafios educacionais contemporâneos.

Ao mencionar o PARC, Simonetti (2018) indica que a implementação do Programa Alfabetiza MT envolveu uma parceria entre diferentes entidades ou instituições, incluindo o governo estadual, municípios, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes na área da educação. Essa colaboração certamente foi fundamental para mobilizar recursos, compartilhar boas práticas e coordenar esforços em prol da alfabetização no estado, denotando que o programa se beneficiou do aprendizado e da cooperação entre diferentes regiões e programas de alfabetização, implicando na importância da troca de experiências e da colaboração interinstitucional na implementação de políticas educacionais eficazes.

O Programa ALFABETIZA MT foi instituído pela Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021, regulamentado pelo Decreto nº 1.065, visando o fortalecimento do Regime de Colaboração entre estado e municípios com ênfase na Alfabetização das crianças até 2º ano do Ensino Fundamental. O Programa é estruturado em 8 componentes, dentre eles o componente de produção de material didático e metodologias que tem como determinação auxiliar as equipes municipais nos conteúdos, métodos e recursos que podem fomentar o direito da criança ao acesso à cultura letrada. (Simonetti, 2018a, p. 8).

A garantia do direito ao letramento é um dos fundamentos fundamentais da educação básica, e os materiais didáticos e as metodologias pedagógicas desempenham papel crucial nesse processo, pois, conforme Soares (2003), são ferramentas que orientam o ensino e promovem uma aprendizagem eficaz, permitindo que as crianças desenvolvem as habilidades possíveis para a leitura e escrita em sua realidade sociocultural.

No contexto do 2º ano do Ensino Fundamental, o programa Avalia MT já abrangeu mais de 75 mil estudantes, consolidando-se como uma ferramenta estratégica e relevante para a coleta e sistematização de dados sobre o ciclo de alfabetização. A abrangência desse programa vai além da mera avaliação de desempenho, fornecendo um panorama essencial para a tomada de decisões pedagógicas e administrativas, tanto em nível escolar quanto em âmbito das redes de ensino. (SEDUC MT, 2023). Para as equipes escolares – incluindo gestores, coordenadores pedagógicos e professores – os dados fornecidos pelo Avalia MT funcionam como um subsídio crítico para o planejamento e a reestruturação de práticas pedagógicas voltadas à alfabetização. Esse processo é particularmente

relevante, considerando os desafios enfrentados pelas escolas no cumprimento das metas estabelecidas pela BNCC, que preconiza a alfabetização plena até o final do 2º ano. (SEDUC MT, 2023).

A avaliação exerce um papel estratégico para os gestores de rede e técnicos da SEDUC MT, auxiliando no diagnóstico de possíveis lacunas de aprendizagem e na formulação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades identificadas. Ao sistematizar informações de forma contínua e integrada, o Avalia MT monitora o desenvolvimento dos estudantes e incentiva um ciclo virtuoso de melhorias educacionais. Dessa forma, promove-se um regime de colaboração mais eficaz entre o estado e os municípios, buscando assegurar que as ações de alfabetização sejam eficientes, inclusivas e pautadas em evidências. (SEDUC MT, 2023).

Dentre as estratégias do Programa Alfabetiza MT tem-se o Material Didático Complementar (MDC), específico para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Traz como proposta um novo conteúdo, na forma de livros e cartelas didáticos já integrados à formação de professores, correspondendo a um feito que contribui tanto com os professores e as professoras como para os alunos e as alunas. Em regime de colaboração, o Governo do Estado distribui ao alunado que se encontra nos anos indicados, o exemplar do MDC, visando o desenvolvimento de habilidades básicas relacionadas ao seu processo de alfabetização. O material é também disponibilizado no *site* da SEDUC/MT no seguinte endereço eletrônico: <https://www3.seduc.mt.gov.br/alfabetiza/criacao-de-material-didatico-e-metodologias>.

O MDC do 1º ano conta de 4 Cadernos de Atividades separados (1ª à 4ª Etapa), o Livro de Leitura e as Cartelas Didáticas; o exemplar das atividades de uso dos professores e das professoras vem num só Caderno. A organizadora dos Cadernos de Atividades é a Profa. Dra. em Educação, Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade, que pesquisou e escreveu sobre: educação infantil, brincadeira faz de conta, matemática, letramento e alfabetização. Esta professora aposentada da Universidade Federal do Ceará dedica-se atualmente a escrever obras de Literatura Infanto-Juvenil.

Os Cadernos de Atividades têm na capa o título: “Vamos passear na escrita”. A Educadora e autora de várias obras e artigos sobre Alfabetização e Letramento, Magda Soares (2014), argumenta o uso do “nós” na elaboração de estudos e materiais diversos, explicando que muito se tem pensado na coletividade.

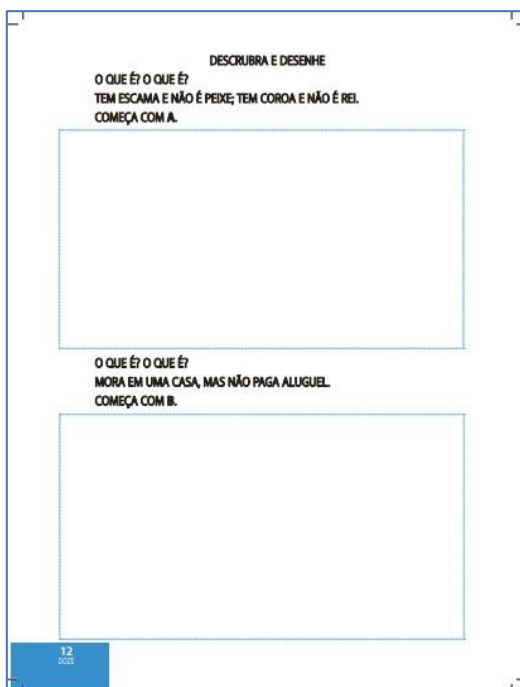
Figura 1 Atividades Trava-Línguas da primeira etapa



Fonte: Simonetti (2018b, p. 8).

No entanto, a autora revela a necessidade de antes, se pensar no individual, de modo especial, quando se trata da alfabetização e do letramento. Como é possível observar no formato das atividades apresentadas no Caderno de Atividades.

Figura 2 - Atividades de Adivinhação da primeira etapa



Fonte: Simonetti (2018b, p. 12).

A proposta é alfabetizar letrando, como se pode observar no formato das atividades trazidas no MDC, e até mesmo, no exemplar de 252 páginas, para os

professores e professoras que atuam no 1º ano. Este, é apresentado com o título “Proposta didática para alfabetizar letrando: caderno do professor: 1ª a 4ª etapa”, da mesma autora dos Cadernos de Atividades para os alunos e as alunas. Como afirma Simonetti (2018b, p. 9), “A cooperação entre SEDUC MT e os municípios de Mato Grosso confirma o desejo de alfabetizar e letrar as crianças na “idade certa” com qualidade”.

Soares (2021) contribui significativamente para essa ao destacar a importância de um processo de alfabetização que supera a decodificação de palavras, abordando a leitura e escrita como práticas sociais, inseridas em contextos de interação e construção de significado. Para esta autora, alfabetizar significa ensinar a ler e escrever de forma a garantir que as crianças compreendam e utilizem a leitura e a escrita de maneira crítica e contextualizada. Ela defende que, para que a alfabetização ocorra de forma eficaz e na idade, é essencial que os métodos e materiais didáticos sejam bem estruturados, e que os professores tenham uma formação contínua, capaz de atender às diversidades de aprendizagem dos alunos. Portanto, a alfabetização e o letramento de qualidade estão intimamente relacionados à criação de ambientes de ensino que respeitam as especificidades de cada criança e que proporcionam experiências significativas de leitura e escrita desde os primeiros anos escolares.

O foco do material destinado aos professores e professoras alfabetizadores, é a formação continuada, e tem como principal objetivo o apoio “no planejamento das aulas e no uso articulado dos materiais e das referências curriculares e pedagógicas dos eixos da alfabetização através de ações que estimulam a ação reflexiva do professor sobre o tempo e o espaço escolar”, explica Simonetti (2018b, p. 10). Todo o material é fundamentado “nas mesmas concepções teóricas sobre criança, currículo, ensino e aprendizagem, alfabetização e letramento, facilitando a integração/união dos programas de formação”, esclarece Simonetti (2018b, p. 10). Além disso, o material foi elaborado para responder aos professores e formadores durante as formações, quanto aos seus questionamentos em relação a, por exemplo, como ensinar a criança a ler e escrever, como alfabetizar e letrar as crianças.

O MDC para professores e professoras, alunos e alunas foram elaborados com base nos seguintes documentos: DCN para o EF de nove anos do MEC, a BNCC, o DRC/MT e o documento Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental) - PNAIC/MEC. A proposta para os professores e

professoras, é o desenvolvimento de um trabalho reflexivo, que permita aos alunos e às alunas serem alfabetizados e letrados, de forma que compreendam, sintam e vejam sentido naquilo que leem. Magda Soares admite a necessidade de professores e professoras reconhecerem que:

[...] SABERES sobre a alfabetização se constroem não só por teorias, mas também se constroem em decorrência dos FAZERES cotidianos dos que alfabetizam: há SABERES teóricos e há SABERES da prática; dessa maneira, há FAZERES propostos por teorias, e há FAZERES propostos pelas práticas, aqueles FAZERES que efetivamente se revelam possíveis e condizentes com as circunstâncias reais em que se desenvolve o processo de alfabetização, sob condições as mãos variadas, *por* participantes específicos e *para* participantes específicos. (Soares, 2014, p. 31).

Nota-se a preocupação da supramencionada autora em professores e professoras seguirem “à risca” toda proposta sem atentar-se ao que pode acontecer em sala de aula que não está nela previsto. Nem todas as teorias, como reflete Soares (2014), trazem uma solução específica para cada tipo de problema ou situação que possa acontecer no processo de alfabetização e letramento de crianças. A construção do saber, no processo de alfabetização é parte da língua escrita, que requer de professores e professoras, a compreensão de aspectos relacionados as seguintes áreas, conforme expressa a mesma autora: psicologia cognitiva, fonologia, linguística textual, discurso, psicogênese, contexto sociocultural e outros.

Soares (2014) avalia que não se pode oferecer um processo de alfabetização fragmentado, devendo-se observar que cada faceta do processo precisa ser considerada isoladamente, ao mesmo tempo em que se propõe o saber integrado. Com essa consideração, a mencionada autora intenciona que professores e professoras, em todo o processo de alfabetização e letramento, levem em conta não só os materiais didáticos e as teorias neles propostas, mas a individualidade da construção do saber por alunos e alunas. Com essa mesma intenção, a Proposta Pedagógica elaborada para atender aos objetivos do Programa Alfabetiza MT foi elaborada, como se pode observar na seguinte afirmação:

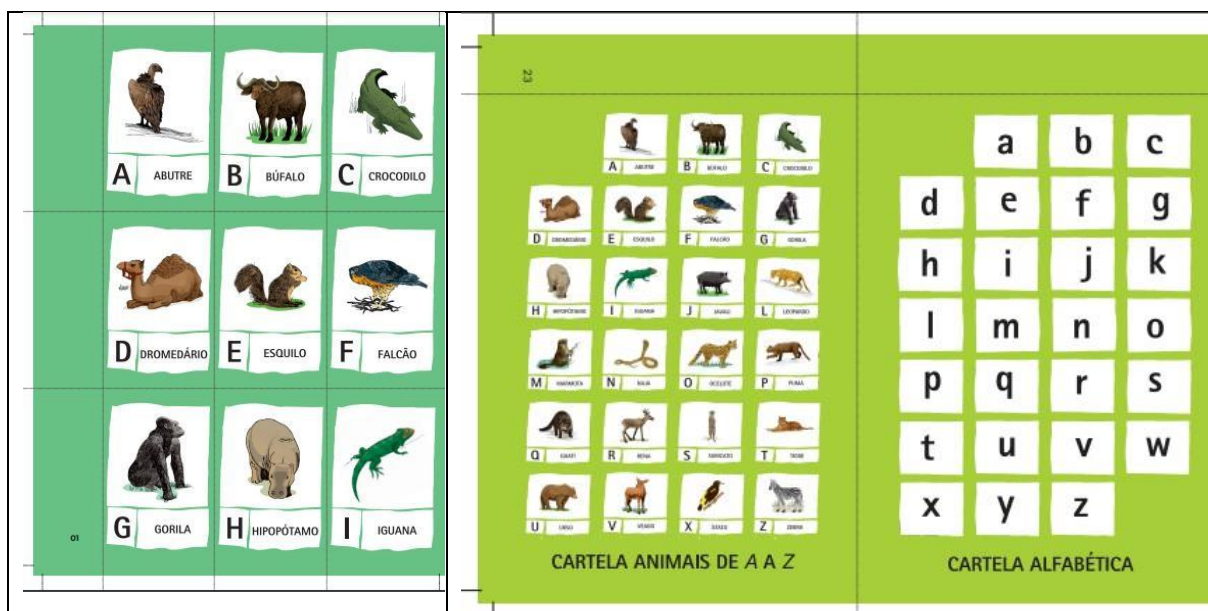
[...] esta proposta didática para alfabetizar-letrando propõe situações didáticas (projetos didáticos e sequencia didáticas), para que o aprendiz descubra e se aproprie, com compreensão, do sistema de escrita da língua portuguesa e da cultura escrita da língua portuguesa, ingressando na escrita e em suas culturas, usando a escrita para a prender a escrita com sentido (ler, falar e escrever com compreensão). Ou seja, situações didáticas para o (a) professor (a) em ensino-reflexivo possibilitar, didaticamente, a criança ler e escrever com compreensão, com sentido, com sentimento, com criação,

imersa na cultura das práticas socioculturais de oralidade, leitura e escrita. [...] o diferencial [...] é a apropriação do sistema de escrita alfabética imersa no letramento, possibilitando a imersão/uso do aprendiz na cultura letrada, tornando-o discursivo, autor, interlocutor-dialógico do seu discurso, do discurso do outro e da cultura. Cada criança, nenhuma a menos alfabetizada, letrada, falante, leitora, autora da sua escrita, estimulada pela interação com o outro, com a cultura em contexto de ludicidade e liberdade de imaginação. (Simonetti, 2018a, p. 11).

A apresentação da autora acima referenciada, traz a preocupação em abranger todos os aspectos levantados por Soares (2014), onde a proposta de alfabetização e letramento contemple no processo de ensino e aprendizagem de 1º e 2º ano do EF, o que está além das teorias, justamente com o olhar na aprendizagem coletiva, sem perder de vista, a individual.

Quanto às Cartelas Didáticas, elas têm uma apresentação bem colorida, atrativa, que pode chamar a atenção das crianças. Permite aos professores e às professoras a realização do trabalho baseado em sequências didáticas, o que pode facilitar a alfabetização e o letramento das crianças, de forma gradual e dentro do prazo estipulado pelo ciclo de alfabetização.

Figura 3 - Cartela Didática



Fonte: Simonetti (2018c, p. 1 e 23).

Cada cartela é organizada em sequências didáticas estruturadas, abordando conteúdos de maneira lúdica e dinâmica, com atividades propostas que incentivam a participação ativa dos alunos, integrando práticas que envolvem leitura e raciocínio

lógico, tornando a aprendizagem mais contextualizada. A abordagem prática das cartelas permite que os professores adaptem as atividades de acordo com o nível e as necessidades específicas de suas turmas, promovendo flexibilidade pedagógica. As cartelas orientam os professores no planejamento e execução de aulas e trazem sugestões para avaliações formativas e diagnósticas, permitindo identificar dificuldades e ajustar as intervenções pedagógicas. O material também fortalece a autonomia docente, proporcionando subsídios para monitoramento contínuo do desempenho dos alunos e para a reflexão crítica sobre a prática educativa.

Por meio dessas cartelas, o Alfabetiza MT fortalece o regime de colaboração entre o estado e os municípios, garantindo que as equipes escolares tenham acesso a ferramentas para superar desafios locais no processo de alfabetização. Com essa estrutura, o programa busca qualificar o ensino e melhorar os indicadores educacionais, afirmando que todas as crianças de Mato Grosso sejam alfabetizadas na idade certa, promovendo uma educação de qualidade em todo o estado. Há uma evolução na apresentação / proposta de atividades para se cumprir os objetivos das cartelas didáticas, que são: contemplar a aprendizagem linguística, estrutural e fonológica das palavras. É um tipo de material que dá liberdade para professores e professoras trabalharem de diferentes formas essas questões.

Concebendo alfabetização-e-letramento de modo indissociável, penso o letramento como atividade alimentadora, isto é, como situações didáticas que “alimentam” as atividades estruturantes: as atividades estruturantes só podem impulsionar a aprendizagem dos alunos com a inserção e uso do aprendiz na cultura letrada. (Simonetti, 2018c, p. 17).

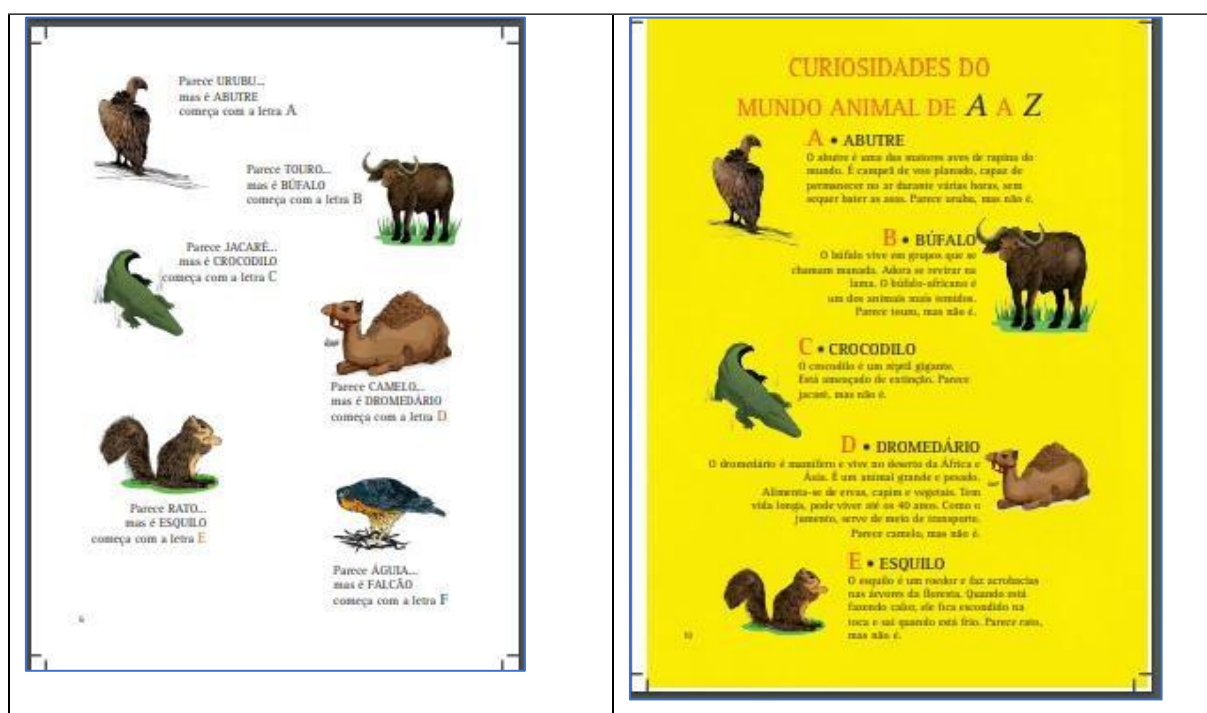
Dessa afirmação, pode-se perceber o alinhamento entre cada elemento e material que compõe o MDC. Um complementa o outro, de forma a orientar professores e professoras no sentido de alfabetizarem e letrarem seus alunos e suas alunas utilizando de uma mesma linguagem, para favorecerem a participação e a interação entre as crianças em busca do conhecimento por meio do diálogo.

Perrenoud (2000) destacou a importância da construção de competências na educação, enfatizando que os professores devem buscar formas de alfabetizar seus alunos utilizando uma linguagem comum, que favoreça a participação ativa e a interação entre as crianças. Segundo o autor, o diálogo é fundamental nesse processo, pois cria um ambiente em que as crianças possam compartilhar ideias, refletir coletivamente e construir seu conhecimento de maneira colaborativa. Ao utilizar

uma linguagem acessível e inclusiva, o professor facilita o acesso ao conhecimento, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, participem ativamente das atividades de aprendizagem. Esse tipo de abordagem pode promover a alfabetização e o letramento, bem como fortalecer o vínculo entre os alunos e o conteúdo, criando uma base sólida para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

O livro de leitura tem como título “Parece... mas não é” – também da mesma autora. Em 48 páginas, o livro traz, segundo Simonetti (2018d, p. 4), “histórias interessantes de animais e belas ilustrações”, apresentando os animais, suas características (semelhanças e diferenças), mostrando às crianças que os animais até podem se parecer uns com os outros, mas, são diferentes.

Figura 4 Parece... mas não é



Fonte: Simonetti (2018d, p. 6 e 10).

Diversos autores discutem a importância de se utilizar histórias interessantes sobre animais, acompanhadas de belas ilustrações, para ensinar às crianças sobre as semelhanças e diferenças entre os animais. Segundo Coll (1997), a literatura infantil tem um grande poder educativo, ao proporcionar momentos de reflexão e aprendizado de forma lúdica, especialmente quando se trata da compreensão de conceitos como semelhança e diferença. Histórias que abordam a vida dos animais,

suas características físicas, hábitos e habitats, ajudam as crianças a perceber que, embora possam existir animais com aparências semelhantes, cada um possui características únicas que os tornam diferentes. Essas narrativas, aliadas às ilustrações interessantes, estimulam a curiosidade e promovem a aprendizagem significativa, facilitando a compreensão de conceitos de forma prazerosa e acessível. Assim, a literatura infantil se torna uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento cognitivo das crianças, ao mesmo tempo que introduz o respeito e a diversidade do mundo animal.

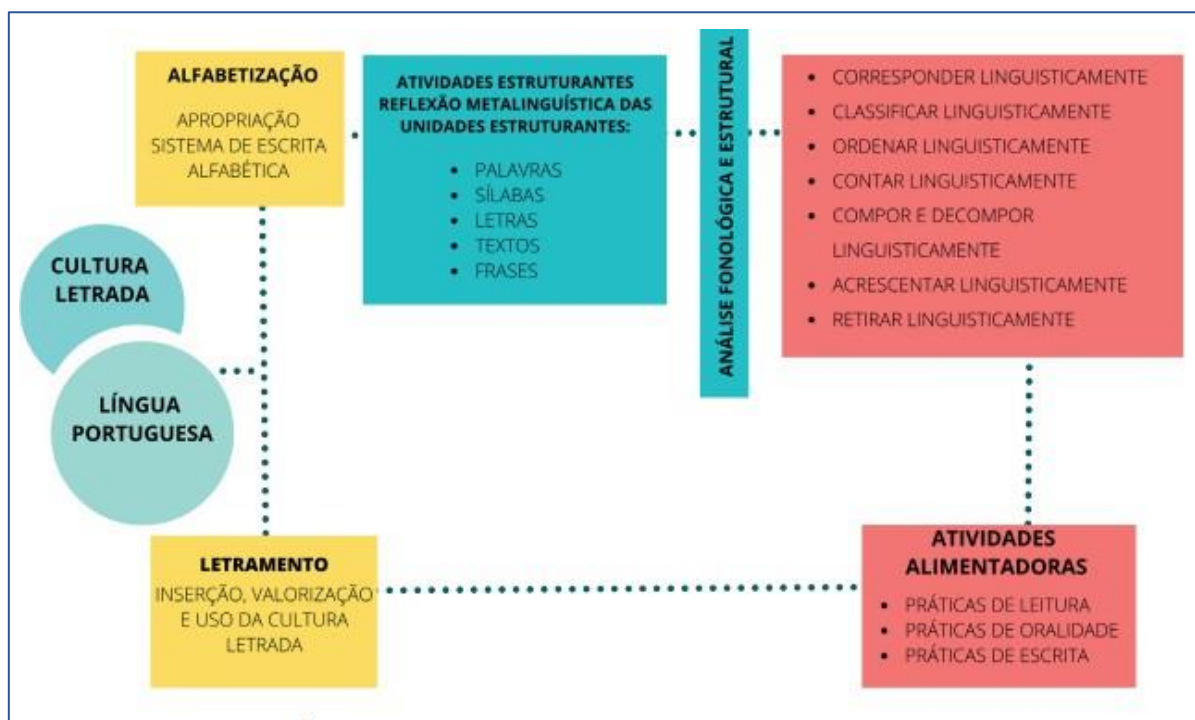
Na figura que segue (Figura 5), a autora apresenta um esquema didático que delinea a proposta do MDC, que proporciona aos professores e às professoras, o desenvolvimento de uma rotina didática para a alfabetização e letramento de seus alunos e suas alunas. E adverte que o MDC não pode ser visto como um condicionamento ou desrespeito à sua autonomia, mas, como recursos que favoreçam seu exercício docente.

A organização das situações didáticas em três tempos básicos — tempo de ler para gostar de ler, tempo de leitura e oralidade e tempo de apropriação da escrita — proposta por Simonetti (2018d), alinha-se com as ideias de Soares (2021) e Perrenoud (2000), que destaca a importância da integração entre alfabetização e letramento. Soares (2021) argumenta que a alfabetização deve ocorrer dentro das práticas socioculturais de oralidade, leitura e escrita, reconhecendo a inseparabilidade desses elementos no processo de ensino-aprendizagem. O “tempo de ler para gostar de ler”, por exemplo, busca cultivar o prazer pela leitura, um princípio central para o desenvolvimento do letramento, visto que a motivação é um fator decisivo para que os alunos se apropriem da linguagem escrita de forma significativa.

Perrenoud (2000) ressalta que as estratégias pedagógicas devem ser pensadas para o desenvolvimento de competências de forma gradual, adequando os tempos de ensino ao ritmo dos alunos. Nesse contexto, os tempos definidos por Simonetti organizam a sequência de aprendizagem e possibilitam que os objetivos de alfabetização e letramento sejam alcançados de maneira eficaz, controlando o processo para garantir que as crianças se apropriem da escrita em suas práticas cotidianas. Dessa forma, a proposta do livro de leitura integra a teoria de Perrenoud sobre a construção gradual das competências e o foco de Soares nas práticas socioculturais, reforçando a indissociabilidade entre alfabetização e letramento.

E assim, Simonetti (2018d) apresenta a rotina didática para a alfabetização e letramento das crianças de 1º e 2º ano. A composição do MDC foi elaborada de modo a possibilitar um trabalho no qual as crianças compreendam e aprendam por meio de atividades bem delineadas e previsíveis, com um variado grau de autonomia e domínio, mediante apoio do professor ou da professora e de seus materiais (livro de leitura, cartelas didáticas e caderno de atividades).

Figura 5 - Esquema de Rotina Didática



Fonte: Simonetti (2018d, p. 21).

No Caderno do Professor - Proposta Didática para Alfabetizar Letrando – Simonetti (2018a) ressalta a importância dos professores e das professoras no processo de alfabetização infantil, apresentando-o como um processo contínuo, que se inicia com os primeiros contatos da criança com a língua escrita e se consolida ao final dos anos iniciais do EF. Ao longo do 2º ano, os alunos e alunas devem ser capazes de ler textos curtos de forma autônoma e com compreensão, defendendo que todo/a aluno/a é capaz de aprender, desde que o ensino seja bem estruturado e oferecido estímulo, confiança e estratégias adequadas.

Esta “Proposta Didática para Alfabetizar Letrando” (PDAL) é um material didático complementar para o ensino de Língua Portuguesa no 2º ano do Ensino Fundamental. Especialmente, é um material de formação, em

contexto, para professores do 2º ano do Programa ALFABETIZA MT da Secretaria da Educação de Mato Grosso (SEDUC), dando continuidade à formação do 1º ano com a “Proposta Didática para Alfabetizar Letrando” - Língua Portuguesa - 1º Ano. O conteúdo/formatação/desenho desta proposta tem finalidades distintas e entrelaçadas: a alfabetização e o letramento dos alunos do 2º ano e a formação de professores do 2ºano em contexto de ensino/reflexão da prática (práxis). Ou seja, é um material organizado para o aluno e para a formação do professor. O respaldo teórico/curricular da proposta tem como base: as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos, do (MEC) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC/MEC/2017). (Simonetti, 2018a, p. 11).

O material didático proposto tem como objetivo apoiar e orientar a prática pedagógica dos professores, destacando que ser um professor ou professora eficiente requer competências além do conhecimento teórico, como o gerenciamento da aprendizagem dos alunos e das alunas, um instrumento flexível e de apoio prático para docentes.

Na próxima figura, apresentamos um planejamento pedagógico mensal detalhado para primeira etapa do programa Alfabetiza MT.

Figura 6 - Planejamento primeira etapa

| 1ª ETAPA - 1º MÊS | | |
|--|---|--|
| Professor(a), para você refletir e planejar: | | |
| TEXTOS-BASE | TEMPO DE LITURA E ORALIDADE OBSERVAÇÕES (mapa de intervenções/mediações) | TEMPO DE ESCRITA OBSERVAÇÕES (mapa de intervenções/mediações) |
| 1ª SEMANA Livro de imaginação: - Conto: "Pé de Imaginação" - Texto de imagem - Verbete | | |
| 2ª SEMANA Livro de imaginação: - Conto: "A revolta das Letras" Atividade de imaginação: - Texto de imagem - Verbete | | |
| 3ª SEMANA Livro de imaginação: Conto: "A revolta das Letras" Atividade de imaginação: - Texto: "A Pantaneira Sonhadora" | | |
| 4ª SEMANA Atividade de imaginação: - Texto: "A Pantaneira Pescadora" - E-mail | | |

Fonte: Simonetti (2018a, p. 47).

O planejamento, com foco no 1º mês, sequencialidade e progressão pedagógica, apresenta uma estrutura que se divide em três colunas principais: Textos-base, Tempo de leitura e oralidade, e Tempo de escrita, cada uma com objetivos específicos.

A coluna de textos-base apresenta um conjunto diversificado de gêneros textuais que serão trabalhados ao longo de quatro semanas, sendo que cada semana propõe leituras diferentes, como contos, verbetes e textos de imagem. A presença de textos narrativos, como “Pé de Imaginação” e “A Revolta das Letras”, e outros de caráter descritivo, como verbetes, sugere uma proposta de alfabetização que combina tanto literatura infantil quanto textos informativos. Essa escolha é pedagógica e intencional, uma vez que expor os alunos a diferentes tipos de texto desde cedo é essencial para desenvolver tanto a competência do leitor quanto à compreensão textual. (Simonetti, 2018a).

Essa diversidade textual tem como objetivo estimular o letramento das crianças, oferecendo não apenas contato com a leitura literária, mas também com elementos do alfabetismo funcional, que será essencial para que os alunos compreendam e utilizem a linguagem escrita em contextos diversos. Dessa forma, a proposta atende às demandas do ciclo de alfabetização e à necessidade de preparar os alunos para o uso consciente da língua.

A segunda coluna, dedicada ao tempo de leitura e oralidade, destaca a importância de desenvolver a habilidade de decodificação da leitura e as habilidades de escuta ativa e produção oral. A alfabetização bem-sucedida não se resume à leitura mecânica, pois, envolve a capacidade de interpretar e comunicar ideias. Nesse contexto, a leitura oral e a conversa são trabalhadas em paralelo, com o objetivo de consolidar tanto a compreensão quanto à expressão verbal dos alunos. (Simonetti, 2018a).

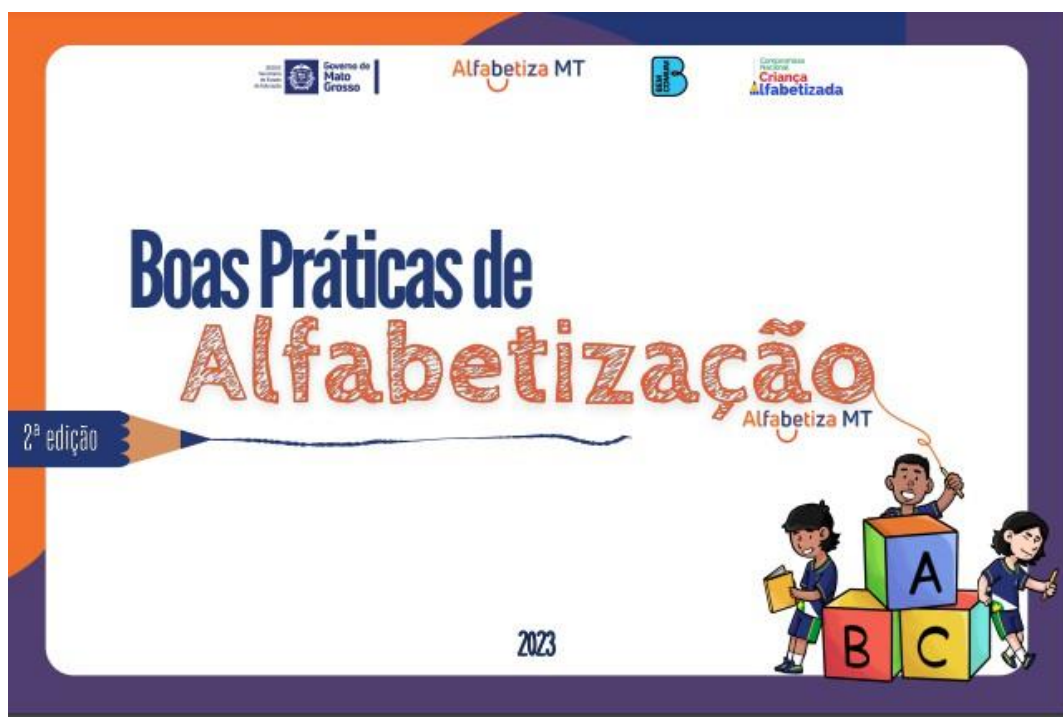
A proposta de incluir um espaço para observações pedagógicas revela uma preocupação em monitorar continuamente o progresso de cada aluno e aluna. Os professores e as professoras são orientados a registrar dificuldades e avanços, refletindo uma abordagem pedagógica centrada na avaliação formativa, uma prática que lhes permite realizar intervenções pedagógicas mais assertivas, ajustando suas estratégias conforme a necessidade de cada aluno e aluna. Esse processo de alfabetização configura-se como adaptativo e sonoro.

A terceira coluna, dedicada ao tempo de escrita, reforça a importância da produção textual no processo de alfabetização plena, a apropriação ativa da escrita e buscando justamente promover a construção do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). A escrita e a leitura têm espaços para observações e intervenções, fundamentais para lacunas de aprendizagem, de ação pedagógica mais direcionada. (Simonetti, 2018a).

Outro aspecto importante da proposta é a integração entre leitura, oralidade e escrita. Além do material pedagógico propriamente dito, o documento sugere uma orientação didática para o uso do material e a formação continuada em serviço, espaços de reflexão, comunidade de aprendizagem. A proposta também reflete uma gestão pedagógica estratégica, com metas claras de aprendizagem, estratégias diferenciadas e de qualidade para as práticas pedagógicas e de articulação, além de sugestão de diferentes recursos didáticos. (Simonetti, 2018a).

Outro material é o E-book “Boas práticas de Alfabetização”, segunda edição, elaborado pela SEDUC MT em juntamente com a Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, a Superintendência de Educação Básica e a Coordenadoria de Ensino Fundamental, no ano de 2023.

Figura 7 - E-book “Boas práticas de Alfabetização”



Fonte: SEDUC MT (2023). Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/d/seduc/e-book-estadual-boas-praticas-2023-pdf>

O E-book reúne um conjunto significativo de experiências bem-sucedidas desenvolvidas por professores e gestores de escolas de 13 municípios da rede pública de Mato Grosso em 2023. A obra visa disseminar estratégias pedagógicas eficazes, permitindo que outras unidades escolares se inspirem nas práticas propostas. Cada relato descreve os principais desafios encontrados nas salas de aula, as soluções inovadoras e os resultados obtidos, fundamentando-se em evidências concretas de impacto educacional. (SEDUC MT, 2023).

A escolha dos relatos foi orientada por cinco critérios essenciais, que garantem a qualidade, coerência e sustentabilidade das práticas pedagógicas: impacto e efetividade na aprendizagem – foco em resultados concretos na evolução do desempenho dos estudantes; otimização de recursos – utilização eficiente de materiais, tempo e infraestrutura; sustentabilidade – continuidade e replicabilidade das práticas para além do curto prazo; colaboração – envolvimento da equipe escolar e união entre diferentes espectadores da comunidade educativa; coesão textual – clara e coerência na descrição das experiências. (SEDUC MT, 2023).

Esses critérios refletem um compromisso com boas práticas educacionais, integrando inovação e eficiência. A seleção cuidadosa dos relatos revela uma preocupação com resultados imediatos, com a previsão da aplicação em outros contextos escolares. Os resultados das práticas relatadas foram avaliados por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, buscando uma análise abrangente. Os dados quantitativos incluem o aumento das notas dos alunos em avaliações de desempenho, fornecendo um panorama objetivo da eficácia pedagógica. Os aspectos qualitativos foram encontrados por meio de depoimentos de alunos e professores, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre o impacto das práticas de motivação e engajamento escolar. (SEDUC MT, 2023). A integração desses dois tipos de avaliação permite uma abordagem equilibrada, consentindo que a educação envolva tanto desempenho acadêmico quanto aspectos socioemocionais.

O E-book tem como objetivo inspirar a comunidade escolar e incentivar a adoção de métodos práticos no processo de alfabetização. (SEDUC MT, 2023). No entanto, é necessário considerar que as práticas descritas podem enfrentar desafios na replicação, uma vez que o contexto de cada escola e de cada grupo de alunos é único. A eficácia pedagógica depende da metodologia utilizada, do suporte institucional e da formação continuada dos professores e das professoras. Além de fornecer orientações práticas, a obra busca promover uma cultura de troca e

colaboração entre os profissionais da educação, incentivando a construção coletiva do conhecimento pedagógico. (SEDUC MT, 2023). Ao valorizar o protagonismo dos educadores e educadoras, e divulgar boas práticas, o E-book reforça o papel fundamental dos professores e gestores na promoção de uma alfabetização de qualidade. Também cumpre uma importante função ao fomentar a reflexão e a inovação pedagógica nas escolas públicas de Mato Grosso. Mais do que um compêndio de experiências, a obra promove uma formação continuada em serviço, estimulando os professores e as professoras a refletirem sobre sua prática e aprimorarem suas metodologias.

O sucesso das práticas pedagógicas não se limita à aplicação de estratégias isoladas, mas depende do comprometimento coletivo dos profissionais da educação. (SEDUC MT, 2023). Ao estimular a construção de uma rede colaborativa de ensino, o E-book contribui para o fortalecimento da alfabetização pública e inclusiva, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e das alunas.

A formação dos professores no âmbito da Alfabetiza MT adota a modalidade híbrida, combinando momentos presenciais e remotos, que permite maior flexibilidade para os docentes, possibilitando a participação daqueles que estão em áreas remotas ou horários mais restritos. O formato presencial é reservado para atividades práticas e dinâmicas interativas, enquanto o formato remoto utiliza plataformas digitais para garantir o acesso a conteúdos teóricos e ferramentas pedagógicas de forma contínua. A formação é organizada em módulos temáticos, planejados para atender às demandas específicas do processo de alfabetização. Cada módulo aborda aspectos teóricos e práticos do ensino da leitura e escrita, alinhados à BNCC e ao Currículo Estadual de Mato Grosso. Há um foco na utilização de materiais estruturados, como livros didáticos e cadernos de atividades, que são fornecidos pelo programa.

Os procedimentos incluem: capacitação inicial - todos os professores que participam do programa passam por uma formação introdutória para compreender os objetivos do Alfabetiza MT, sua estrutura pedagógica e os recursos disponíveis; acompanhamento contínuo - após a formação inicial, os professores recebem acompanhamento regular por meio de encontros formativos e avaliação pedagógica; monitoramento e avaliação - durante todo o processo, são aplicados instrumentos de avaliação que permitem monitorar o progresso dos professores na aplicação das práticas propostas.

As atividades realizadas na formação abrangem tanto a teoria quanto a prática pedagógica. Algumas das principais incluem:

- Oficinas práticas, voltadas para o desenvolvimento de estratégias de ensino da alfabetização, como atividades de consciência fonológica, leitura compartilhada, e produção textual.
- Estudos direcionados - discussões sobre metodologias de ensino, com base em referências teóricas sobre alfabetização e letramento.
- Simulações pedagógicas - professores participam de simulações de sala de aula para testar novas abordagens de ensino.
- Troca de experiências - momentos de socialização entre os professores para compartilharem desafios, práticas e resultados obtidos em suas escolas.
- Formação em avaliação diagnóstica - capacitação para que os professores saibam aplicar e interpretar instrumentos de diagnóstico da alfabetização, fundamentais para personalizar o ensino.

A formação dos professores ocorre de forma cíclica e contínua, com periodicidade trimestral para os encontros presenciais e atividades mensais no formato remoto. Esse modelo garante que os docentes estejam constantemente atualizados e possam incorporar novas práticas pedagógicas ao longo do ano letivo. Durante o recesso escolar, são organizadas semanas intensivas de formação, conhecidas como Jornadas Pedagógicas, que aprofundam conteúdos e promovem uma reflexão sobre os avanços e desafios enfrentados no período anterior. A formação do Alfabetiza MT segue um modelo descentralizado, conduzido em colaboração entre a SEDUC-MT e as equipes pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação (DREs). Os formadores estaduais capacitam os multiplicadores regionais, que, por sua vez, oferecem formação direta aos professores alfabetizadores em seus respectivos municípios.

A formação presencial, geralmente realizada em polos regionais, inclui palestras, workshops e atividades práticas conduzidas por especialistas em alfabetização. Nos momentos remotos, os professores acessavam conteúdos por meio de plataformas digitais, como videoaulas, fóruns de discussão, e materiais didáticos digitais. A formação no âmbito do Alfabetiza MT foi estruturada para garantir que os professores alfabetizadores desenvolvam as competências para atender às demandas de uma educação inclusiva e de qualidade. O foco na formação continuada

e no suporte constante buscava melhorar os índices de alfabetização e fortalecer a autonomia e a confiança dos professores na sala de aula. Esse modelo de formação evidencia a importância de políticas públicas que valorizam o professor como protagonista no processo de alfabetização, ao mesmo tempo em que promovem ações estruturadas e colaborativas para o enfrentamento das desigualdades educacionais no estado de Mato Grosso.

Seguindo a cronologia, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social (2023/2024), em 2023, o governo federal instituiu, por meio do Decreto 11.556, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, uma iniciativa que tem como objetivo principal garantir que todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas na idade certa. O programa surge como uma resposta aos desafios históricos da educação básica no país, agravados pelos efeitos da pandemia de COVID-19, que provocou uma suspensão prolongada das aulas presenciais e impactou melhorias no processo de aprendizagem de milhões de estudantes.

O Compromisso Nacional propõe uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo esforços coordenados entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Essa articulação entre os entes federativos é fundamental para garantir que as políticas públicas educacionais sejam implementadas em diferentes contextos regionais, respeitando as particularidades locais e promovendo maior equidade no acesso à educação de qualidade.

Entre as prioridades do programa, destaca-se a alfabetização na idade certa, considerada uma etapa essencial para o desenvolvimento educacional das crianças. A alfabetização precoce é um indicador-chave para o sucesso acadêmico futuro, pois impacta diretamente a capacidade de aprendizado em outras disciplinas e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Nesse sentido, o Compromisso Nacional busca não apenas garantir que as crianças aprendam a ler e a escrever, mas também que desenvolvam competências habilitadas à BNCC.

O programa foca na recomposição das aprendizagens das crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, um desafio urgente após os prejuízos causados pela pandemia. Durante o período de aulas remotas, muitas crianças enfrentaram dificuldades para acessar recursos tecnológicos ou contar com o suporte necessário em casa, o que foi estudado em lacunas significativas no aprendizado. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada busca, portanto, mitigar esses impactos por meio de estratégias pedagógicas específicas, formação de

professores e gestores escolares, e o uso de materiais didáticos voltados para a recuperação de conteúdos essenciais. (Secretaria de Comunicação Social, 2023/2024).

Outro ponto relevante é o potencial do programa para estimular a cooperação federativa. Por meio de ações integradas e planejadas coletivamente, o Compromisso Nacional busca criar um ambiente em que os entes federativos compartilhem responsabilidades e recursos, promovendo sinergias que fortalecem o sistema educacional como um todo. No entanto, o sucesso dessa cooperação depende de uma eficiência, de um financiamento adequado e de um diálogo contínuo entre os diferentes níveis de governo.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada representa um avanço importante no enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil. Contudo, para que o programa atinja seus objetivos, é fundamental que seja acompanhado por um monitoramento rigoroso, avaliação constante dos resultados e ajustes nas estratégias sempre que necessário. Só assim será possível garantir que a alfabetização e a recuperação das aprendizagens não sejam metas isoladas, mas parte de um projeto mais amplo de melhoria da qualidade da educação básica no País.

4. ANÁLISE DOS PRIMEIROS RESULTADOS NO PROGRAMA ALFABETIZA MT

Apresentamos neste capítulo os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT, uma iniciativa pioneira destinada a transformar a alfabetização e a educação básica no estado de Mato Grosso. Lançado com o objetivo de enfrentar os desafios históricos relacionados à alfabetização e ao letramento, o programa visa promover uma abordagem inovadora e eficaz no ensino da leitura e da escrita para crianças em suas etapas iniciais de desenvolvimento escolar.

Compartilhamos as conquistas preliminares e as evidências emergentes do impacto do programa nas escolas participantes. O Alfabetiza MT tem se empenhado em capacitar educadores, desenvolver materiais pedagógicos adequados e implementar estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas das nossas crianças. Os primeiros resultados refletem os esforços contínuos para garantir que cada aluno receba a base sólida necessária para seu sucesso acadêmico e pessoal. Nesse momento, é fundamental avaliar o impacto inicial do programa e identificar áreas de aprimoramento, garantindo que possamos continuar a avançar na promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes de Mato Grosso.

Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC MT) em setembro de 2024, tendo-se liberado o acesso à plataforma do AVALIA MT, que é um programa de avaliação educacional em larga escala implementado pela SEDUC MT, em colaboração com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Seu principal objetivo é diagnosticar de maneira precisa a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas do estado, especialmente no que se refere ao desempenho dos estudantes em aspectos fundamentais do processo de aprendizagem. Em 2022, essa avaliação censitária foi aplicada a estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, abordando conhecimentos em Língua Portuguesa, com foco em procedimentos de leitura, e em Matemática. (SEDUCMT, 2024).

Segundo a SEDUC MT (2024), para que esse programa tenha **impacto efetivo**, é fundamental que os gestores, professores e equipes pedagógicas compreendam e utilizem os dados gerados a partir dos resultados das avaliações. A análise detalhada desses indicadores possibilita a identificação de lacunas no aprendizado, fornecendo subsídios para a adoção de políticas e práticas educativas que atendam às necessidades dos estudantes.

Os padrões de desempenho do AVALIA MT são definidos com base em cortes numéricos, estabelecendo níveis de proficiência de acordo com as expectativas de aprendizagem para cada etapa e componente curricular. Esses padrões agrupam estudantes com habilidades semelhantes, permitindo a criação de perfis de desempenho que facilitam o diagnóstico do nível de aprendizagem de cada aluno. (SEDUC MT, 2024). A definição dos níveis de proficiência pressupõe que os estudantes classificados em determinado nível dominaram as habilidades dos níveis anteriores. Essa metodologia permite que, em uma mesma turma, os alunos sejam classificados em diferentes padrões de desempenho, facilitando a compreensão do desenvolvimento individual e coletivo.

Tabela 4 - Padrão de desempenho AVALIA MT

| Padrão de desempenho | Descrição |
|-----------------------------|---|
| Abaixo do básico: até 400 | Reúne estudantes com carência de aprendizagem, sem o desenvolvimento das habilidades e competências mínimas requeridas para a conclusão da etapa escolar. Necessitam de ações pedagógicas de recuperação. |
| Básico: de 400 a 500 | Agrupam estudantes que ainda não demonstraram ter desenvolvido adequadamente as habilidades e competências essenciais para sua etapa de escolaridade. Demandam atividades de reforço na aprendizagem. |
| Proficiente: de 500 a 600 | Reúne estudantes que consolidaram o desenvolvimento das habilidades e competências previstas para a etapa de escolaridade, mas ainda requerem ações para aprofundar a aprendizagem. |
| Avançado: acima de 600 | Agrupam estudantes cujo desenvolvimento está além do esperado para sua etapa de escolaridade. Esses estudantes precisam de estímulos para continuar avançando no processo de aprendizagem. |

Fonte: Adaptado de SEDUC MT (2024).

Essa tabela resume os diferentes níveis de desempenho e as ações necessárias para aprimorar a aprendizagem dos estudantes em cada categoria, sendo estas informações fundamentais para o Programa Alfabetiza MT, pois oferece uma visão clara e objetiva sobre os níveis de aprendizagem dos estudantes. Sua importância está em diversos aspectos, a começar pelo diagnóstico preciso, pois, ajuda a identificar onde cada aluno se encontra no processo de alfabetização,

permitindo um diagnóstico preciso. Isso é essencial para que o programa possa direcionar esforços e recursos adequados para os diferentes perfis de aprendizagem.

A BNCC (Brasil, 2018) estabelece parâmetros essenciais para a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, determinando que os alunos, ao final do 2º ano, devem ser plenamente alfabetizados. Esse processo envolve o reconhecimento do SEA, o desenvolvimento da fluência leitora e da compreensão textual, o que significa que os alunos e as alunas precisam ser capazes de ler e interpretar textos adequadamente à sua faixa etária, assim como produzir textos curtos com coerência e autonomia.

A proposta pedagógica prevista na BNCC (Brasil, 2018) enfatiza a alfabetização como um direito básico, indispensável para o pleno desenvolvimento educacional e para a inclusão social dos alunos e das alunas. Além da decodificação de palavras e frases, o documento orienta que a alfabetização envolve ainda a capacidade de escuta ativa, oralidade, produção escrita significativa e leitura crítica. Dessa forma, a alfabetização vai além da aquisição mecânica de habilidades, exigindo a formação de leitores e leitoras, escritores e escritoras capazes de atuar em diferentes contextos sociais e culturais

Também importantes, as intervenções pedagógicas que podem ser planejadas pelos professores e gestores com base nos padrões, como “Abaixo do Básico” e “Básico”, oferecendo recursos como recuperação ou reforço, garantindo que nenhum estudante fique para trás. Isso é importante para a missão do Alfabetiza MT, que busca assegurar a alfabetização plena na idade certa.

O padrão de desempenho possibilita o monitoramento do progresso dos alunos ao longo do tempo, pois, ao identificar estudantes nos níveis “Proficiente” ou “Avançado”, o programa pode ajustar o planejamento, focando tanto em intervenções para alunos com dificuldades quanto em desafios para aqueles que precisam avançar ainda mais. Além de avaliar o que o estudante aprendeu, a tabela destaca a necessidade de aprofundar o conhecimento e estimular o desenvolvimento contínuo, aspectos que são alinhados com os objetivos de promover uma alfabetização de qualidade – foco no desenvolvimento integral. Assim, essa ferramenta é eficaz para garantir que o programa Alfabetiza MT atinja suas metas, promovendo uma educação inclusiva e equitativa, alinhada às necessidades de cada estudante.

A análise dos padrões de desempenho dos alunos no contexto do programa Alfabetiza MT pode ser aprofundada à luz da Taxonomia de Bloom.

A taxonomia trouxe a possibilidade de padronização da linguagem no meio acadêmico e, com isso, também novas discussões ao redor dos assuntos relacionados à definição de objetivos instrucionais. Neste contexto, instrumentos de aprendizagem puderam ser trabalhados de forma mais integrada e estruturada, inclusive considerando os avanços tecnológicos que podiam prover novas e diferentes ferramentas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. (Ferraz e Belhot, 2010, p. 423).

A Taxonomia de Bloom é uma classificação hierárquica dos objetivos educacionais desenvolvida por Benjamin Bloom e colaboradores, que organiza os processos de aprendizagem em níveis de complexidade crescente. Ela é baseada na ideia de que a aprendizagem ocorre em etapas progressivas, começando por habilidades mais básicas e avançando para as mais complexas. (Ferraz e Belhot, 2010). Quanto aos princípios teóricos, a classificação parte do pressuposto de que o aprendizado envolve três domínios principais: cognitivo (conhecimento e habilidades intelectuais), afetivo (valores, atitudes e emoções) e psicomotor (habilidades físicas).

O foco inicial da Taxonomia foi no domínio cognitivo, cuja escala organiza os objetivos em seis níveis hierárquicos: conhecimento - recordar informações; compreensão - explicar ideias ou conceitos; aplicação - usar o conhecimento em situações práticas; análise - dividir informações em partes para entender melhor; síntese - combinar elementos para criar algo novo; avaliação - fazer julgamentos baseados em critérios. Na revisão de 2001, esses níveis foram adaptados para verbos, refletindo ações: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar e criar, colocando “criar” como o nível mais alto.

A Taxonomia ajuda educadores a planejar atividades e avaliar o aprendizado, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. A aplicação dessa estrutura permite que o programa adapte suas disciplinas pedagógicas com base no desempenho dos alunos. O Alfabetiza MT identifica estudantes nos níveis “Abaixo do Básico” e “Básico” e direciona suas intervenções para consolidar habilidades fundamentais nos primeiros estágios da aprendizagem. Essas habilidades estão associadas aos níveis mais básicos da taxonomia, como lembrar e compreender conceitos essenciais da leitura e escrita. Essas disposições incluem estratégias de reforço e recuperação, garantindo que os alunos e as alunas alcancem as metas determinadas e acompanhem o progresso esperado.

Por outro lado, alunos que alcançam níveis “Proficiente” ou “Avançado” são estimulados com atividades pedagógicas mais desafiadoras, monitoradas às habilidades cognitivas superiores da taxonomia, como análise e criação. Essas

atividades incentivam uma leitura crítica e a aplicação autônoma do conhecimento, aspectos essenciais para a alfabetização integral. Dessa forma, o programa auxilia na superação das dificuldades bem como promove o avanço contínuo dos e das estudantes que apresentam maior facilidade no aprendizado. Nesse contexto, com base em Ferraz e Belhot (2010), o programa se configura como uma importante ferramenta para o desenvolvimento educacional no estado de Mato Grosso, com uma base sólida em práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, na diversidade das trajetórias de aprendizagem e inclusão.

A Taxonomia de Bloom representa uma evolução significativa na maneira como os objetivos de aprendizagem são estruturados e comunicados no contexto educacional, explicam Ferraz e Belhot (2010). Esta teoria foi desenvolvida como uma ferramenta fundamental com diversas contribuições relevantes, especialmente no âmbito de programas como o Alfabetiza MT, de modo especial, pela padronização da linguagem – que é comum sobre os objetivos de aprendizagem, facilitando a comunicação entre diversos atores do processo educativo, incluindo docentes, coordenadores/as e gestores/as. Essa padronização pode garantir que todos compartilhem uma compreensão clara dos conteúdos, das competências a serem desenvolvidas e do nível de instrução desejado.

Os resultados são apresentados e, três níveis de acesso, conforme segue.

Figura 8 - Níveis de acesso dos resultados



Fonte: SEDUC MT (2024).

A figura apresentada demonstra três diferentes níveis de acesso a dados, organizados em “Regionais/Estado”, “Municípios”, e “Escolas”, cada um contendo diversos painéis informativos, que oferecem uma estrutura para análise e acompanhamento de resultados educacionais, conforme descrito.

1. Regionais/Estado:

1.1 Painel Geral: Um panorama geral dos dados relacionados ao estado ou região.

1.2 Painel Comparativo: Comparações entre diferentes regiões ou estados.

1.3 Série Histórica: Mostra dados ao longo do tempo, permitindo a análise de tendências.

1.4 Painel de Variação Comparativa: Focado na variação dos dados entre diferentes momentos ou localidades.

1.5 Painel de Equidade: Apresenta dados sobre a distribuição de resultados, com foco na equidade entre diferentes grupos populacionais.

2. Municípios:

2.1. Painel Geral: Similar ao do nível regional, mas focado nos dados municipais.

2.2 Painel Comparativo: Comparações entre municípios.

2.3 Série Histórica: Evolução dos dados municipais ao longo do tempo.

2.4 Painel de Variação Comparativa: Variação dos resultados ao nível municipal.

2.5 Painel de Equidade: Foco nas disparidades dentro do município.

3. Escolas:

3.1 Painel Geral: Dados gerais sobre cada escola.

3.2 Painel Comparativo: Comparações entre escolas.

3.3 Série Histórica: Evolução dos resultados escolares.

3.4 Painel de Variação Comparativa: Variação de dados entre diferentes momentos dentro da escola.

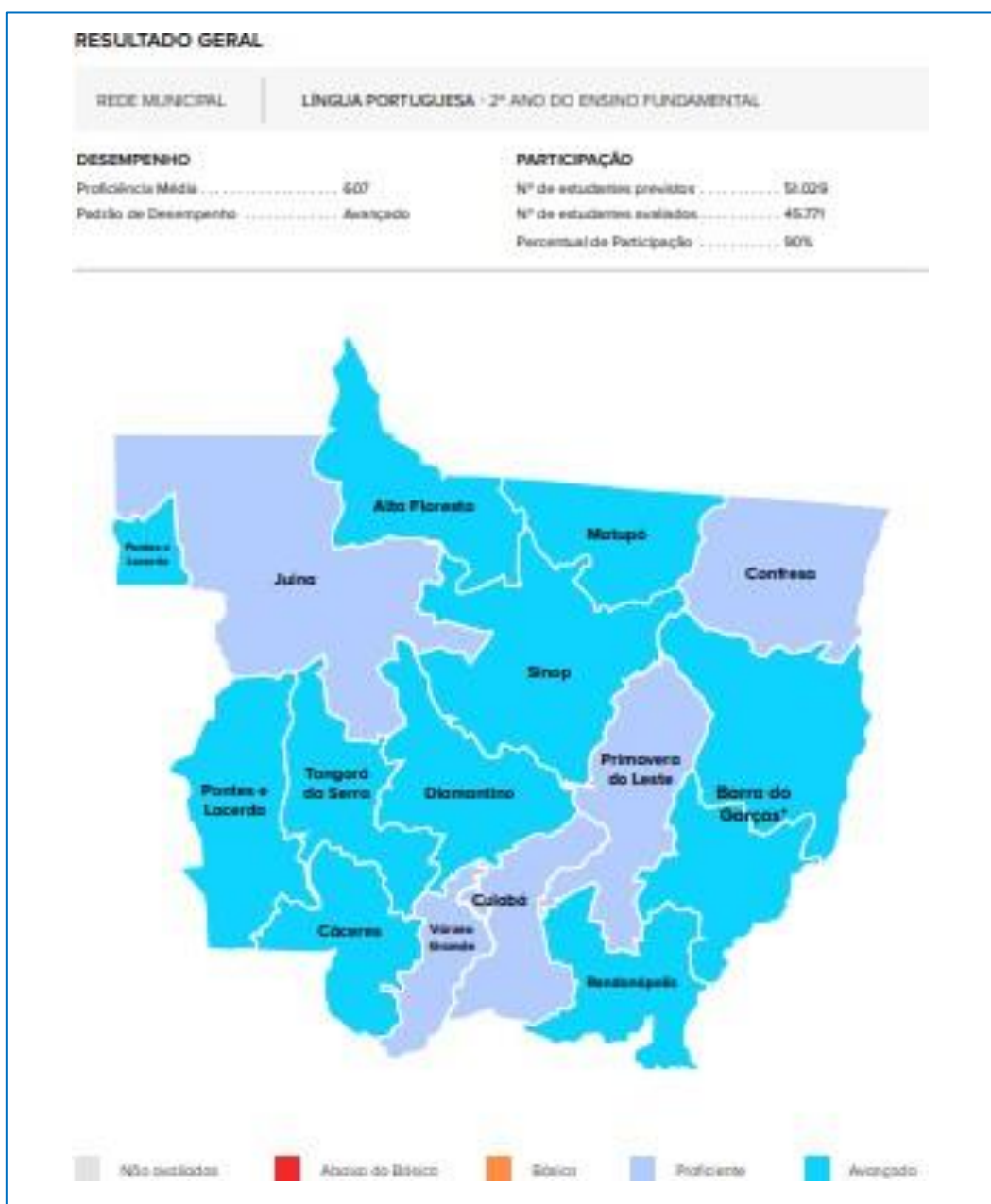
Essa estrutura reflete a importância da avaliação educacional em diferentes escalas – estado, município e escola. Cada nível tem acesso a painéis que permitem uma análise minuciosa dos dados educacionais, com foco na comparação, evolução temporal e na equidade. A possibilidade de cruzar informações em várias dimensões torna esses painéis ferramentas importantes para a gestão educacional, visando a melhoria contínua do sistema de ensino.

Analisando esses resultados à luz de Fullan (2019), vimos a necessidade de um uso eficaz de dados como ferramenta para contribuição para a melhoria escolar. O referido autor propõe que as instituições educacionais adotem uma cultura de análise de dados que permita o monitoramento de resultados, a reflexão crítica e a

ação sobre esses dados. Nesse sentido, a estrutura que fornece três níveis de acesso (Regionais/Estado, Municípios e Escolas) está aprovada com essa perspectiva, pois oferece um panorama abrangente que facilita a análise e o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais em diferentes escalas.

Em 2023, o resultado geral da rede municipal apresentou impacto positivo, conforme os dados apresentados na Revista Rede, do Sistema de Avaliação de Mato Grosso.

Figura 9 - Resultado Geral - Avalia MT 2023



Fonte: SEDUC (2023, v. 3, p. 18).

A figura apresentada oferece um panorama detalhado sobre o desempenho e a participação dos estudantes do 2º ano do EF na disciplina de Língua Portuguesa, com foco na rede municipal do estado de Mato Grosso. A análise contempla tanto a proficiência média e o padrão de desempenho dos alunos quanto os índices de participação, revelando informações importantes para a compreensão da realidade educacional e fornecendo subsídios para políticas de intervenção pedagógica. Além dos dados quantitativos, a disposição dos resultados em um mapa temático permite uma análise geográfica das desigualdades de aprendizagens.

No que se refere ao desempenho dos e das estudantes, a proficiência média registrada foi de 607 pontos, classificando o resultado geral da rede municipal no nível avançado. Esse dado indica que os alunos e as alunas alcançaram um domínio significativo das competências previstas para a etapa de alfabetização, revelando que dominaram as habilidades básicas de leitura e escrita, e demonstraram capacidade de realizar inferências, interpretaram diferentes gêneros textuais e instituições lógicas. Assim, o padrão de desempenho avançado sugere que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas da rede têm sido eficientes na promoção da aprendizagem, refletindo tanto a qualidade do ensino oferecido quanto a articulação entre currículo, formação docente e o exercício docente.

A presença de painéis comparativos, tanto entre regiões quanto entre escolas e municípios, reflete a importância da comparação no processo de avaliação educacional. Fullan (2019) argumenta que a comparação pode ser uma excelente ferramenta para identificar melhores práticas e promover a responsabilidade dentro das instituições educacionais. Essa dinâmica é importante para que os gestores e as gestoras possam aprender com os sucessos e desafios de outras localidades. Além disso, reconhece a relevância da equidade, enfatizando que as disparidades nos resultados educacionais devem ser abordadas para garantir que todos os alunos e todas as alunas tenham acesso a oportunidades iguais de aprendizagem.

Os resultados da avaliação reforçam a importância de um acompanhamento contínuo e critérios de aprendizagem ao longo das etapas iniciais da escolarização, especialmente no contexto do programa Avalia MT. O monitoramento da alfabetização já nos primeiros anos do EF auxilia na prevenção do fracasso escolar e evita que lacunas de aprendizagem se perpetuem ao longo da trajetória educacional dos alunos e das alunas. A partir dos dados apresentados, gestores e gestoras, professores e professoras, e responsáveis pelas políticas públicas educacionais podem planejar

orientações mais precisas e focadas, promovendo maior equidade e eficácia no processo educativo.

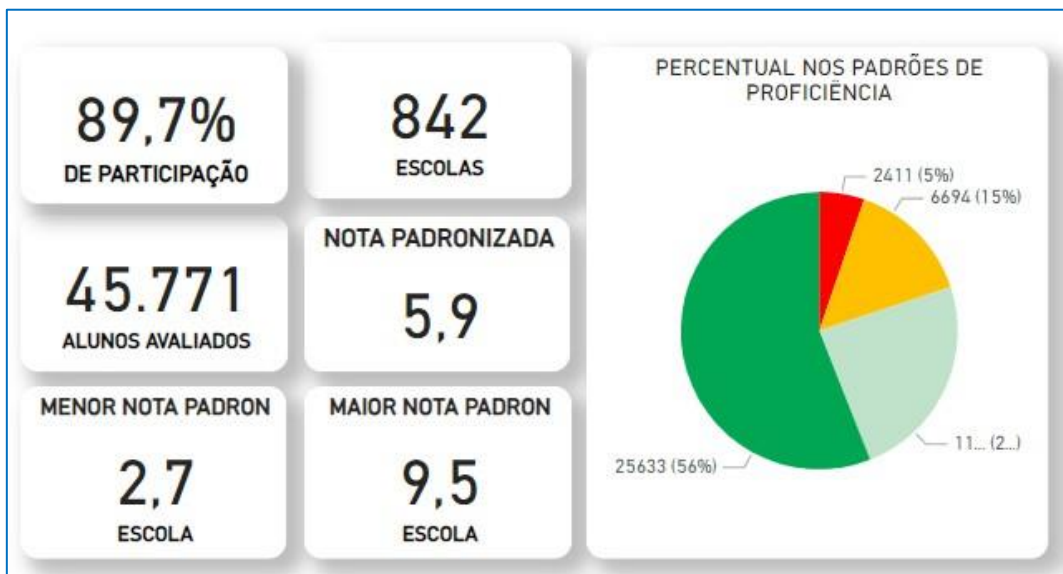
O mapeamento das diferenças regionais é especialmente relevante para orientar o planejamento estratégico de cada município e identificar áreas prioritárias para a alocação de recursos pedagógicos e financeiros. Os municípios que alcançaram um padrão avançado e proficiente apresentam uma oportunidade de boas práticas pedagógica. A cultura colaborativa entre as escolas e os municípios é importante, conforme sugerem as teorias de gestão escolar e liderança educacional, como as de Fullan (2019), que enfatizam o trabalho em rede e a cooperação entre diferentes instituições como chave para a melhoria contínua do sistema educacional.

Outra questão evidenciada é a importância da liderança escolar para o sucesso das aprendizagens. A capacidade das equipes gestoras em estabelecer objetivos claros, direcionar esforços de maneira estratégica e garantir que o ambiente escolar seja organizado e seguro tenha impacto direto no desempenho dos alunos e das alunas. A liderança ativa e colaborativa se revela essencial no processo de formação dos professores e das professoras, fornecendo-lhes o suporte necessário para enfrentar os desafios da prática pedagógica e contribuir para a qualidade do ensino.

O resultado apresentado pela avaliação do Avalia MT é um diagnóstico pontual e se constitui uma ferramenta estratégica para orientar políticas educacionais mais justas e eficazes. A partir dessas informações, torna-se possível alinhar esforços entre gestores e gestoras municipais, estaduais, professores e professoras, e a comunidade, consolidando uma educação pública que atende às necessidades dos e das estudantes. Nessa perspectiva, o Avalia MT contribui para monitorar a alfabetização nos anos iniciais e para fomentar uma cultura de melhoria contínua, promovendo maior equidade educacional e garantindo uma aprendizagem significativa para todas as crianças.

O painel abaixo traz os resultados gerais do 2º ano do EF, edição 2023, da disciplina de Língua Portuguesa. A análise dos elementos apresentados na figura acima pode ser dividida em duas partes: os dados numéricos principais e o gráfico de distribuição dos padrões de proficiência. Quanto aos dados numéricos (89,7% de participação), mostra um índice elevado de adesão à avaliação, o que é positivo, pois indica que quase 90% dos estudantes elegíveis participaram do processo; 842 instituições de ensino que fizeram parte da avaliação, sendo avaliados 45.771 alunos.

Figura 10 - Painel Geral Avalia MT Municípios



Fonte: SEDUC MT (2024).

A nota padronizada (5,9) é a média padronizada dos resultados, o que dá uma visão geral do desempenho dos alunos, enquanto a menor nota padronizada (2,7) mostra o desempenho mais baixo registrado em uma escola; a nota 9,5 indica o desempenho mais alto registrado. Já o gráfico de distribuição dos padrões de proficiência divide os alunos e as alunas avaliados em diferentes faixas de desempenho, representando os padrões de proficiência. Os seguintes percentuais estão destacados:

- 56% (25.633 alunos): alunos e alunas que atingiram um nível de proficiência adequado, provavelmente nos padrões mais avançados;
- 22% (aproximadamente 9.105 alunos e alunas): distribuídos entre padrões mais baixos, com um percentual relevante de alunos em padrões que necessitam de reforço;
- 2% (número não especificado): representa alunos e alunas que atingiram o nível mais alto de desempenho.

Dessa forma, a figura reflete um cenário educacional no qual a maioria dos e das estudantes (56%) atingiu um nível satisfatório de proficiência, no entanto, uma parcela considerável ainda apresenta carências de aprendizagem, com 5% dos e das estudantes nos níveis mais baixos de desempenho. Esses resultados sugerem que, embora existam progressos, ainda há uma necessidade significativa de intervenção para garantir que todos os alunos atinjam os padrões adequados de aprendizagem.

O elevado índice de participação (89,7%) e o número de escolas envolvidas (842) indicam uma boa abrangência do processo de avaliação. As notas padronizadas, que variam entre 2,7 e 9,5, evidenciam uma grande disparidade de desempenho entre as escolas, sugerindo que algumas instituições enfrentam maiores desafios no cumprimento das metas de aprendizagem.

Fullan (2019) contribui para a compreensão do processo de avaliação do Programa Alfabetiza MT, pois, no contexto desse programa é possível identificar quatro elementos fundamentais que interagem e são essenciais para o processo de avaliação: a focalização em metas, a criação de culturas de colaboração, a profundização dos aprendizados e o reenfoque na prestação de contas.

A focalização em metas é o primeiro elemento que estabelece a base para uma avaliação eficaz; este conceito refere-se à definição clara e precisa de objetivos educacionais que orientam tanto o ensino quanto a avaliação, implicando um compromisso com a aprendizagem de todos os alunos e todas as alunas, o que requer uma formulação de metas que sejam desafiadoras, mas alcançáveis. Essas metas devem ser mensuráveis, permitindo que educadores e educadoras, gestores e gestoras, acompanhem o progresso dos e das estudantes ao longo do tempo. Ao garantir que os objetivos sejam orientados para a equidade e a excelência, este elemento promove uma cultura de responsabilidade de todos os envolvidos no processo educativo.

O segundo elemento, a criação de culturas de colaboração, é fundamental para a construção de um ambiente de aprendizagem eficaz, destacando a importância do trabalho conjunto entre educadores e educadoras, alunos e alunas, pais e outras partes interessadas. Em um ambiente colaborativo, há um fluxo constante de informações e experiências que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, facilita a troca de boas práticas e a solução de problemas comuns, permitindo que todos os envolvidos contribuam para a melhoria contínua da qualidade educacional. Ao promover uma cultura de colaboração, as instituições educativas tornam-se mais adaptáveis e responsivas às necessidades de seus alunos e alunas.

A profundização dos aprendizados é o terceiro elemento, e está intimamente ligada à forma como a avaliação é realizada. Este conceito propõe que a avaliação supere a mensuração de conteúdos assimilados; ela deve investigar o verdadeiro entendimento e a aplicação do conhecimento pelos alunos. Isso implica utilizar métodos de avaliação variados que considerem os resultados quantitativos e os

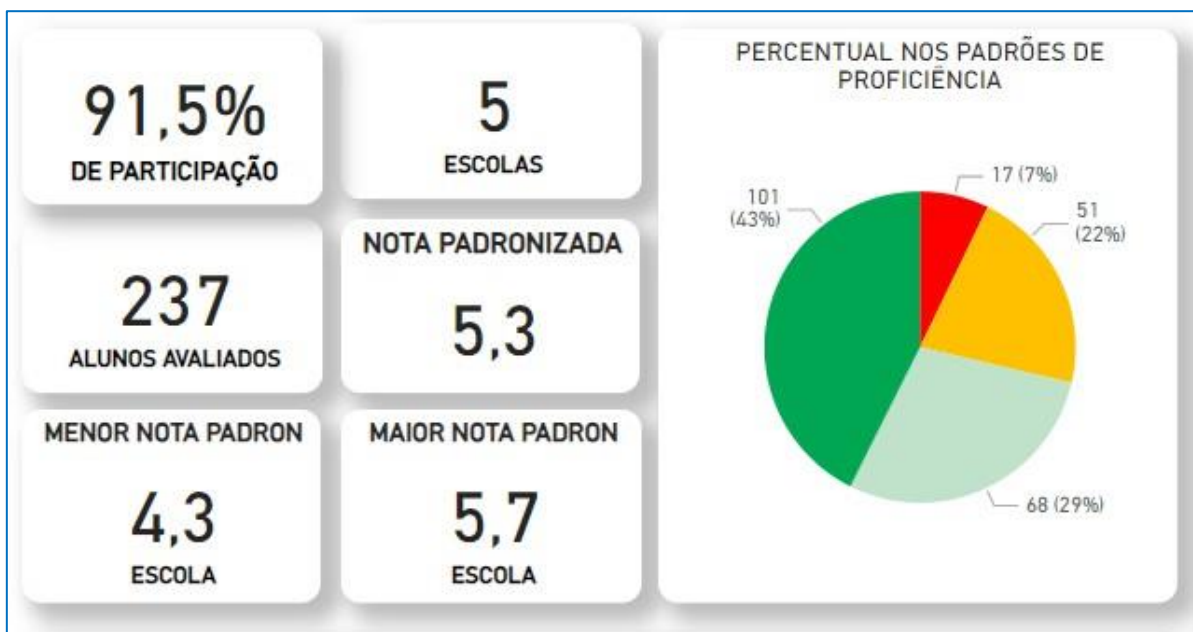
qualitativos. Ao considerar a profundidade do aprendizado, os educadores e as educadoras são incentivados a adotar abordagens pedagógicas que fomentem a curiosidade e a autonomia dos alunos e das alunas.

O último elemento, o reenfoque na prestação de contas, que precisa ser entendida como uma oportunidade para avaliar e refletir sobre práticas, permitindo que as instituições identifiquem áreas que demonstram melhorias e realizam os ajustes necessários. A criação de mecanismos de prestação de contas contribui para estabelecer a confiança entre as partes interessadas, promovendo um clima de colaboração e compromisso com os objetivos educacionais. Esse reforço é fundamental para garantir que as práticas educacionais sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, contribuindo para a eficácia e a melhoria contínua do sistema.

Cada um desses elementos colabora individualmente para o processo e se complementa, formando uma abordagem mais integradora que visa a melhoria da qualidade da educação.

A próxima figura traz os resultados referentes às escolas municipais de Itiquira.

Figura 11 - Painel Geral - Município de Itiquira - 2023



Fonte: SEDUC MT (2024)

A figura apresentada traz os resultados das escolas municipais de Itiquira referentes à avaliação dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental na disciplina de Língua Portuguesa, edição 2023. Os indicadores principais trazem:

- 91,5% dos alunos participaram da avaliação, o que indica um bom nível de adesão.
- 5 escolas municipais participaram da avaliação.
- 237 alunos foram submetidos ao teste.
- A média da nota padronizada foi 5,3, que representa o desempenho geral dos alunos.
- A menor nota padronizada registrada foi 4,3.
- A maior nota padronizada foi 5,7.

A figura mostra a seguinte distribuição dos alunos nos diferentes padrões de proficiência:

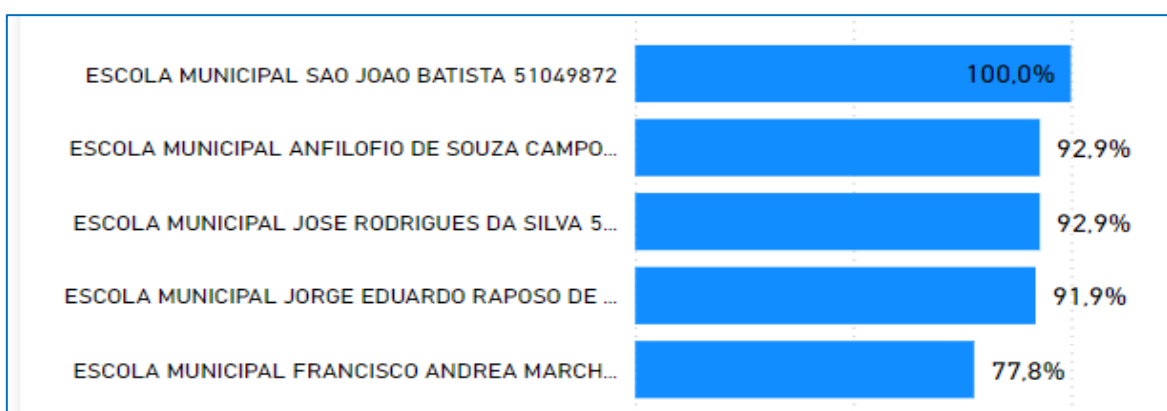
- 7% dos alunos (17 alunos) atingiram um desempenho avançado, o que significa que estão além do esperado para sua etapa de escolaridade.
- 22% dos alunos (51 alunos) atingiram o nível proficiente, indicando que consolidaram as competências esperadas.
- 29% dos alunos (68 alunos) se encontram no nível básico, o que significa que ainda não desenvolveram completamente as habilidades necessárias e precisam de reforço.
- 43% dos alunos (101 alunos) estão no nível abaixo do básico, evidenciando uma carência significativa de habilidades e a necessidade de ações pedagógicas de recuperação.

Os dados indicam que uma parcela considerável dos alunos (43%) está no nível “Abaixo do Básico”, o que representa um grande desafio para a rede municipal de Itiquira. Este resultado evidencia a necessidade de intervenções pedagógicas mais focadas para garantir que esses alunos possam desenvolver as habilidades necessárias em Língua Portuguesa. Por outro lado, cerca de 29% dos alunos estão no nível “Básico”, sugerindo que com reforço e acompanhamento eles poderão atingir níveis mais altos de proficiência. A nota padronizada média (5,3) e o fato de que a maior parte dos alunos (51%) está distribuída entre os níveis “Básico” e “Proficiente” indicam que a rede está em um ponto intermediário de desempenho. Contudo, há uma

necessidade clara de aprimoramento para elevar os alunos que estão nos níveis mais baixos.

A próxima figura apresenta o percentual de participação de alunos por escola municipal de Itiquira na edição 2023. Os resultados apresentados referem-se ao percentual de participação de cinco escolas municipais no processo avaliativo, e mostra diferentes níveis de adesão entre as escolas, o que pode refletir em aspectos como o engajamento da comunidade escolar, a gestão escolar e fatores externos que influenciam a participação dos alunos.

Figura 12 - Percentual de participação das escolas municipais



Fonte: SEDUC MT (2024)

Escola Municipal São João Batista: apresentou 100% de percentual de participação, indicando que todos os alunos da escola participaram da avaliação, evidenciando um forte comprometimento por parte da gestão escolar e da comunidade, assegurando que nenhum estudante ficou de fora do processo avaliativo.

Escola Municipal Anfilóbio de Souza Campos e Escola Municipal José Rodrigues da Silva: 92,9% percentual de participação, revelando uma leve queda em relação à Escola São João Batista, porém ainda apresenta uma alta adesão. Apenas uma pequena parcela dos alunos não participou, o que pode ser considerado normal em função de fatores como doenças ou outros impedimentos pessoais.

Escola Municipal Jorge Eduardo Raposo: 91,9% percentual de participação; embora ainda esteja na faixa de participação elevada, o percentual caiu levemente em comparação às outras escolas. Pode haver questões logísticas ou contextuais que impactaram a adesão completa dos alunos, ainda que a maioria tenha participado.

Escola Municipal Francisco Andréa Marchesini: 77,8% percentual de participação; esta escola apresenta o percentual mais baixo entre as cinco analisadas, com pouco mais de três quartos dos alunos participando. A queda na participação pode indicar desafios mais significativos, como dificuldades de mobilização, problemas internos de gestão ou até barreiras externas, como falta de transporte ou problemas de comunicação com a comunidade escolar.

O elevado nível de participação nas primeiras quatro escolas (acima de 90%) sugere um forte engajamento e organização das equipes escolares, refletindo uma cultura de valorização da avaliação. A queda acentuada na Escola Municipal Francisco Andréa Marchesini chama a atenção e indica a necessidade de uma análise mais profunda para entender as causas da baixa adesão, sejam elas internas ou externas, como dificuldades de logística, comunicação com as famílias ou problemas contextuais específicos. Esses resultados auxiliam para avaliar a representatividade dos dados de desempenho escolar, já que a baixa participação pode impactar na precisão e confiabilidade das conclusões obtidas a partir das avaliações realizadas.

Segue a Matriz de Referência de Língua Portuguesa (LP) para o 2º ano do EF para 2024:

Figura 13 - Matriz de Referência LP 2024

| DESCRIPTOR | DESCRIÇÃO DA HABILIDADE |
|------------|---|
| D005_P | Identificar a unidade palavra em frases. |
| D006_P | Identificar rimas. |
| D008_P | Identificar sílabas de uma palavra. |
| D009_P | Ler palavras formadas por sílabas canônicas. |
| D010_P | Ler palavras formadas por sílabas não canônicas. |
| D014_P | Identificar variações de sons de grafemas. |
| D015_P | Ler frases. |
| D021_P | Localizar informação explícita. |
| D057_P | Interpretar textos que articulam elementos verbais e não verbais. |
| D016_P | Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros. |

Fonte: SEDUC (2024)

A Matriz de Referência apresentada descreve habilidades e descritores que são fundamentais para o desenvolvimento das competências dos alunos nessa etapa de aprendizagem. Analisamos cada um dos descritores, sua descrição e sua relevância no contexto educacional:

— D005_P - Identificar a unidade palavra em frases:

Habilidade: Esta habilidade permite que os alunos reconheçam palavras dentro de frases, essencial para a compreensão de que as palavras são a base da comunicação escrita e falada.

Relevância: A identificação de palavras é um passo inicial para a alfabetização, pois ajuda os alunos a segmentar o texto e a entender sua estrutura.

— D006_P - Identificar rimas:

Habilidade: Reconhecer rimas contribui para o desenvolvimento da consciência fonológica.

Relevância: A habilidade de identificar rimas pode melhorar a habilidade de leitura, pois estimula o reconhecimento de padrões sonoros nas palavras, fundamental para a escrita e a leitura fluente.

— D008_P - Identificar sílabas de uma palavra:

Habilidade: Os alunos devem ser capazes de segmentar as palavras em suas sílabas constituintes.

Relevância: Esta habilidade é essencial para a leitura e a escrita, uma vez que a consciência silábica é um indicativo do entendimento das estruturas das palavras.

— D009_P - Ler palavras formadas por sílabas canônicas:

Habilidade: Ler palavras que seguem padrões silábicos regulares.

Relevância: Isso proporciona uma base sólida para a leitura, pois palavras canônicas são mais fáceis de reconhecer e pronunciar.

— D010_P - Ler palavras formadas por sílabas não canônicas:

Habilidade: Abrange a leitura de palavras que não seguem padrões silábicos regulares.

Relevância: Esta habilidade desafia os alunos a aplicar seus conhecimentos de fonética e fonologia em palavras menos previsíveis, ajudando no desenvolvimento de habilidades de decodificação.

— D014_P - Identificar variações de sons de grafemas:

Habilidade: Reconhecer como diferentes grafemas podem representar sons variados em diferentes contextos.

Relevância: Essa habilidade é fundamental para a compreensão ortográfica, permitindo que os alunos se tornem leitores e escritores mais proficientes.

— D015_P - Ler frases:

Habilidade: Implica a capacidade de ler e compreender frases completas.

Relevância: A leitura de frases é uma etapa intermediária importante que leva à leitura de textos inteiros, essencial para o desenvolvimento da fluência em leitura.

— D021_P - Localizar informação explícita:

Habilidade: Os alunos devem ser capazes de encontrar informações diretas em um texto.

Relevância: Essa habilidade é essencial para a compreensão de textos, permitindo que os alunos extraiam informações relevantes de maneira eficiente.

— D057_P - Interpretar textos que articulam elementos verbais e não verbais:

Habilidade: Interpretar a interação entre texto e imagens ou outros elementos visuais.

Relevância: Em um mundo cada vez mais multimodal, essa habilidade ajuda os alunos a desenvolver uma compreensão mais abrangente de diferentes tipos de textos.

— D016_P - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros:

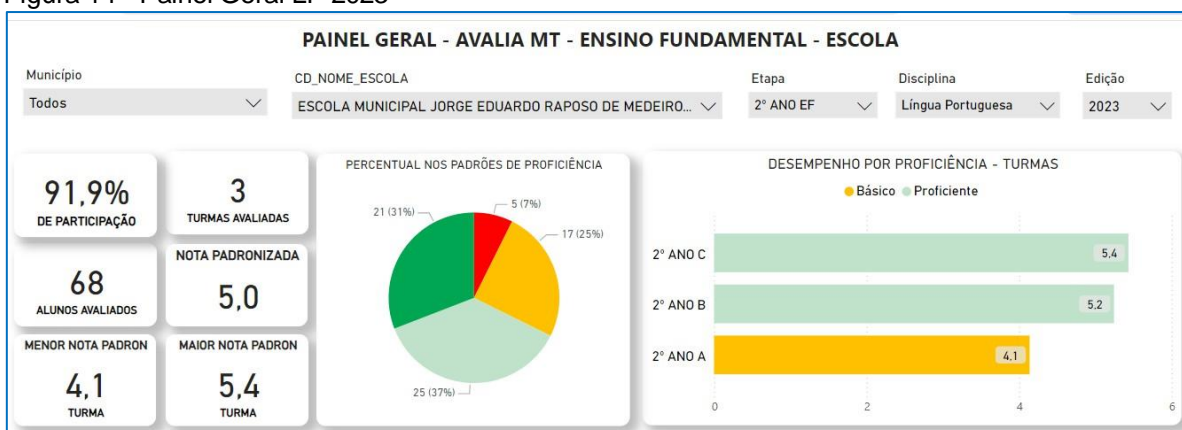
Habilidade: Reconhecer o propósito de diferentes tipos de textos (narrativo, informativo, etc.).

Relevância: A compreensão das intenções por trás de diversos gêneros textuais é significativa para a análise crítica e a apreciação da leitura.

A Matriz de Referência para Língua Portuguesa apresentada oferece uma estrutura clara para o desenvolvimento das habilidades essenciais de leitura e escrita; cada descritor reflete competências que são fundamentais para a formação de leitores críticos e proficientes. Essas habilidades devem ser integradas ao planejamento pedagógico e às práticas de ensino, assegurando que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver as competências necessárias para a continuidade de sua educação.

Em seguida, apresentamos os resultados da disciplina de Língua Portuguesa do 2º ano do EF da Escola Municipal Jorge Eduardo Raposo de Medeiros, edição 2023. Esta instituição está localizada em Ouro Branco, subdistrito de Itiquira. A Figura 14 traz informações específicas sobre o desempenho dos e das estudantes na edição de 2023 da Avaliação AVALIA MT; esses dados são relevantes para compreender o nível de proficiência dos alunos e as oportunidades de intervenção pedagógica necessárias para promover uma aprendizagem mais eficaz e equitativa.

Figura 14 - Painel Geral LP 2023



Fonte: SEDUC MT (2024)

Quanto à participação e quantidade de alunos avaliados 91,9% dos estudantes participaram da avaliação, o que é um índice elevado e demonstra o comprometimento da escola e das famílias com o processo avaliativo. Foram 68 alunos distribuídos em 3 turmas (2º Ano A, B e C), garantindo que a amostra avaliada é representativa do desempenho geral dessa etapa de ensino.

A nota padronizada foi utilizada para medir e comparar o desempenho entre as turmas. Os resultados mostram uma variação relevante entre as turmas: 2º Ano C: 5,4 (turma com o melhor desempenho, classificada como proficiente); 2º Ano B: 5,2 (também dentro do nível proficiente); 2º Ano A: 4,1 (abaixo das outras turmas, permanecendo no nível básico). A média geral das notas padronizadas foi 5,0, indicando que, em termos gerais, o desempenho dos alunos se aproxima do nível esperado, mas com variações internas significativas entre as turmas.

O gráfico de distribuição dos padrões de proficiência apresenta um retrato mais detalhado do desempenho dos alunos: 37% dos alunos (25) alcançaram o nível proficiente, mostrando um domínio adequado dos conteúdos esperados; 31% (21 alunos) permanecem no nível básico, revelando que parte significativa dos estudantes ainda precisa desenvolver habilidades essenciais na leitura e escrita; 25% (17 alunos) encontram-se em um nível intermediário, entre o básico e o proficiente, evidenciando que estão no caminho da aprendizagem, mas necessitam de apoio contínuo; 7% (5 alunos) não atingiram o nível básico, apontando para dificuldades mais severas que demandam atenção imediata.

A análise das turmas revela diferenças marcantes entre os grupos. O 2º Ano C destaca-se com a maior média padronizada (5,4), indicando um desempenho consistente no nível proficiente. Já o 2º Ano A, com uma nota de 4,1, se posiciona no

nível básico, sugerindo que essa turma enfrenta dificuldades de aprendizagem e precisa de intervenções pedagógicas mais intensas e direcionadas. Essas diferenças entre as turmas podem apontar para fatores variados, como: heterogeneidade no nível de preparação dos alunos; estratégias pedagógicas diferenciadas entre professores; impactos do contexto familiar e social na aprendizagem; considerações e encaminhamentos

Embora a maior parte dos alunos tenha alcançado níveis satisfatórios (proficiente ou próximo), 31% ainda estão no nível básico, e 7% estão abaixo do básico, o que sugere desafios importantes. A escola precisa fortalecer suas práticas pedagógicas, especialmente na turma 2º Ano A, que apresenta o desempenho mais baixo. Algumas possíveis ações incluem: intervenções pedagógicas personalizadas para alunos com dificuldades; aprimoramento das metodologias de ensino nas turmas com menor desempenho; promoção de práticas colaborativas entre as turmas para nivelar as aprendizagens; envolvimento das famílias e apoio extraclasse para os alunos com maiores defasagens.

O painel revela que a escola apresenta um bom desempenho geral, mas com discrepâncias significativas entre as turmas, exigindo atenção pedagógica diferenciada. A promoção de práticas mais eficazes de ensino e o acompanhamento próximo das turmas com menor desempenho são fundamentais para garantir uma aprendizagem equitativa e o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

Sob a ótica de Fullan (2019), a gestão escolar eficiente é um fator fundamental para promover aprendizagens significativas e impactar positivamente os resultados educacionais. Esse impacto é progresso quando a escola, por meio de uma liderança estratégica, adota práticas que garantem a integração de processos pedagógicos e administrativos, criando condições para o desenvolvimento contínuo de alunos e alunas, professores e professora, e da comunidade escolar. Este mesmo autor organiza essa gestão em cinco pilares fundamentais.

O estabelecimento de objetivos claros e expectativas (1) bem definidas constitui o primeiro passo para uma gestão eficaz. (Fullan, 2019). Essas metas orientam as ações pedagógicas, organizacionais e administrativas, unificando esforços e criando uma visão compartilhada entre todos os atores da comunidade escolar. Além de promover um senso de direção e propósito, esclarecer os objetivos também facilita o acompanhamento e a avaliação dos progressos realizados, permitindo que a escola identifique rapidamente áreas que são relevantes para trabalhar as disciplinas.

A alocação estratégica de recursos (2) é essencial para garantir que as escolas possam desenvolver projetos e oferecer suporte adequado às necessidades educacionais de seus alunos e alunas. (Fullan, 2019). Uma gestão eficiente de recursos humanos, financeiros e tecnológicos propicia a manutenção da infraestrutura e do funcionamento regular da instituição bem como o fomento de inovações pedagógicas e programas específicos para a melhoria do desempenho estudantil. A capacidade de direcionar recursos para onde eles são mais necessários é uma prática que fortalece a autonomia da gestão e potencializa o impacto positivo nas aprendizagens.

Garantir a qualidade do ensino (3) é um dos pilares centrais da gestão escolar. (Fullan, 2019). Isso implica garantir que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às necessidades dos alunos e das alunas, e que o currículo seja aplicado de maneira consistente e eficaz. A promoção de uma cultura de excelência e melhoria contínua é primordial para o desenvolvimento do potencial dos e das estudantes e para o alcance das metas institucionais. A busca pela qualidade não se limita ao desempenho acadêmico, mas inclui o desenvolvimento integral dos alunos e das alunas, abrangendo aspectos cognoscíveis.

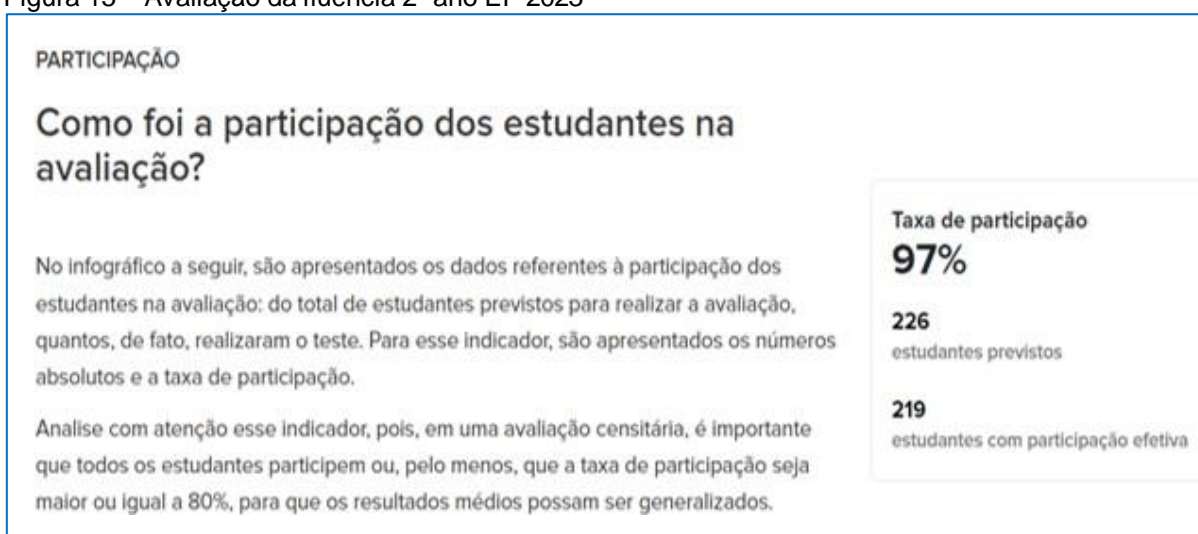
Segundo Fullan (2019), a liderança pedagógica e a formação continuada (4) são necessárias para promover um ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo. O gestor escolar deve atuar como facilitador do desenvolvimento docente, incentivando a formação continuada, a troca de experiências e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras. Essa liderança fortalece a prática reflexiva entre os professores e professoras e garante que a equipe pedagógica esteja atualizada constantemente e preparada para enfrentar os desafios do contexto escolar. O desenvolvimento profissional docente contínuo é uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino.

A criação de um ambiente escolar seguro e organizado (5) é um componente essencial para o sucesso da gestão. (Fullan, 2019). Um clima escolar positivo e previsível promove a concentração, reduz os níveis de estresse e favorece o engajamento de estudantes, professores e professoras. A organização das rotinas escolares e a manutenção de um ambiente saudável fortalecem a sensação de pertencimento e bem-estar, essenciais para a construção de uma comunidade escolar.

A integração dos cinco pilares da gestão escolar propostos por Fullan (2019) alinhados com as diretrizes do Avalia MT, podem contribuir diretamente para o alcance de resultados positivos no Alfabetiza MT, por possibilitar um ciclo contínuo de melhoria, no qual as escolas acompanham os resultados das avaliações, reorientam suas práticas e políticas para alcançar um desempenho cada vez mais elevado. A aplicação dos princípios de Fullan (2019) no contexto do programa fortalece a capacidade das escolas de se adaptarem às necessidades específicas de seus alunos e alunas, e promoverem uma educação pública de qualidade e com equidade em Mato Grosso.

Na próxima figura, vemos que a taxa de participação de 97% na avaliação do Alfabetiza MT indica um engajamento altamente positivo dos estudantes com o processo avaliativo. Esse resultado sugere que a maioria dos alunos do programa está ativa e comprometida com o teste, o que é um sinal promissor da adesão ao sistema de avaliação e ao próprio processo de alfabetização.

Figura 15 – Avaliação da fluência 2º ano EF 2023



Fonte: SEDUC MT (2024)

A taxa de participação de 97% demonstra um alto nível de adesão dos alunos à avaliação, o que pode refletir um ambiente educacional em que a importância das avaliações é bem compreendida pelos alunos e incentivada pelos educadores. A alta participação pode ser atribuída a estratégias eficazes de motivação e suporte implementadas nas escolas. A elevada taxa de participação pode indicar que o processo de implementação do Alfabetiza MT está funcionando bem, e, o

envolvimento dos estudantes sugere que o programa está conseguindo engajar os alunos e integrá-los ao processo de avaliação de forma eficaz.

Embora a taxa de participação seja muito alta, é importante considerar como os resultados da avaliação são utilizados para informar e melhorar o processo educativo. A análise detalhada dos resultados pode revelar áreas onde os alunos precisam de mais suporte, e a taxa de participação pode ser um indicador do sucesso do programa em envolver a comunidade escolar. A alta participação é um bom sinal para a continuidade e expansão do programa. No entanto, é essencial garantir que a qualidade da avaliação e do suporte educacional esteja em linha com a taxa de participação. Monitorar a relação entre participação e desempenho pode ajudar a ajustar estratégias e garantir que o programa continue a atender às necessidades dos alunos.

Os processos de alfabetização evidenciados pelos resultados do Avalia MT reforçam a importância de práticas pedagógicas contextualizadas e a necessidade de um ensino estruturado que contemple as especificidades de cada comunidade escolar. Ferreiro e Teberosky (1999), ao estudarem a psicogênese da língua escrita, destacam que a alfabetização é um processo de construção de sentido. Os resultados que apontam avanços na leitura e na escrita no programa Alfabetiza MT podem ser interpretados à luz dessa teoria, uma vez que as metodologias pedagógicas utilizadas aparentemente têm favorecido a interação das crianças com o sistema de escrita em um ambiente significativo, que valoriza a experiência e a cultura local.

Soares (2003) argumenta que a alfabetização deve ser vista de forma integrada à letramento, abrangendo o domínio técnico do código escrito bem como a capacidade de usar a escrita e a leitura em práticas sociais. Os dados do Avalia MT que indicam o impacto positivo da formação continuada de professores sugerem que essa abordagem integrada tem sido incorporada. Professores bem-formados têm maior capacidade de mediar o aprendizado de forma reflexiva e contextual, atendendo à diversidade de realidades presentes no estado de Mato Grosso. Assim, os avanços apontados pelo Avalia MT podem ser lidos como resultados de políticas públicas que respeitam a complexidade do processo de alfabetização, considerando tanto a construção cognitiva do sistema de escrita quanto as práticas sociais que dão sentido ao ato de ler e escrever.

O Programa Alfabetiza MT, uma iniciativa do estado de Mato Grosso para apoiar a alfabetização de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, pode ser

avaliado sob várias perspectivas, levando em conta possíveis críticas e desafios que enfrentamos. Algumas críticas podem ser indicadas para as insuficiências de estratégias direcionadas de ensino, que atendem às necessidades dos alunos com diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A concentração em métodos tradicionais de alfabetização pode não ser eficaz para todos os alunos, especialmente para aqueles com dificuldades específicas ou que abordam abordagens mais personalizadas.

Um ponto de atenção no Alfabetiza MT pode ser uma capacitação oferecida aos professores. Para que o programa tenha sucesso, os professores precisam estar bem preparados e continuamente formados em metodologias de alfabetização atualizadas e inclusivas. Se o programa não proporcionar uma formação mais consistente e contínua, os resultados tendem a ser limitados, afetando a qualidade da alfabetização.

A falta de infraestrutura adequada e de materiais pedagógicos nas escolas pode comprometer a execução do programa. O sucesso de um programa de alfabetização depende do treinamento dos professores, do acesso a livros, jogos pedagógicos e ferramentas tecnológicas. A ausência desses recursos dificultaria a implementação das atividades propostas e limitar a aprendizagem dos alunos.

A eficácia do Programa depende de um sistema eficaz e abrangente de monitoramento e avaliação contínua. Uma crítica comum aos programas de alfabetização estaduais é a ausência de mecanismos de avaliação claros, que permitem identificar se os objetivos estão sendo realizados e fazer ajustes conforme necessário. Se o Alfabetiza MT não contar com avaliações periódicas e *feedback* de professores, alunos e gestores, ele pode falhar em alcançar suas metas.

Considerando a diversidade de alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, o Programa poderia ser criticado se não abordasse suficientemente a inclusão. A alfabetização de todos os alunos exige adaptações que vão além das metodologias padrão, e a falta de políticas específicas para atender a essa diversidade pode limitar o alcance inclusivo do programa.

Essas críticas, se abordadas, poderão fortalecer o Programa, tornando-o mais abrangente, eficiente e inclusivo para os desafios do contexto educacional de Mato Grosso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos sobre o Programa Alfabetiza MT, que, enquanto política pública de educação, permite uma análise abrangente dos primeiros resultados obtidos, conforme dados da Seduc MT, elucidando sua importância para a alfabetização de crianças na região de Mato Grosso e seu impacto no contexto educativo mais amplo. A questão-problema formulada orientou toda a investigação, cuja profundidade foi garantida pelos objetivos gerais e específicos.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que o Programa se configura como uma importante iniciativa na promoção da alfabetização em um estado que enfrenta desafios históricos nesse campo. A análise dos dados encontrados revela que o Programa busca atender às necessidades imediatas de alfabetização, mas também se insere em um contexto normativo e institucional que procura atender às demandas sociais e educacionais urgentes. A relevância do Programa Alfabetiza MT se evidencia na sua capacidade de mobilizar recursos e esforços articulares entre diferentes esferas da administração pública, a sociedade civil e a comunidade escolar, favorecendo um ambiente propício ao aprendizado.

A análise dos documentos que embasam o Programa afirmou que suas diretrizes estão focadas em uma abordagem pedagógica focada no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nos primeiros anos do ensino fundamental, conforme orientações previstas na BNCC. Os materiais normativos desenvolvidos apontam para a necessidade de metodologias centradas no aluno, valorizando práticas pedagógicas que respeitam o ritmo de aprendizagem de cada criança e estimulam a participação ativa dos educandos. A adoção dessas estratégias metodológicas visa garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até o 2º ano do EF, combatendo os índices de perda de idade-série, uma das dificuldades identificadas no contexto educacional.

Os resultados apresentados na plataforma do Avalia MT (SEDUC MT, 2023) apontam avanços na capacitação dos professores, um dos eixos centrais do Programa. A formação continuada oferecida pelo Alfabetiza MT tem sido homologada às necessidades dos docentes, promovendo atualizações metodológicas e pedagógicas com foco na alfabetização e letramento. Essa capacitação tem sido um elemento importante para aprimorar as práticas de sala de aula e garantir que os professores e as professoras estejam preparados para lidar com as especificidades

do processo de alfabetização. Contudo, permanecem alguns desafios, como a necessidade de ampliar a oferta de formação para um número maior de docentes e garantir condições de trabalho, principalmente em regiões rurais e em áreas mais vulneráveis do estado.

A investigação dos objetivos específicos possibilitou uma exploração detalhada de aspectos fundamentais para a compreensão do Programa. A análise do contexto normativo mostrou que o Alfabetiza MT é baseado em uma estrutura regulatória que visa a melhoria da qualidade da educação, oferecendo suporte teórico e prático aos educadores e educadoras envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tal contextualização revela a intencionalidade do governo em estabelecer um arcabouço legal orientado e legitima as ações do Programa.

A pesquisa evidenciou que a compreensão dos aspectos teóricos referentes aos processos de aprendizagem é fundamental para a implementação eficaz do Programa. As metodologias utilizadas pelos professores e pelas professoras no ensino da alfabetização foram comprovadas, destacando-se a importância da formação contínua dos educadores e das educadoras. A utilização de abordagens pedagógicas variadas e adaptadas ao contexto local é significativa para atender às particularidades das comunidades atendidas, favorecendo a inclusão e a participação dos alunos e das alunas. Os resultados do Avalia MT que podem confirmar essas evidências incluem:

- Melhoria nos índices de desempenho em leitura e escrita: os dados demonstram avanços nas habilidades de alfabetização dos alunos avaliados, especialmente no que se refere à compreensão leitora e à capacidade de produção textual, indicam a eficácia das metodologias adotadas.
- Redução de desigualdades educacionais: os resultados que mostram um desempenho mais equilibrado entre escolas urbanas e rurais, ou entre diferentes regiões do estado, corroboram a relevância das abordagens pedagógicas adaptadas ao contexto local.
- Impacto positivo da formação docente: as evidências de que os professores que participaram de formações continuadas apresentaram turmas com melhores desempenhos no Avalia MT reforçam a importância do investimento na qualificação profissional.

Esses elementos destacam a relação entre metodologias pedagógicas adaptadas, formação docente e os resultados positivos no desempenho educacional

das crianças no programa. No entanto, apesar dos avanços na qualificação, ainda existem desafios em ampliar essa formação para todas as regiões do estado, especialmente para professores e professoras que atuam em comunidades rurais e escolas com menor acesso a recursos tecnológicos e pedagógicos. As desigualdades regionais representam um obstáculo significativo para a universalização do ensino de qualidade e a limitação de esforços coordenados entre diferentes níveis de governo.

A alfabetização promovida pelo Programa é compreendida como um processo técnico, também uma prática social e cultural. A análise dos documentos que apresentam as diretrizes, os objetivos e as estratégias propostas, revelou um alinhamento coerente com as políticas educacionais vigentes no estado de Mato Grosso, evidenciando a clareza das metas condicionais e a sistematização dos processos educativos. Essa conformidade normativa é essencial para garantir a efetividade do programa, proporcionando uma base sólida para sua implementação e monitoramento.

Os resultados iniciais obtidos via avaliação MT (SEDUC, 2023) indicam que o Programa Alfabetiza MT não se limita a um esforço isolado de alfabetização, pois, representa uma estratégia integrada de melhoria da educação em Mato Grosso. A pesquisa revelou que o Programa tem potencial para contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos e conscientes, além de impactar positivamente o contexto socioeconômico da região. A interação entre professores e professoras, alunos e alunas, e a comunidade foi identificada como um fator determinante para o sucesso do Programa, confirmando que a articulação entre os diversos atores sociais é necessária para o fortalecimento das políticas públicas educacionais. Assim, os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT destacam sua importância como política pública pela contribuição à alfabetização das crianças bem como pelo impacto positivo que exerce sobre o processo educacional como um todo.

Observamos que o Programa é uma política pública que visa a melhoria da alfabetização no estado de Mato Grosso, pode contribuir significativamente para a formação educacional das crianças. Os primeiros resultados (SEDUC MT, 2023) apontam que o programa responde aos desafios locais de aprendizagem e se alinha às diretrizes educacionais vigentes, articulando metodologias pedagógicas e processos formativos que valorizam a prática docente e promovem um ensino mais inclusivo e eficiente. A compreensão dos aspectos normativos e metodológicos evidencia que o sucesso da iniciativa depende da articulação contínua entre governo,

educadores e comunidade. Desta forma, destacamos a importância de um monitoramento sistemático e de avaliações permanentes para garantir a eficácia das ações, consolidando o programa como uma política educativa sustentável e alinhada às necessidades da população mato-grossense.

A realização de avaliações externas independentes, além das avaliações internas promovidas pelas secretarias de educação, permite uma visão mais abrangente dos impactos do Programa, garantindo que ele se atualize às necessidades dos alunos e alunas, e dos professores e professoras. O acompanhamento da evolução do Programa é fundamental para garantir sua eficácia e promover a melhoria contínua da educação no estado de Mato Grosso.

Recomendamos que novas pesquisas sejam realizadas para aprofundar a análise das práticas pedagógicas, das metodologias de ensino e do impacto social do programa nas comunidades atendidas, garantindo, assim, um futuro mais promissor para a educação e a formação integral das crianças no estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Rocha de. **A alfabetização e as políticas educacionais: diálogos a partir das avaliações de larga escala entre 2009 e 2019**. Doutorado em Educação. Universidade La Salle, Canoas – RS, 2021.

ARTUSSA, Lucimara. **O processo de alfabetização e letramento na transição da educação infantil para o ensino fundamental no município de São Carlos/SP**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. LEI Nº 12.008, DE 13 DE JANEIRO DE 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-12008-2023-mato-grosso-institui-o-programa-educa-mt-em-regime-de-colaboracao-entre-estado-e-municipios-no-ambito-da-secretaria-de-estado-de-educacao-e-da-outras-providencias>.

BRASIL. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**. Documento de apresentação. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>

BRASIL. **Tempo de Aprender**. Ministério da Educação. Brasil: MEC, 2020. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>

CARVALHO, Marlene. **Clube da leitura**. 2020. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid/files/2020/12/kellen-botelho-receita-de-alfabetizacao-e-alfabetizacao-sem-receita-convertido.pdf>. Acesso em 12 fev. 2024.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005.

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação: A psicologia da educação escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

DENZIN, Nornam K; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, 2010, p. 421-431. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/bRkFgcJqbGCDp3HjQqFdqBm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 02 out. 2024.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FULLAN, M. Liderar los aprendizajes: acciones concretas en pos de la mejora escolar (Leading learning: concrete actions in pursuit of school improvement). **Revista Eletrônica de Educação**, 2019. v. 13, n. 1, p. 58–65. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3074> Acesso em 13 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOFFKA, Kurt. **Princípios da psicologia da Gestalt**. Routledge, 2013.

KRAMER, Sônia. Alfabetização: dilemas da prática. **Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf**. Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 9, jan./jun. 2019. P. 233-255.

LENZI, Tié. Políticas públicas na educação: quais são e quem faz? **Toda Política**, 2018. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. Editora Cortez, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (Org.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília – SP: Oficina Universitária; São Paulo – SP: Editora Unesp, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências na escola: Ações e estratégias**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOS, Maria Elizabete Neves. **O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) no Rio de Janeiro: implementação e (re)formulação da política**. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas – Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 1-32.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Publicado em: 01 mar. 2024/ Atualizado em: 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoese-programas/compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>

SEDUC MT. Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso – AVALIA MT. **Revista da Alfabetização**. 2023. Disponível em: <https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/mt/colecoes/2023/AVALIA%20MT%202023%20-%20Revista%20da%20Escola%20-%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>

SEDUC MT. Painel de Resultados – Ensino Fundamental. Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso. **AVALIA MT**, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDU0NDhhZGQYTRkZC00ODNiLTljMzktNT>

QwYTA2Yzg1OTM1liwidCI6IjM1NjA5YTMylwMGEtNDhIMy05MDFkLWU3Y2I1ZT
ZmYTY5ZCJ9 Acesso em: set. 2024.

SEDUC MT. AVALIA MT – 2023. Universidade de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. Secretaria de Estado de Educação. V. 3 (2023). Anual. **Revista da Rede** – Rede estadual e redes municipais. Disponível em:
<https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/mt/colecoes/2023/AVALIA%20MT%202023%20-%20Revista%20da%20Rede.pdf> Acesso em out. 2024.

SEDUC MT. **Boas práticas de alfabetização - Alfabetiza MT.** (E-book). SEDUC MT/ Secretaria Adjunta de Gestão Educacional/ Superintendência de Educação Básica/ Coordenadoria de Ensino Fundamental. 2023. Disponível em:
<https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/d/seduc/e-book-estadual-boas-praticas-2023-pdf> Acesso em outubro de 2024.

SER DIGITAL. **Guia do Pró-Letramento.** 2010. Disponível em:
<https://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/30.pdf>

SILVA, Celita Fernandes de Oliveira E. **Alfabetização e Letramento: Os desafios metodológicos nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas da cidade de Araputanga, Mato Grosso.** Mestrado em Educação. Universidade Católica de Brasília, 2021.

SILVA, Erislaine M. da; DIAS, Jaqueline R.; MENDONÇA, Daelcio F. C. **POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: uma revisão de conceitos centrais. I Seminário de Políticas Públicas Educacionais: Desafios e perspectivas após o Golpe de 2016.** De 01 a 03 ago., Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Itapetinga-BA, 2018. Disponível em:
http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_7.pdf.

SIMONETTI, Amália. **Proposta didática para alfabetizar letrando:** caderno do professor: 1ª a 4ª etapa. Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018a.

SIMONETTI, Amália. **Vamos passear na escrita:** caderno de atividades do aluno: 1ª etapa. Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018b.

SIMONETTI, Amália. **Cartelas Didáticas.** Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018c.

SIMONETTI, Amália. **Parece... mas não é.** Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018d.

SOARES, Magda. Alfabetização: o saber, o querer, o fazer. *In*: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (Org.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília – SP: Oficina Universitária; São Paulo – SP: Editora Unesp, 2014. p. 27-38.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. Parte de palestra proferida na FAE UFMG, em 26 de maio de 2003, na programação “**Sexta na Pós**”. Transcrição e edição de José Miguel Teixeira de Carvalho e Graça Paulino. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/reivencia_alfabetizacao.pdf.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: A questão dos métodos e as práticas de ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

SOUZA, Edna Célia Barbosa Roque de. **A alfabetização na proposta de escola de tempo integral na rede municipal de ensino de Campo Grande - MS**. Mestrado Profissional em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>.

THIES, Vera Lúcia Hermann. **Práticas pedagógicas de professoras alfabetizadoras frente aos desafios da construção da leitura e da escrita com crianças do primeiro ano de alfabetização**. Mestrado em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba - SC, 2022.